APLs da Amazônia

Fortalecendo os APLs
da sociobiodiversidade amazônica

SUDAM

PNUD

Produto 3. Desenho da Estratégia de Fomento de APLs na Amazônia Legal

Realização de estudos, diagnósticos e desenvolvimento de estratégias para o fomento dos principais Arranjos Produtivos Locais na Amazônia Legal

Carlos Tarrasón, Marcelo Andrade, Camila Rodrigues, Lorraine Souza

16/10/2026

Versão 4

Este documento apresenta o desenho da Estratégia de Fomento de APLs na Amazônia Legal. Elaborado pela equipe do consórcio Cluster Consulting, NAEA/UFPA, ICV.

Sumário

Introdução 6
1. Modelo lógico, diretriz e objetivos da Estratégia de APLs 6
1.1. A Estratégia 7
1.2. Definições 7
1.3. Relação do PRDA da Sudam com a Estratégia 9
1.4. Modelo lógico 10
1.5. Diretriz principal 11
1.6. Objetivos estratégicos 12
1.7. A seleção dos APLs 16
Bibliografia 17
2. Metas e indicadores, cobertura e público-alvo 19
2.1. Metas e indicadores de monitoramento e avaliação 19
2.2. Cobertura da Estratégia 29
2.3. Público-alvo e beneficiários 30
2.3.1. Público-alvo 30
2.3.2. Beneficiários 30
Bibliografia 31
3. Planos de ação para os APLs de maior relevância 33
3.1. Principais iniciativas a desenvolver nos APLs 33
3.2. Plano de ação por APL 36
3.2.1. Plano de ação do APL da Castanha do Vale do Acre 36
3.2.2. Plano de ação do APL de Açaí do Sul/Sudoeste do Amapá 42
3.2.3. Plano de ação do APL de Açaí de Codajás (Amazonas) 48
3.2.4. Plano de ação do APL de Babaçu do Médio Mearim (Maranhão) 55
3.2.5. Plano de ação do APL da Castanha do Brasil do Noroeste do Mato Grosso 62
3.2.6. Plano de ação do APL de Cacau da Transamazônica (Pará) 70

3.2.7. Plano de ação do APL de Cacau de Rondônia 79
3.2.8. Plano de ação do APL de Fruticultura da Banana do Sul de Roraima 86
3.2.9. Plano de ação do APL de Capim Dourado do Jalapão (Tocantins) 92
4. Fontes de financiamento 100
4.1. Fontes de financiamento para a estratégia de fomento 100
4.2. Fontes de financiamento e de apoio para os APLs 102
5. Anexo I – Reuniões institucionais de validação do diagnóstico 133
6. Anexo II – Oficinas realizadas 136
7. Anexo III – Mapas de convergência entre APLs da sociobiodiversidade, Rotas de Integração Nacional e Territórios da Sociobioeconomia 143

Índice de Figuras

Figura 1 - APLs da sociobiodiversidade, Polos das Rotas de Integração Nacional e Territórios da Sociobioeconomia (TSBio) – Acre 143

Figura 2 - APLs da sociobiodiversidade, Polos das Rotas de Integração Nacional e Territórios da Sociobioeconomia (TSBio) – Amapá 144

Figura 3 - APLs da sociobiodiversidade, Polos das Rotas de Integração Nacional e Territórios da Sociobioeconomia (TSBio) – Amazonas 144

Figura 4 - APLs da sociobiodiversidade, Polos das Rotas de Integração Nacional e Territórios da Sociobioeconomia (TSBio) – Maranhão 145

Figura 5 - APLs da sociobiodiversidade, Polos das Rotas de Integração Nacional e Territórios da Sociobioeconomia (TSBio) – Mato Grosso 145

Figura 6 - APLs da sociobiodiversidade, Polos das Rotas de Integração Nacional e Territórios da Sociobioeconomia (TSBio) – Pará 146

Figura 7 - APLs da sociobiodiversidade, Polos das Rotas de Integração Nacional e Territórios da Sociobioeconomia (TSBio) – Rondônia 146

Figura 8 - APLs da sociobiodiversidade, Polos das Rotas de Integração Nacional e Territórios da Sociobioeconomia (TSBio) – Roraima 147

Figura 9 - APLs da sociobiodiversidade, Polos das Rotas de Integração Nacional e Territórios da Sociobioeconomia (TSBio) – Tocantins 147

Índice de Quadros

Quadro 1 - Modelo lógico da Estratégia 10

Quadro 2 - Metas de impacto 21

Quadro 3 - Relação entre objetivos estratégicos finalísticos e metas 22

Quadro 4 - Metas e Indicadores 23

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Plano de ação do APL da Castanha do Vale do Acre 36

Tabela 2 – Plano de ação do APL de Açaí do Sul/Sudoeste do Amapá 42

Tabela 3 – Plano de ação do APL de Açaí de Codajás 48
Tabela 4 – Plano de ação do APL de Babaçu do Médio Mearim (Maranhão) 55
Tabela 5 – Plano de ação do APL da Castanha do Noroeste do Mato Grosso 62
Tabela 6 – Plano de ação do APL de Cacau da Transamazônica 70
Tabela 7 - Plano de ação do APL de Cacau de Rondônia 79
Tabela 8 - Plano de ação do APL de Fruticultura da Banana do Sul de Roraima 86
Tabela 9 – Plano de ação do APL de Capim Dourado do Jalapão 92
Tabela 10 – Fontes de financiamento para a estratégia de fomento 100
Tabela 11 - Fontes federais de financiamento para os APLs 103
Tabela 12 - Fontes estaduais e municipais de financiamento e apoio para os APLs 113
Tabela 13 - Outras fontes de financiamento e apoio para os APLs 124
Tabela 14 – Reuniões Institucionais 133
Tabela 15 - Participantes das oficinas 136

Introdução

Este documento apresenta a Estratégia de fomento dos APLs da sociobiodiversidade que se constrói a partir do diagnóstico da estratégia da fase 1 do projeto, das oficinas estratégicas com os APLs mais relevantes e de reuniões com diferentes instituições e com a Sudam. Se apresentam os elementos principais da estratégia geral de fomento, as estratégias para nove APLs de maior relevância e as potenciais fontes de financiamento.

No primeiro capítulo se apresenta o modelo lógico da estratégia e os principais elementos como introdução da estratégia, definições, diretriz principal e objetivos estratégicos. Aqui se estabelecem os fundamentos da estratégia e se incorporam explicações adicionais da estratégia de fomento.

No segundo capítulo se apresentam metas e indicadores, a cobertura da estratégia e o público-alvo a quem vai ser dirigida. Estes elementos orientam o modelo de atuação.

No terceiro capítulo, se apresentam os planos de ação para os APLs identificados como mais relevantes durante a fase 1 do projeto, um por estado. Estes planos foram construídos com os APLs, em oficinas estratégicas de planejamento.

No quarto capítulo, se apresentam as fontes de financiamento tanto para a estratégia geral como para o financiamento específico dos APLs nos estados.

Por fim, no Anexo I se apresentam as entrevistas institucionais realizadas durante a fase 2 para validação do diagnóstico e no Anexo II a relação de oficinas e participantes. O Anexo III apresenta atualização dos mapas que mostram a relação entre os APLs identificados na fase 1, os Polos da Estratégia Rotas da Integração Nacional e os Territórios da Sociobiodiversidade do Prospera Sociobio.

1. Modelo lógico, diretriz e objetivos da Estratégia de APLs

Neste capítulo se apresenta a contextualização desta estratégia, uma série de definições necessárias para o seu entendimento, a relação do PRDA da Sudam com a estratégia, o modelo lógico, a diretriz principal, os objetivos estratégicos, e a forma como os APLs são selecionados para participar da estratégia.

Ao longo do capítulo, se apresentam alguns quadros explicativos que servem para facilitar o entendimento dos principais elementos propostos.

1.1. A Estratégia

A Estratégia de Fomento de APLs da Sociobiodiversidade na Amazônia Legal é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e de inclusão produtiva, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), autarquia do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR).

A Estratégia de Fomento de APLs está alinhada às ações estratégicas do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) da Sudam. O PRDA é um instrumento norteador e catalisador de políticas públicas que espelha as demandas dos governos e sociedade que constituem a Amazônia Legal, ao tempo em que orienta as ações estratégicas do governo federal na região.

O PRDA tem um foco no uso sustentável da biodiversidade como fonte de desenvolvimento da região, com geração de emprego e renda, fortalecendo as cadeias produtivas voltadas à bioeconomia da sociobiodiversidade, sendo esta uma fonte riquíssima de oportunidades para o desenvolvimento da região.

O desenvolvimento da sociobioeconomia é um ponto prioritário na agenda governamental federal, para alguns estados e municípios e também internacional.

1.2. Definições

A Estratégia de Fomento dos APLs da Sociobiodiversidade na Amazônia Legal, é uma política pública que reforça a organização coletiva do APL, facilitando a atração e implementação de políticas públicas no território, e reforçando o trabalho com as cadeias produtivas.

As seguintes definições dialogam diretamente com a Estratégia Rotas de Integração Nacional e com o Prospera Sociobio, por serem políticas de forte interação com os APLs da sociobiodiversidade.

Dentro da Estratégia de Fomento, o Arranjo Produtivo Local (APL) é uma concentração num território de agentes econômicos (empresas, cooperativas, associações, produtores), políticos e sociais, incluindo instituições de apoio e ICTs, que estão num mesmo negócio (atividade produtiva no sentido amplo), que apresentam vínculos significativos de interação, cooperação e governança local, e que têm desafios comuns de competitividade e sustentabilidade, o que incentiva que colaborem para superar esses desafios de forma mais eficaz e eficiente.

Os conceitos de cadeia produtiva, Polo das Rotas de Integração Nacional e ecossistema de inovação apresentados a seguir são transcritos, de forma literal, da Portaria MIDR nº 2.737, de 18 de agosto de 2023, que disciplina o Programa Rotas de Integração Nacional.

Cadeia produtiva, ou cadeia de valor, é o encadeamento de atividades econômicas que transformam e agregam valor aos insumos, de maneira a gerar produtos intermediários e finais, para posterior comercialização e serviços.

Polo das Rotas de Integração Nacional é a aglomeração territorial de uma cadeia produtiva, dotada de expressiva produção regional, associações, cooperativas, agentes públicos, empresas âncora, ICTs e um planejamento estratégico que define sua abrangência territorial, uma carteira de projetos e uma governança local.

Ecossistemas de inovação são os ambientes territoriais que favorecem a interação entre ICTs, produtores, empreendedores e investidores, de modo a promover o desenvolvimento de novas soluções, produtos e serviços inovadores e o estabelecimento de novas empresas e oportunidades de negócios.

Sociobiodiversidade é o conjunto de recursos, produtos, conhecimentos e práticas produtivas associados à biodiversidade dos biomas brasileiros e aos modos de vida de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, cuja utilização sustentável estrutura cadeias produtivas, promove inclusão produtiva, contribui para a conservação ambiental e constitui base estratégica para o desenvolvimento territorial e regional.

Os Núcleos de Desenvolvimento da Sociobioeconomia (NDS) são estruturas territoriais colaborativas, apoiadas pelo Programa Nacional de Sociobioeconomia (Prospera Sociobio) do Ministério do Meio Ambiente, focadas em integrar comunidades locais, desenvolver cadeias produtivas sustentáveis (como açaí, castanha, óleos) e acesso a mercados. Eles atuam como hubs regionais para fortalecer negócios de impacto, conservação ambiental e desenvolvimento social.

Os APLs são realidades similares, mas não equivalentes aos NDS. As principais diferenças entre APL e NDS são: primeiro, que o APL está focado num negócio (atividade no sentido amplo) sustentável, enquanto que o NDS atua em várias cadeias produtivas ou negócios; segundo, o APL já tem uma relevância econômica e uma governança, ainda que inicial, e portanto já passou pelos primeiros estágios de capacitação e organização produtiva, enquanto que o NDS pode estar ainda num estágio inicial; terceiro, no APL existem agentes do setor produtivo que lideram ou podem liderar a governança enquanto que no NDS esse não é um requisito; por último, o APL por ser um instrumento de competitividade sustentável vai procurar a sofisticação da estratégia de posicionamento de mercado, de agregação de valor, de inovação, de melhorar o impacto ambiental, e em geral de alcançar um novo patamar construindo competências mais avançadas,

enquanto que o NDS por ter que trabalhar de forma mais abrangente com os aspectos econômico, ambiental e social num território com várias cadeias, pode ter uma abordagem diferente. Podemos afirmar que são complementares e que a interação entre eles deve ser favorecida.

Os APLs da Estratégia de Fomento de APLs da Sociobiodiversidade podem coincidir com os Polos da Estratégia das Rotas da Integração Nacional em alguns casos, de forma parcial ou total. De forma parcial quando os municípios do APL formam parte do Polo ou de forma total quando os municípios são os mesmos. Em geral os Polos das Rotas de Integração Nacional têm um recorte geográfico maior, incluindo maior número de municípios, o que aumenta a inclusão, mas diminui a interação entre os atores dada a dificuldade logística.

1.3. Relação do PRDA da Sudam com a Estratégia

A Estratégia de Fomento dos APLs da Sociobiodiversidade está alinhada com o PRDA 2024-2027 da Sudam.

A visão de futuro do PRDA é tornar a Amazônia referência na valorização da sociobiodiversidade como elemento propulsor do desenvolvimento sustentável.

A aposta estratégica consiste na integração e diversificação produtiva da biodiversidade, com agregação de valor.

O PRDA 2024-2027 tem seis eixos estratégicos e onze programas, conectados com a aposta estratégica. Estes seis eixos têm alta correspondência com os eixos da PNDR, e são: Desenvolvimento Produtivo, Pesquisa, Inovação e Educação, Infraestrutura Econômica e Urbana, Meio Ambiente, Fortalecimento das Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais, Desenvolvimento Social e Acesso a Serviços Públicos Essenciais.

A estratégia de fomento dos APLs tem ligação direta com o primeiro eixo, de Desenvolvimento Produtivo, mas também pode servir de instrumento de comunicação bidirecional e de melhoria de políticas públicas para os outros cinco eixos do PRDA da Sudam.

O PRDA não estabelece objetivos estratégicos.

No diagnóstico do PRDA se enfatiza a importância do desenvolvimento de novos produtos e serviços usando tecnologias inovadoras, e da aplicação de novas tecnologias que promovam eficiência na produção com otimização dos recursos naturais, menor impacto ambiental e maior impacto socioeconômico.

1.4. Modelo lógico

A seguir se apresenta o modelo lógico da estratégia, definindo insumos, atividades, produtos, resultados e impactos.

Quadro 1 - Modelo lógico da Estratégia

<table>
<tr><th>Situação atual</th><th colspan="3">Estratégia</th><th>Situação futura</th></tr>
<tr><td>APLs enfrentam gargalos competitivos e tecnológicos para o seu desenvolvimento</td><td colspan="3">Estratégia de Fomento dos APLs da Sociobiodiversidade na Amazônia Legal

Diretriz principal
Objetivos estratégicos
Público-alvo e beneficiários
Cobertura</td><td>APLs competitivos que têm diminuído os gargalos que afetam sua competitividade</td></tr>
<tr><th colspan="5">Matriz do modelo lógico</th></tr>
<tr><th>Insumos</th><th>Atividades</th><th>Produtos</th><th>Resultados</th><th>Impactos</th></tr>
<tr><td>- Oficialização da Estratégia
- Memorandos de intenções e acordos de cooperação com instituições para a execução.</td><td>- Estruturação da Unidade Central da Estratégia
- Estruturação dos APLs
- Dinamização para a colaboração nos APLs
- Execução de projetos nos APLs para a transformação.</td><td>- APLs organizados e funcionando com governança e gestão de atividades e projetos.
- Projetos executados que melhoram as capacidades do público-alvo.</td><td>Metas e indicadores para os objetivos-meio.</td><td>Metas e indicadores para os objetivos finalísticos.</td></tr>
</table>

Como referências de construção de estratégias relacionadas, podemos observar a Estratégia Nacional de Bioeconomia do Brasil, e a Estratégia das Rotas da Integração Nacional.

De forma similar a como a Estratégia de Bioeconomia do Brasil se operacionaliza a partir do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio), a Estratégia de APLs irá se detalhando em diferentes capítulos deste produto, como nas metas e indicadores, e nos próximos produtos,

como a Estratégia de Implementação onde serão desenvolvidos em maior detalhe os elementos de operacionalização da Estratégia.

1.5. Diretriz principal

A diretriz principal da estratégia de fomento dos APLs da sociobiodiversidade é promover a melhora de renda, a inovação, e o desenvolvimento regional sustentável por meio da dinamização de APLs que promovam a interação organizada de atores públicos e privados e a competitividade sustentável nos territórios.

A melhora de renda é provavelmente o objetivo principal da estratégia e aqui se busca uma melhora de renda significativa, que tenha um impacto relevante nas famílias extrativistas ou produtoras, permitindo que possam manter suas formas de vida e atividades com dignidade, com sustentabilidade, e garantindo um futuro para as novas gerações. A melhora de renda contém implicitamente a diversificação produtiva e a agregação de valor.

A inovação se entende de diferentes formas, desde novos sistemas produtivos, a aplicação de tecnologias no território pela primeira vez, o desenvolvimento de novos produtos ou novos modelos de negócio.

O desenvolvimento regional sustentável significa que a atividade tem relevância no território e é capaz de ser uma força principal do desenvolvimento regional sustentável nesse território.

A dinamização de APLs promove a aceleração das interações e colaborações entre os atores de cada APL através de incentivos de mobilização e de financiamento. E também pode facilitar as interações e colaborações entre APLs da mesma atividade ou de atividades diferentes.

A interação organizada de atores públicos e privados é entendida como um modelo de trabalho conjunto que permite a comunicação entre eles, o entendimento mútuo, e a ação colaborativa.

A competitividade sustentável nos territórios significa ter a capacidade de produzir e comercializar os produtos da sociobiodiversidade gerando um valor superior para o mercado a partir de sistemas sustentáveis em cada um dos APLs. A construção dessa competitividade nos APLs passa pela definição, financiamento e execução de uma estratégia e seu plano de ação.

Esta estratégia deve aportar às outras estratégias de desenvolvimento regional sustentável uma visão mais competitiva e sustentável da sociobiodiversidade. O APL deve ter uma governança funcional, que tenha um entendimento profundo da parte produtiva, do processamento, do mercado e da inovação. Isso se consegue trabalhando em conjunto com todos os atores e investindo de forma constante para aprofundar as capacidades nas diferentes atividades. Até o momento tem se trabalhado muito para estruturar a parte produtiva, a que está mais próxima do entendimento e atividades dos produtores, agora o APL deve ter a função

de somar conhecimento e construir capacidades para desenvolver processamento, mercado e inovação de forma mais competitiva.

1.6. Objetivos estratégicos

Diferenciamos os objetivos estratégicos entre objetivos finalísticos (objetivos finais perseguidos pela estratégia) e objetivos-meio (objetivos necessários para alcançar os objetivos finalísticos). Os objetivos finalísticos são OE1-OE5 e os objetivos-meio os OE6-OE11. Estes objetivos são:

- OE1. Promover e valorizar a sociobiodiversidade como elemento indutor do desenvolvimento regional sustentável.

  A sociobiodiversidade é o ativo a desenvolver para gerar mais produção, emprego, e valor bruto da produção na região.

  Este objetivo busca a geração de valor, porque repercute diretamente na renda das pessoas, mas também deve considerar elementos como a segurança alimentar, garantindo que também seja uma fonte fornecedora de alimentos para os mercados mais próximos. Deve manter o equilíbrio entre cadeia curta e cadeia longa.

  Os APLs devem servir para aumentar o nível de relevância da cadeia no território e em consequência no estado, na Amazônia e no Brasil, ajudando a realizar seu potencial de desenvolvimento de forma sustentável.

- OE2. Integrar a matriz produtiva regional da sociobiodiversidade.

  A integração requer facilitar o acesso a políticas públicas e induzir a geração de políticas adaptadas. A Estratégia de Fomento dos APLs da Sociobiodiversidade é um grande avanço nessa direção.

  Para avançar na integração é necessário aplicar mais políticas de apoio à produção, à bioindustrialiação, à comercialização e à ciência e inovação.

  - Inclusão socioprodutiva: Apoiar o trabalho de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares que vivem do extrativismo e agricultura sustentável.
  - Bioindustrialização: Transformar a matéria-prima local em itens de maior valor comercial, como biofármacos, cosméticos, alimentos funcionais e biomateriais.
  - Conexão com mercados: Abrir portas no mercado nacional e internacional para os produtos da sociobiodiversidade regional.

- Ciência e inovação: Unir o conhecimento tradicional das comunidades com pesquisas de universidades e centros tecnológicos para criar novos processos e produtos.

- OE3. Diversificar a matriz produtiva regional da sociobiodiversidade.

A matriz produtiva da sociobiodiversidade está concentrada na amêndoa de cacau, no açaí e polpa de açaí, e na castanha amazônica sem casca. Depois vêm outros produtos que representam uma fração desses três principais. A Estratégia deve servir para fortalecer os APLs de cacau, açaí e castanha, e também outros APLs que até hoje desenvolveram em menor medida seu potencial como babaçu, frutas como a banana, artesanato de capim dourado, óleos essenciais, aquicultura e pesca, entre outros.

Inicialmente a Estratégia foca nos APLs mais estruturados por estado, para aumentar sua competitividade e buscar a diversificação de produtos e atividades dentro da cadeia (verticalização nos insumos, agregação de valor no produto in natura ou com processamento, subprodutos, modelos de negócio) para depois trabalhar com outros APLs.

Portanto, a diversificação pode vir pela diversificação de produtos e atividades em APLs de maior volume, e pelo crescimento em APLs de menor volume.

- OE4. Agregar valor à produção regional, por meio da diferenciação do produto, industrialização do produto, valorização de subprodutos ou de outras atividades dentro da cadeia de valor.

A diferenciação do produto pode ser por qualidade e elementos distintivos (marca, certificação, rastreabilidade, indicações geográficas, selos e outros).

Serviços relacionados com o produto como por exemplo beneficiamento primário, espaços refrigerados, ou transporte adequado são geralmente necessários para entregar uma qualidade superior.

A industrialização do produto acontece com a transformação da matéria prima em ingredientes ou um produto final.

A valorização dos subprodutos agrega um valor adicional no final do processo aumentando a competitividade e a sustentabilidade.

Também agrega valor à cadeia a produção de insumos no início do ciclo produtivo. Por exemplo, a produção de bioinsumos.

A agregação de valor pode acontecer em qualquer elo da cadeia de valor, e equivale ao adensamento das atividades da cadeia. Atualmente a prioridade dos APLs está na

incorporação do beneficiamento primário e na verticalização na industrialização. A industrialização ajuda a adensar a cadeia com atividades que agregam valor e aumentam a competitividade da cadeia. Mas essa industrialização tem que ser viável dentro da realidade produtiva territorial e da demanda de mercado.

- OE5. Contribuir para a conservação ambiental.

  É implícito que as atividades da sociobiodiversidade devem contribuir para a conservação ambiental. Os APLs devem ter como objetivo aumentar o impacto positivo na conservação ambiental.

  Os APLs da sociobiodiversidade têm um impacto ambiental positivo, mas com diferentes graus.

  Produção de baixo carbono que permite um equilíbrio ambiental e que evita o avanço de outros sistemas produtivos menos sustentáveis (por exemplo grandes monocultivos e pecuária extensiva).

  Produção em sistema SAF e de recuperação de áreas degradadas.

  Extrativismo que preserva a floresta em pé e a biodiversidade em áreas de proteção ambiental e áreas remanescentes de vegetação nativa.

- OE6. Fomentar o associativismo e cooperativismo como instrumento de organização produtiva e base para participação e liderança representativa do setor produtivo.

  Na realidade da sociobiodiversidade na Amazônia Legal há poucas associações e cooperativas, o que dificulta o desenvolvimento do setor produtivo e também a atuação coordenada no APL. Por isso, apoiar a criação e a capacitação delas é importante para o bom funcionamento do APL.

- OE7. Fomentar a geração de empresas de produtos e serviços inovadores da sociobiodiversidade, inclusive com a atração de empresas âncoras que podem facilitar a estruturação da cadeia e a integração vertical.

  Novas empresas criadas por empreendedores inovadores ou empresas que vêm de fora do território podem ser importantes atores dentro do APL para ajudar a estruturar a cadeia produtiva e conectá-la com o mercado, sempre que estejam alinhados com os conceitos da sociobiodiversidade e dispostos a compartir de forma justa o valor gerado pela cadeia.

- OE8. Promover uma governança participativa do APL com instâncias deliberativas e executivas.

Ter um capital social estruturado para deliberar e executar uma estratégia e um plano de ação sobre a atividade e o território do APL é um objetivo estratégico já que hoje é um dos principais gargalos para o desenvolvimento dos APLs.

- OE9. Promover um melhor conhecimento e acesso a mercados.

O conhecimento e acesso a mercados é fundamental para entender o mercado, adaptar a oferta à demanda, vender diretamente, agregar valor, melhorar o posicionamento, fortalecer o poder de negociação e fidelizar clientes.

O acesso a mercados que reconhecem o valor do produto e estão dispostos a pagar um preço superior muitas vezes vai representar ir para mercados mais sofisticados e de maior renda no Brasil ou fora do Brasil.

Os mercados podem ser definidos como a região amazônica, o Brasil fora da região amazônica e fora do Brasil.

Em qualquer caso requer-se primeiro um entendimento e depois uma ação de posicionamento e comercialização específicos.

Podem existir oportunidades importantes no mercado regional que ainda não foram exploradas e aproveitadas, e entrar nos mercados nacionais sofisticados é uma boa prática antes de ir para a exportação que requer mais capacidades e representa maior risco.

O equilíbrio entre os três mercados pode ser a chave para um bom controle de preços e riscos.

- OE10. Incentivar atividades relacionadas à inovação, ao desenvolvimento tecnológico e à pesquisa.

Os APLs têm que ser o instrumento capaz de desenvolver, testar e amplificar a aplicação de inovações, novas tecnologias e pesquisa nas cadeias dos territórios. Estes são elementos distantes da realidade dos produtores locais, por isso os atores produtivos do APL têm que ser incentivados a detectar as principais demandas ou desafios e junto com os atores mais tecnológicos desenvolver as inovações, tecnologias e pesquisas que respondam a esses desafios.

O primeiro aspecto a trabalhar é identificar e promover a aplicação de novas tecnologias que promovam eficiência na produção com otimização dos recursos naturais, menor impacto ambiental e maior impacto socioeconômico. Esta é a inovação mais perceptível para os produtores, aquela que lhes ajuda mais diretamente. Além da produção, também deve se considerar o processamento primário e a industrialização.

O desenvolvimento de novas tecnologias em alguns APLs pode levar mais tempo, mas é fundamental para estender sua aplicação no território amazônico. Por exemplo, novos sistemas produtivos que sejam sustentáveis e também atrativos economicamente para os produtores.

O desenvolvimento de pesquisas junto com centros de pesquisa e universidades será necessário para desenvolver todo o potencial do território da Amazônia Legal, que inclui diferentes biomas. O potencial de pesquisa é imenso, dada a riqueza da biodiversidade no território, e a limitada pesquisa realizada até o momento, por isso, os APLs devem servir como orientadores da pesquisa para que esteja conectada com os desafios da sociedade e gere valor final.

A capacitação de recursos humanos altamente especializados em CTI e o desenvolvimento de ICTs para a cadeia não cabe ao APL, mas o APL deve orientar o ecossistema de inovação para desenvolver esses recursos em função de seus desafios e objetivos.

- OE11. Facilitar o acesso a financiamento adequado às características dos produtores e empresas.

Dado o volume de recursos disponibilizados para os sistemas produtivos convencionais, é necessário ter como objetivo facilitar aos APLs da sociobiodiversidade o acesso ao financiamento e em consequência o volume disponibilizado.

A Estratégia de Fomento tem que ser um canal que facilite a chegada dos instrumentos de financiamento reembolsáveis e não reembolsáveis aos APLs e seus atores.

Igualmente, deve ajudar no desenho de novos instrumentos.

1.7. A seleção dos APLs

Os APLs considerados cumprem os seguintes critérios mínimos:

- Estar dentro do território da Amazônia Legal
- Ser uma atividade que preserva e fortalece a sociobiodiversidade
- Ter um impacto ambiental positivo

A seleção dos APLs se realiza em função de aspectos econômicos, ambientais e sociais:

- Importância econômica avaliada por: produção e faturamento junto com número de empresas, trabalhadores e produtores; segurança alimentar (autoconsumo e consumo local); nível de relevância que representa no estado, na Amazônia e no Brasil; potencial

para crescimento econômico (melhoria de produtividade, disponibilidade de terras, aumento da participação dos atores no negócio do APL).

- Grau de competitividade avaliado por: mercados no Brasil (estratégias de mercado, rede de parcerias, nível sofisticação do comprador); exportação em porcentagem sobre total toneladas ou valor e Potencial exportador (Crescimento a 10 anos e expectativas); preço de venda e margem em percentagem; nível de infraestrutura e recursos humanos; grau de tecnologia e de inovação (inclui marcas coletivas, IGs, patentes)
- Potencial de agregação de valor (especialização e diversificação) avaliado por: oportunidades de agregação de valor por diferenciação do produto (superalimento, IG, etc.); oportunidades de agregação de valor por industrialização do produto (produto final ou ingredientes); oportunidades de geração de novos produtos (ex. economia circular).
- Relevância ambiental do APL no território avaliada por: preservação da floresta em pé e biodiversidade; economia de baixo carbono, SAF e recuperação de áreas degradadas, descarbonização medido em toneladas de CO2; potencial para aumentar o impacto ambiental positivo.
- Relevância do capital social do APL (governança e prontidão) avaliada por: grau de organização e cooperação, organizados como APL, polo ou cadeia (mecanismo de implantação); programas públicos de apoio ou projetos existentes (inclui fontes de financiamento); existência de sentimento de pertencimento e empoderamento no território (cooperativas, associações, conselhos).

Ver detalhe dos critérios e sua aplicação no produto 2, Diagnóstico da Estratégia.

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Portaria nº 2.737, de 23 de agosto de 2023**. Estabelece as Rotas de Integração Nacional como estratégia de desenvolvimento regional sustentável e inclusão produtiva da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), no âmbito do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 162, p. 37, 24 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

BRASIL. **Decreto nº 12.044, de 5 de junho de 2024**. Institui a Estratégia Nacional de Bioeconomia. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Publicado no Diário Oficial da União em 6 jun. 2024 e retificado em 23 ago. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Ministério da Fazenda. **Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia 2026–2035: sumário executivo**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2026.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM). **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2024–2027**. Belém: SUDAM, 2023.

2. Metas e indicadores, cobertura e público-alvo

A Estratégia de Fomento de APLs da Sociobiodiversidade na Amazônia Legal, apresentada no capítulo anterior, se desdobra neste capítulo em instrumentos que direcionam sua implementação e seu acompanhamento: metas e indicadores, cobertura e a definição dos atores a quem se destina.

As metas conferem direção à estratégia, traduzindo os objetivos em resultados concretos e mensuráveis; os indicadores, por sua vez, permitem medir o esforço empreendido e o avanço em relação ao planejado. O monitoramento e a avaliação funcionam também como um mecanismo de aprendizado contínuo, ao identificar o que funciona e o que precisa ser ajustado, permite que a estratégia evolua, adapte suas ações, quando necessário, e se aprimore ao longo do tempo. A arquitetura aqui adotada para as metas e indicadores dialoga com as políticas que guiam essa estratégia, como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) e o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio).

Também é apresentada a cobertura da Estratégia e a definição dos atores a quem vai dirigida.

2.1. Metas e indicadores de monitoramento e avaliação

As metas e indicadores apresentados neste ponto são de impacto e se relacionam com os objetivos estratégicos finalísticos.

Se aplicamos a cadeia causal insumos, atividades, produtos, resultados e impactos, conforme o Guia 1 Formulação de Políticas, Planos, Programas e Projetos de Desenvolvimento Regional da Sudam (Porto et al., 2023), vemos que os impactos são a consequência final da implementação da estratégia.

Os indicadores de resultado devem apontar os efeitos de curto e médio prazo sobre o público-alvo e têm relação com os objetivos-meio, enquanto os de impacto indicam em que medida o problema estrutural foi superado ou mitigado e têm relação com os objetivos finalísticos. Os indicadores de resultados serão definidos como parte da Estratégia de Monitoramento e Avaliação na fase 4 deste projeto.

As metas apresentadas representam bem a Estratégia e se relacionam com os diferentes objetivos estratégicos finalísticos. Estas metas foram definidas de duas formas: pela análise das metas e indicadores de planos e políticas públicas relevantes para a Amazônia e a

sociobiodiversidade (em especial o PNDBio que estabelece metas quantitativas e o Fundo Amazônia que estabelece indicadores); e, quando inexistente essa referência para os objetivos estratégicos finalísticos, pela utilização de dados oficiais de produção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de empregos e salários da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) dos últimos oito anos para verificar a pertinência da meta. Outras políticas revisadas foram o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), Rotas de Integração Nacional, Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), e Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima). Os planos, políticas e dados utilizados como referência se detalham no quadro 4 de Metas e Indicadores.

Propõe-se metas relativas, que podem ser aplicadas ao conjunto de APLs participantes da estratégia, independentemente do número de APLs que estiverem sendo apoiados pela política, e também podem ser aplicadas APL por APL.

Na Estratégia de Monitoramento e Avaliação, produto 5, serão definidos exatamente as formas de monitorar e avaliar estas metas da Estratégia geral e para cada APL. O monitoramento é uma atividade mais operativa e objetiva que captura e organiza as informações e deve ser feita de forma recorrente, e a avaliação já envolve um processo de apreciação quantitativa e qualitativa que pode ser feito de forma anual ou a cada dois ou quatro anos, e deve ser considerado o custo benefício dessa atividade.

Por serem de natureza estruturante, essas metas têm horizonte de longo prazo e devem ser revistas nos ciclos de avaliação, com base nos dados de linha de base e na disponibilidade orçamentária.

Recomenda-se que a governança de cada APL atue como validadora local dos dados coletados para cada um dos indicadores, assegurando a checagem e acurácia nas informações apresentadas. Os indicadores ajudam a compreender se as ações e estratégias propostas respondem efetivamente aos desafios socioeconômicos apresentados nos APLs da Amazônia Legal, portanto deve também gerar nessa instância, reflexões sobre sua eficácia e ajustes necessários. Por fim, recomenda-se que estas principais metas do sistema de monitoramento e avaliação da Estratégia possam ser integradas ao sistema de M&A do PRDA na medida do possível, garantindo maior coesão entre as políticas.

Conforme o modelo de governança da PNDR, os números definitivos devem ser estabelecidos via Pactos de Metas, pactuados entre o Governo Federal, a Sudam, Governos Estaduais e os

principais agentes atuantes na estratégia dos APLs, vinculando recursos e responsabilidades. Atividade que acontecerá nas próximas fases do projeto.

Neste momento apresentamos o quadro de metas que consideramos adequado conforme a metas identificadas em outras políticas e conforme o histórico evolutivo na região.

Quadro 2 - Metas de impacto

Metas
ME1. Aumentar o valor bruto atualizado da produção em 40% em 4 anos e 80% em 8 anos (aproximadamente 10% ao ano). Aqui estão o crescimento do valor rural e do valor industrial (contabilizado como valor agregado bruto).
ME2. Aumentar o valor bruto atualizado da produção rural em 20% em 4 anos e 40% em 8 anos (aproximadamente 5% ao ano). O aumento do VBP rural depende da quantidade produzida e do preço pago ao produtor, e a quantidade produzida depende da superfície, número de produtores, e da produtividade. Se espera que aumente o preço ao produtor por um maior reconhecimento do valor do produto, igualmente se espera que aumente a superfície em produção, o número de produtores rurais e extrativistas (agricultores familiares, povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos) e sua produtividade. Entende-se que estas variáveis são para os atores que participam das atividades primárias da cadeia no território do APL sem estarem necessariamente associados ao APL. Destas variáveis o aumento do preço ao produtor será considerado como meta, já que é fundamental
ME3. Aumentar o preço real pago ao produtor rural e extrativista em 8% em 4 anos e 16% em 8 anos (aproximadamente 2% ao ano).
ME4. Aumentar o valor agregado bruto (VAB) atualizado da produção industrial em 20% em 4 anos e 40% em 8 anos (aproximadamente 5% ao ano). O valor agregado bruto da produção industrial evita a dupla contagem. O valor pode ser estimado e as variáveis oficiais a considerar são emprego e massa salarial.
ME5. Aumentar as áreas de extrativismo com plano de manejo, áreas restauradas, e áreas com práticas de baixo carbono em 20% em 4 anos e 40% em 8 anos (aproximadamente 5% ao ano). Áreas dentro do território do APL.

A seguir apresentamos um quadro que mostra a relação entre os objetivos estratégicos e as metas. Pode-se observar que de forma geral várias metas respondem a diferentes objetivos estratégicos.

Quadro 3 - Relação entre objetivos estratégicos finalísticos e metas

	ME1 - Aumentar VBP total	ME2 - Aumentar VBP rural	ME3 - Aumentar preço real pago ao produtor	ME4 - Aumentar VAB industrial	ME5 - Aumentar áreas com sistemas mais sustentáveis
OE1 - Promover e valorizar a sociobiodiversidade como elemento indutor do desenvolvimento regional sustentável.	■	■	■	■	
OE2 - Integrar a matriz produtiva regional da sociobiodiversidade.	■	■	■	■	
OE3 - Diversificar a matriz produtiva regional da sociobiodiversidade.	■	■	■	■	
OE4 - Agregar valor à produção regional, por meio da diferenciação do produto, industrialização do produto, valorização de subprodutos ou de outras atividades dentro da cadeia de valor.			■	■	■
OE5 - Contribuir para a conservação ambiental.					■

Por último, o próximo quadro detalha para cada meta os indicadores e as variáveis que devem ser observadas. Os indicadores são métricas que permitem observar, identificar e mensurar aspectos relacionados à evolução das metas com foco no desempenho, sua verificação, mensuração e melhoria.

Para as metas ME1, ME2, ME3 e ME4, recomenda-se utilizar como linha de base a média dos três últimos anos com dados disponíveis, em vez do valor observado em um único ano. Essa abordagem busca reduzir o efeito de oscilações conjunturais associadas, entre outros fatores, às condições climáticas, à variação das safras e às flutuações de preços, particularmente relevantes nas cadeias da sociobiodiversidade. Para a meta ME5 o indicador é menos volátil, e pelo tanto pode ser usado o último ano disponível.

Quadro 4 - Metas e Indicadores

Metas	Indicadores
ME1: Aumentar o valor bruto atualizado da produção em 40% em 4 anos e 80% em 8 anos (aproximadamente 10% ao ano). Aqui estão o crescimento do valor rural e do valor industrial (contabilizado como valor agregado bruto). Referência: O valor bruto da produção é a soma do valor bruto da produção rural com o valor adicionado da produção industrial. As referências para esses indicadores são apresentadas para ME2 e ME4.	Indicador: Variação acumulada do valor bruto real da produção do APL. Fórmula de cálculo: % = [(VBP no ano t / VBP na linha de base) – 1] × 100 VBP = Valor Bruto da Produção Rural + Valor Adicionado da Indústria Linha de base: Média do VBP dos três últimos anos disponíveis. Fonte: • Pesquisa direta com os atores do APL. • IBGE: - Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) - Censo Agropecuário • Sistema Nacional de Informações e Conhecimento sobre a Bioeconomia (em construção).

Metas	Indicadores
	• Plataforma Ecoa (em construção)
ME2: Aumentar o valor bruto atualizado da produção rural em 20% em 4 anos e 40% em 8 anos (aproximadamente 5% ao ano). Referência: O crescimento do valor bruto da produção rural entre 2017 e 2024 para produtos da sociobiodiversidade de cadeias médias e longas foi de 37% (ou aproximadamente 4,63% ao ano) considerando toda a Amazônia Legal, conforme série histórica apresentado na tabela 2 do Produto 2 (Diagnóstico da Estratégia). O crescimento é referente à produção em Sistemas Agroflorestais. Importante destacar que há diferentes trajetórias de crescimento entre as cadeias médias e longas. O valor da produção do cacau, por exemplo, cresceu aproximadamente 500% no mesmo período, sendo que boa parte desse crescimento foi entre 2023 e 2024 em função, principalmente, do aumento dos preços no mercado internacional. Outros produtos, tiveram queda do VBP no mesmo período, como o babaçu com 56% e o cupuaçu com 8%. O PNDBio apresenta como meta aumentar em 100% o valor bruto da produção anual proveniente dos produtos da sociobiodiversidade até 2035 (em 10 anos, o que representa uma média linear de 10% ao ano). O PNDBio considera os seguintes produtos da sociobiodiversidade: açaí, amora (folha), amora (fruto), borracha (coagulado), borracha (líquido), caju (castanha), caju (fruto), camu camu, cupuaçu, erva mate, goiaba, guaraná,	Indicador: Variação acumulada do valor bruto real da produção rural do APL. Fórmula de cálculo: % = [(VBP rural no ano t / VBP rural na linha de base) – 1] × 100 Linha de base: Média do VBP rural três últimos anos disponíveis. Fonte: • Pesquisa direta com atores do APL. Método de estimativa: Estimar o valor da produção a partir de informações sobre a quantidade produzida e o preço médio dos produtos, coletadas junto a uma amostra de produtores, e extrapolar os resultados para o conjunto do APL. • IBGE: - Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) - Censo Agropecuário As pesquisas do IBGE possuem defasagem de aproximadamente dois anos. Além disso, determinadas cadeias da sociobiodiversidade podem apresentar produção informal, autoconsumo ou comercialização fora dos canais convencionais, o que tende a reduzir sua captação pelas estatísticas oficiais. Nesse contexto, as bases oficiais podem ser utilizadas como uma referência, sempre que houver dificuldade ou

Metas	Indicadores
jabuticaba, palmito, pitanga, pupunha (cacho), urucum. A fonte dos dados é o Censo Agropecuário e serão considerados ainda os dados de valor de produção do pirarucu de manejo sustentável coletados pelo IBAMA anualmente. Ainda no âmbito do PNDBio, está em construção o Sistema Nacional de Informações e Conhecimento sobre a Bioeconomia para suprir a lacuna de informações sobre produção, e a Plataforma Ecoa que vai estruturar um cadastro nacional de negócios da sociobioeconomia.	impossibilidade de obter as informações diretamente com os atores do APL. • Sistema Nacional de Informações e Conhecimento sobre a Bioeconomia (em construção). • Plataforma EcoaSociobio (em construção) São plataformas que ainda estão em construção e poderão ser fontes importantes para ampliar e qualificar a base de informações sobre os APLs.
ME3: Aumentar o preço real pago ao produtor rural e extrativista em 8% em 4 anos e 16% em 8 anos (aproximadamente 2% ao ano). Referência: Entre 2017 e 2024, o preço do quilo do açaí teve uma leve variação negativa ao ano (-0,83%) em valores reais (corrigidos pelo IGP-M da FGV), segundo dados obtidos pela PAM do IBGE. O preço do cacau cresceu 356% em oito anos, sendo que em 2024 o preço foi 3 vezes maior do que o observado em 2023. Se desconsiderarmos o preço de 2024 da série histórica, o crescimento médio anual foi de 2,8% ao ano e o acumulado em sete anos de 17%. A variação real dos preços do açaí e da castanha-do-Brasil obtidos pela PEVS, também foram negativas entre 2017 e 2024. Para o açaí a variação foi de -2% e para a castanha de -4%.	Indicador: Variação do preço médio real recebido pelo produtor/extrativista por quilo/tonelada/ou outra unidade de medida. Fórmula de cálculo: % = [(preço médio no ano t / preço médio na linha de base) – 1] × 100 Linha de base: Preço médio dos três últimos anos disponíveis, com valores corrigidos pelo IGP-M (FGV) do ano mais recente. Fonte: • Pesquisa direta com os atores do APL • IBGE: - Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) As pesquisas do IBGE possuem defasagem de aproximadamente dois anos. Além disso, determinadas cadeias da sociobiodiversidade podem apresentar produção informal, autoconsumo ou comercialização fora dos canais

Metas	Indicadores
	convencionais, o que pode divergir das estatísticas oficiais. Nesse contexto, as bases oficiais podem ser utilizadas como uma referência, sempre que houver dificuldade ou impossibilidade de obter as informações diretamente com os atores do APL.
ME4: Aumentar o valor agregado bruto (VAB) atualizado da produção industrial em 20% em 4 anos e 40% em 8 anos (aproximadamente 5% ao ano). Referência: Para fazer uma estimativa do crescimento industrial nos últimos três anos, utilizou-se os dados de emprego da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego. Foram selecionadas 18 subclasses da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) relacionadas a fabricação de alimentos, bebidas e medicamentos fitoterápicos. Foi calculado a variação do emprego e da massa salarial como uma proxy para o crescimento industrial entre 2022 e 2025. O emprego industrial na Amazônia Legal cresceu 13,3% entre 2022 e 2025. A massa salarial cresceu 45% no mesmo período em termos nominais. Descontando a inflação acumulada no período de 14,35%, medida pelo IPCA, a massa salarial cresceu 26,8% (aproximadamente 6% ao ano).	Indicador: Variação do valor real da produção beneficiada/processada pelos empreendimentos do APL. Fórmula de cálculo: % = [(valor agregado bruto da indústria no ano t / valor agregado bruto da indústria na linha de base) – 1] × 100 VAB industrial = Valor Bruto da Produção industrial - Consumo intermediário. Linha de base: Média do VAB da indústria nos três últimos anos disponíveis. Fonte: • Pesquisa direta com os atores do APL, como agroindústrias, cooperativas, beneficiadores e outras unidades de transformação. Método de estimativa: Estimar o Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades de beneficiamento e transformação a partir da diferença entre

Metas	Indicadores
A análise foi restrita ao período de 2022 a 2025 devido à transição metodológica da RAIS para a base unificada do eSocial, concluída em 2022 para a maioria das empresas. Essa mudança gerou uma quebra na série histórica e uma ampliação na cobertura de dados, o que inviabiliza a comparação direta com os anos anteriores. Portanto, o isolamento desse recorte temporal garante a consistência estatística e o rigor técnico	o valor da produção industrial e o consumo intermediário das unidades produtivas pesquisadas. O valor da produção pode ser estimado com base nas quantidades produzidas e nos preços médios de venda ou, alternativamente, no faturamento anual das unidades produtivas. O consumo intermediário deve considerar os gastos com matérias-primas e insumos, diretamente utilizados no processo produtivo. A partir dos resultados obtidos junto a uma amostra de agroindústrias, cooperativas, associações e demais unidades de beneficiamento e transformação, estimar valores médios por tipo e porte de empreendimento e extrapolar os resultados para o conjunto das unidades industriais do APL. • Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS Os dados da RAIS possuem defasagem de aproximadamente dois anos. Além disso, determinadas cadeias da sociobiodiversidade podem apresentar postos de trabalho informais, mesmo na indústria, o que tende a reduzir sua captação pelas estatísticas oficiais. Nesse contexto, as bases oficiais podem ser utilizadas como uma referência para a variação da produção industrial, sempre que houver dificuldade ou impossibilidade de obter as informações diretamente com os atores do APL.
ME5:	Indicador: Variação da área física sob manejo

Metas	Indicadores
Aumentar as áreas de extrativismo com manejo, áreas produtivas restauradas, e áreas com práticas de baixo carbono em 20% em 4 anos e 40% em 8 anos (aproximadamente 5% ao ano). Áreas dentro do território do APL. Referência: A ONU (ONU News, 2026) informou que entre 2020 e 2025, o Brasil expandiu os territórios de florestas sob concessões federais de 1,05 para 1,59 milhão de hectares e aumentou em 51,5% a zona florestal sob manejo sustentável. O governo brasileiro tem metas ambiciosas para recuperação de áreas degradadas. O PlanaVeg 2025-2028 (Brasil, 2024) identificou que há mais de 23,7 milhões de hectares degradados no país localizadas em assentamentos da reforma agrária, imóveis rurais, Terras Indígenas (TI) e Unidades de Conservação (UC) de âmbito federal, sendo quase 60% do total dos hectares estão no bioma Amazônia. A meta é recuperar 12 milhões de hectares no país entre 2025-2028, ou seja, mais de 50% em quatro anos. No bioma amazônico, os SAFs e sistemas silvipastoris vêm ganhando espaço como alternativas de produção associadas à restauração. A área mapeada em restauração ativa passou de 14,5 mil para quase 40 mil hectares em quatro anos, um crescimento de 173%. O Bioma Mata Atlântica é o bioma com maior área mapeada em restauração, seguido pelo bioma Amazônia (Couto Jr. *et al.*, 2026). Estima-se que o aumento das áreas de restauração na Amazônia cresceu em uma média de 5% nos últimos quatro anos.	sustentável, restauração ou práticas produtivas de baixo carbono. Fórmula de cálculo: % = [(área no ano t / área na linha de base) – 1] × 100 Para calcular o tamanho da área será considerado: ● Área de floresta diretamente manejada (hectares). Indicador do Fundo Amazônia. ● Área com cobertura vegetal recuperada utilizada para fins econômicos (hectares). Indicador do Fundo Amazônia. ● Áreas de produção agrícola de produtos da sociobiodiversidade sob manejo sustentável, de baixo carbono (hectares). Linha de base: Último ano disponível Fonte de dados: Pesquisa direta com os atores do APL.

2.2. Cobertura da Estratégia

A Estratégia de Fomento dos APLs da Sociobiodiversidade abrange a Amazônia Legal, compreendendo integralmente os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e, parcialmente, o estado do Maranhão. Esse recorte territorial reúne 773 municípios, ocupa aproximadamente 5 milhões de km², cerca de 60% do território nacional, e concentra aproximadamente 26,7 milhões de habitantes.

A cobertura da Estratégia não se limita a um conjunto previamente definido de APLs. Seu objetivo é estabelecer diretrizes, instrumentos e mecanismos de apoio aplicáveis aos Arranjos Produtivos Locais da sociobiodiversidade existentes ou que venham a ser estruturados e reconhecidos na Amazônia Legal.

Inicialmente foram mapeados 84 APLs nos nove estados. Para assegurar que a construção da Estratégia incorporasse informações e perspectivas dos territórios, foram selecionados na fase 1 do projeto nove APLs prioritários, sendo um em cada estado. Dessa forma, esses nove APLs funcionam como referências territoriais para a formulação da estratégia, mas não delimitam seu universo de aplicação.

Cada APL pode compreender um ou mais municípios próximos geograficamente e articulados por uma mesma dinâmica econômica e produtiva em torno de determinada cadeia de valor. Os recortes dos APLs podem, portanto, coincidir total ou parcialmente com outras territorialidades utilizadas pelas políticas públicas, como os Polos das Rotas de Integração Nacional do MIDR e os Territórios da Sociobioeconomia (TSBio) estipulados pelo programa Prospera Sociobio do MMA. Essa articulação é relevante porque a Estratégia de APLs não busca estabelecer uma nova territorialização de forma isolada, mas atuar de maneira complementar e integrada aos recortes e às políticas públicas federais e estaduais já existentes. O Anexo III apresenta o cruzamento entre os APLs identificados na Fase 1 e as demais territorialidades.

Em relação às atividades econômicas, a Estratégia considera os diferentes elos e funções associados ao negócio desenvolvido pelo APL, incluindo produção e manejo, beneficiamento e transformação, logística e serviços de apoio, marketing, comercialização, e pesquisa e inovação. Sua atuação não se restringe, portanto, à produção primária ou a uma atividade específica da cadeia produtiva.

Finalmente, a Estratégia prioriza intervenções sobre desafios coletivos de competitividade e sustentabilidade dos APLs, sempre orientados por uma visão de futuro compartilhada pelos atores de cada APL.

2.3. Público-alvo e beneficiários

O público-alvo e os beneficiários da Estratégia são definidos a seguir.

2.3.1. Público-alvo

O público-alvo da Estratégia são os agentes econômicos e organizações que integram os APLs da sociobiodiversidade, sobre os quais podem incidir diretamente ações voltadas ao seu fortalecimento e ao aumento da competitividade dos APLs.

O público-alvo prioritário são as associações produtivas, as cooperativas, as micro, pequenas e médias empresas rurais e urbanas, e também startups e empresas âncora de beneficiamento, comercialização e serviços.

A Estratégia também possui um público-alvo institucional, composto por Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), instituições de apoio, órgãos e entidades públicas e outras organizações que possam receber apoio direto para ampliar sua capacidade de desenvolver e transferir tecnologias, prestar serviços ou implementar soluções demandadas pelos APLs.

2.3.2. Beneficiários

Foram definidos dois tipos de beneficiários, diretos e indiretos.

Os beneficiários diretos da Estratégia são os produtores e extrativistas que participam das atividades econômicas dos APLs e que são diretamente atendidos pelas iniciativas implementadas, especialmente agricultores familiares e os povos e comunidades tradicionais (PCTs) envolvidos nas cadeias da sociobiodiversidade.

Jovens e mulheres são definidos como públicos prioritários, buscando ampliar sua participação nas atividades econômicas, organizações produtivas e instâncias de governança dos APLs.

Os beneficiários indiretos são as famílias, comunidades e demais atores dos territórios que se beneficiem dos efeitos decorrentes da Estratégia, como a dinamização econômica, a conservação ambiental e a valorização dos produtos da sociobiodiversidade.

Consideramos povos e comunidades tradicionais (PCTs) e os agricultores familiares conforme definições a seguir.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), estabelece que os PCTs são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Já nos termos da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural quem pratica atividades no meio rural atendendo, simultaneamente, aos requisitos: I — não deter, a qualquer título, área maior que 4 módulos fiscais; II — utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento; III — ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades do estabelecimento (na forma definida pelo Poder Executivo); IV — dirigir o estabelecimento com a família.

Bibliografia

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – Planaveg 2025–2028: rota estratégica para recuperação de 12 milhões de hectares.** [Brasília, DF]: MMA, 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Ministério da Fazenda. **Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia 2026–2035: sumário executivo**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2026.

COUTO JR., Antonio; SANTOS, Viviane; PESTANA, Sophia; CALIXTO, Bruno; BARBOSA, Camila. **Observatório da Restauração amplia em 33% as áreas mapeadas e fortalece a governança de dados no Brasil**. WRI Brasil, 16 jan. 2026. Disponível em: https://www.wribrasil.org.br/noticias/observatorio-da-restauracao-amplia-em-33-areas-mapeadas-e-fortalece-governanca-de-dados-no. Acesso em: 22 set. 2026

ONU NEWS. **Brasil expande manejo sustentável de florestas, diz ONU**. 11 maio 2026. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2026/05/1853099. Acesso em: 22 set. 2026.

PORTO, Gilberto; MOURA, Jéssica Morais de; SAD, Amanda; MORENO, Lucas Lima; QUARESMA, Isadora Ernesto Silva; FERREIRA, Euciana Amanda de Azevedo. **Guia 1 para formulação de**

políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento regional. Brasília, DF: Instituto Publix, 2023. E-book. ISBN 978-85-63133-23-6.

3. Planos de ação para os APLs de maior relevância

Os APLs mais relevantes são aqueles que receberam a maior pontuação em cada um dos nove estados da Amazônia Legal. Foi escolhido um APL por estado.

Os planos de ação dos APLs mais relevantes têm que responder aos objetivos estratégicos da Estratégia geral e também à sua própria estratégia de APL.

Cada APL tem uma série de desafios que dependem do negócio, território, estágio de desenvolvimento e outros fatores internos ou externos. Para superar esses desafios de forma mais eficiente, o APL deve definir sua estratégia ou visão de futuro se baseando numa análise robusta e deve ser validada pela maioria dos atores do APL. A estratégia é o caminho para superar os desafios identificados. Uma vez definida a visão estratégica do APL, torna-se mais claro identificar as áreas de melhoria e as ações prioritárias necessárias para alcançá-la. O plano de ação deve, portanto, estar diretamente alinhado a essa visão. A partir da visão estratégica e das ações priorizadas, são definidas as fontes de financiamento e o modelo de governança e gestão do APL, assegurando coerência entre os objetivos pretendidos, os instrumentos de implementação e a organização dos atores envolvidos.

Os objetivos estratégicos gerais foram definidos a partir dos principais desafios identificados nos APLs da sociobiodiversidade da Amazônia Legal. Dessa forma, espera-se que os desafios específicos de cada APL apresentem correspondência com esses objetivos, ainda que com diferentes níveis de relevância. Consequentemente, a visão estratégica e o plano de ação de cada APL devem contribuir para o alcance dos objetivos gerais da Estratégia e, por consequência, de suas metas.

Apresentamos primeiro aquelas iniciativas que consideramos mais relevantes a executar nos APLs em função do diagnóstico da fase 1 e do trabalho com nove APLs, e em segundo lugar apresentamos o plano de ação para cada um dos nove APLs.

3.1. Principais iniciativas a desenvolver nos APLs

As oficinas para construção do plano estratégico e plano de ação dos nove APLs selecionados apontaram uma série de iniciativas que estão totalmente alinhadas com o diagnóstico da fase 1.

Os APLs indicaram nas suas fraquezas o tema da infraestrutura logística, mas na hora de priorizar ações não priorizaram investimentos em infraestrutura logística de grande porte. Dentre ações relacionadas à logística, destacam-se a aquisição de veículos pelas cooperativas da Castanha do Vale do Acre; transporte refrigerado e melhoria dos pequenos portos e pontos de desembarque

do açaí no Amapá; melhoria das condições de acesso aos açaizais em Codajás; beneficiamento da castanha dentro dos próprios territórios de Mato Grosso; e implantação de estrutura básica de higienização e embalagem da banana no Sul de Roraima. Em vários casos, investimentos em processamento, armazenamento, refrigeração e equipamentos também foram entendidos como formas de enfrentar o gargalo logístico, pois reduzem perdas, aumentam a vida útil do produto e permitem que ele deixe o território com maior valor agregado. Portanto, não foram priorizados os grandes investimentos em infraestrutura logística porque consideram que estão além do seu alcance.

Na parte de coleta e produção primária houve grande demanda por iniciativas de assistência técnica de extrativismo e plantio. No Açaí de Codajás, foram priorizadas boas práticas e tecnologias de colheita; no Cacau da Transamazônica, pesquisas aplicadas, unidades demonstrativas e tecnologias voltadas aos sistemas agroflorestais; na Banana do Sul de Roraima, manejo, adubação, controle de pragas, mecanização e irrigação; e, no Cacau de Rondônia, um plano integrado de ATER abrangendo manejo da lavoura. Nos APLs extrativistas, como os de castanha, a preocupação recaiu sobre boas práticas de coleta, manejo e conservação dos recursos naturais.

As oficinas também mostraram que o aumento da produtividade não é tratado isoladamente. Há uma preocupação em elevar produtividade e qualidade sem perder os atributos ambientais e territoriais que diferenciam esses APLs. No cacau, isso significa tornar os SAFs mais competitivos e evitar que a expansão a pleno sol elimine o diferencial socioambiental; no açaí, melhorar o manejo sem promover a redução excessiva da diversidade de espécies nos açaizais de várzea; nas castanhas, assegurar regeneração e conservação dos castanhais; no Capim Dourado, compatibilizar coleta, manejo do fogo e conservação dos campos naturais do Cerrado.

Na etapa de processamento primário e secundário, observa-se uma preocupação em melhorar qualidade, regularização da produção e agregação de valor. As ações propostas incluem, por exemplo, adequação sanitária de batedores e agroindústrias de açaí no Amapá; implantação e modernização de estruturas de fermentação, secagem e controle de qualidade no Cacau da Transamazônica, e estrutura de higienização e embalagem da banana em Roraima. Em conjunto, essas iniciativas apontam para uma estratégia de reter maior parcela do valor da cadeia no território, reduzindo a venda de matéria-prima ou de produtos com baixo grau de processamento.

Na parte de mercado e comercialização, uma das questões mais recorrentes foi a necessidade de reduzir a dependência de atravessadores ou de poucos compradores. Essa preocupação aparece de forma clara nos APLs de castanha, açaí, banana e cacau. As ações propostas incluem estudos

e inteligência de mercado, comercialização direta (sem atravessador), capital de giro para que cooperativas possam adquirir a produção dos extrativistas, participação em feiras e acesso a mercados externos e fortalecimento da capacidade comercial das organizações locais. Outro padrão relevante é a busca pela diferenciação territorial dos produtos. Indicações Geográficas, certificação, rastreabilidade, marcas territoriais aparecem em diversos planos como formas de diferenciação e de reduzir a competição baseada em preço.

Na governança e organização coletiva, apesar das diferenças de maturidade institucional entre os territórios, houve forte convergência na necessidade de fortalecer associações, cooperativas e instâncias territoriais de decisão. Mesmo nos casos mais estruturados, aparecem problemas de baixa participação, descontinuidade das reuniões ou representação insuficiente de alguns grupos. Vários APLs propuseram estruturas executivas mais profissionalizadas, com equipe para elaboração e acompanhamento de projetos, secretarias executivas, gerentes remunerados capazes de coordenar projetos coletivos. Em Rondônia, por exemplo, a Cacauron identificou a necessidade de ampliar a equipe dedicada à captação de recursos, gestão técnica e comunicação, liberando as lideranças para funções de articulação política e institucional. Esse padrão sugere que a profissionalização da gestão é uma condição necessária para transformar decisões coletivas em projetos executados.

Por fim, na parte de pesquisa, inovação e informação apareceram em diferentes níveis que vão desde informações básicas como censos, estimativas de produção, cadastros e monitoramento, até agendas mais avançadas de pesquisa aplicada. No Acre foi priorizado o sensoriamento remoto dos castanhais; no Amapá, o levantamento da capacidade produtiva do açaí; em Mato Grosso, técnicas de clonagem da castanheira e desenvolvimento de novos produtos; no cacau da Transamazônica, unidades demonstrativas, novos equipamentos e laboratório de qualidade; no Capim Dourado, monitoramento da produção e comercialização; e, no cacau em Rondônia, eventos de pesquisa e transferência tecnológica.

Em síntese, os planos de ação indicam uma preferência por intervenções de escala territorial, executáveis e diretamente relacionadas à capacidade dos APLs de produzir melhor, reduzir perdas, agregar valor, acessar mercados e se organizar coletivamente. Os grandes gargalos estruturais permanecem relevantes, mas as prioridades definidas nas oficinas refletem também a governabilidade dos atores locais sobre cada tipo de intervenção.

3.2. Plano de ação por APL

Para a construção do plano de ação por APL foram recolhidas informações por APL, foi preparada e realizada uma oficina com os principais atores de cada APL e depois foram sintetizadas as informações. A estrutura da oficina e do resultado que apresentamos segue a mesma lógica.

- Primeiro, validamos o diagnóstico do APL e definimos os seus desafios
- Segundo, definimos a visão estratégica
- Terceiro, definimos áreas de melhoria e ações prioritárias
- Quarto, definimos fontes de financiamento
- Quinto, definimos modelo de gestão e governança.

Sobre as áreas de melhoria e ações prioritárias, é importante esclarecer que, durante a oficina, foi explicado aos participantes que a priorização deveria se concentrar em um conjunto reduzido de iniciativas, de modo a destacar aquelas consideradas mais relevantes para o avanço do APL. Por esse motivo, foram selecionadas até seis ações prioritárias por APL, entre um conjunto mais amplo de necessidades e possibilidades identificadas nas discussões. Assim, em alguns casos, determinadas áreas de melhoria não tiveram ações incluídas entre as prioridades. Isso não significa que essas áreas sejam consideradas irrelevantes, mas apenas que, diante da necessidade de hierarquizar as intervenções, outras ações foram consideradas mais urgentes ou estratégicas. As demais ações identificadas e não priorizadas permanecem como referência para futuras iniciativas e para a atualização dos planos de ação.

As oficinas foram realizadas com um suporte em Powerpoint, onde foram recolhidas todas as informações e discussões. Os principais resultados serão apresentados a seguir.

3.2.1. Plano de ação do APL da Castanha do Vale do Acre

Tabela 1 – Plano de ação do APL da Castanha do Vale do Acre

Campo	Resultados da oficina
Características principais do APL	Historicamente, o APL da Castanha iniciou a sua atuação no Acre entre 1980 e 1990, quando assumiu o papel de principal pilar de subsistência e conservação da floresta amazônica no Estado. A profissionalização ganha força a partir dos anos 2000, com a criação da Cooperacre, a instalação das primeiras indústrias em Brasileia e Xapuri, seguida da abertura de uma planta industrial em Rio Branco e da conquista de

Campo	Resultados da oficina
	selos de produção orgânica e a consolidação de uma das maiores redes de comercialização de castanha no Brasil. Atualmente, o APL compreende os municípios Xapuri, Brasiléia, Rio Branco, Epitaciolândia e Sena Madureira, contando com cerca de 2.500 famílias que têm como principal fonte de renda a castanha-do-brasil e vivem na região do Vale do Acre. O APL estabelece parcerias com organizações de apoio na região, como as secretarias estaduais (SEAGRI, SEMA, SEPLAN) e o Programa Estadual de Bioeconomia, junto com o Ministério de Meio Ambiente. O processo de organização é feito por 6 cooperativas singulares e o beneficiamento e comercialização é feito pela Cooperativa Central. Os principais produtos do APL são: castanha in natura; castanha desidratada e sem casca; e óleo. A produção total divulgada em canais oficiais é de 9.947 Toneladas (IBGE, 2024), que representa 51% do estado e de 20 a 25% da produção nacional. Os dados de exportação direta são: cerca de 4.500 a 5.000 toneladas/ano, entre 45 e 50% da produção. E indiretamente, via outros estados, está entre 20 e 30% (Base no Comex Stat, 2024). Um ponto relevante quanto aos dados oficiais apresentados é que, durante a oficina, os participantes relataram que grande parte da castanha da região é vendida informalmente e não estão disponíveis na base de dados do IBGE. Os principais desafios no quesito produção são: as mudanças climáticas que têm afetado a safra; a perda de produção no período de chuvas. Em logística, o desafio é a infraestrutura de escoamento da produção e alto custo. Em processamento primário, a infraestrutura existente não atende a crescente demanda. A indústria enfrenta barreiras no processo de beneficiamento para regulamentar e padronizar produção de acordo com as normas e exigências legais. Em mercado regional amazônico, nacional e exportação há falta de pessoas para desenvolver o potencial produtivo, buscar mercado, compradores e negociar, também há interferência de atravessadores, causando preços baixos para produtores e a queda da exportação para o mercado estadunidense, após taxação, respectivamente. E, por fim,

Campo	Resultados da oficina
	no quesito articulação, há desafios na organização e gestão das cooperativas para conseguirem os melhores preços e condições, acesso a crédito e fomento à cultura empreendedora e cooperativista.
Principais desafios identificados pela análise FOFA	Fortalezas: • Organização das cooperativas, gestão do cooperativismo e formação de diretoria/ gestão compartilhada (agrega valor aos produtos e derivados). • Para que as indústrias de biodiesel mantenham o selo (e os benefícios fiscais associados), elas são obrigadas a firmar contratos de compra antecipada com cooperativas da agricultura familiar e extrativistas, o que garante previsibilidade de receita, permitindo planejar o fluxo de caixa. • Adoção de boas práticas de produção/coleta. • Seguridade social das cooperativas/cooperados. Oportunidades: • Organização geral da cadeia: boas práticas e controle de aflatoxinas pode ajudar a avançar em mercados exigentes • Demanda para a exportação, buscar acessar o mercado. externo (alta demanda internacional, Mercado Asiático, Mercosul, Europa), oportunidade com a ferrovia Transoceânica, parceria com APEX Brasil. • Acesso a crédito antecipado por meio de cooperativas ou agentes financeiros. • Gerar crédito de carbono. • Promover/desenvolver inteligência de mercado. • Beneficiamento dos produtos e agregar mais valor com subprodutos da castanha, como o biochar ou biocarvão, que é um material sólido rico em carbono, produzido a partir da pirólise de biomassa da casca da castanha. Fraquezas: • Grande parte da castanha da região é vendida informalmente, uma vez que os coletores preferem vender para atravessadores para não pagar Funrural, e deixam de entregar

Campo	Resultados da oficina
	a castanha para cooperativa (infidelidade dos cooperados), e comercializam com os atravessadores. • Logística e transporte (acesso às estradas). • Precariedade na questão trabalhista, que afeta o modo como fazem a coleta no campo e falta de padrão para a coleta. • Desorganização da produção familiar. Ameaças: • Clima instável, com safras imprevisíveis, devido a mudanças climáticas. • Ameaças aos territórios (desmatamento). • Falta de apoio governamental para os castanheiros e de políticas públicas, com recursos de mecanismos ambientais (REDD+, FNO) sendo destinados à pecuária enquanto extrativistas ficam desassistidos. • Instabilidade de mercado e ausência de contratos de longo prazo estáveis. • Tarifas para produtos estrangeiros, como as tarifas de importação impostas por outros países, como os Estados Unidos. • Instabilidade geopolítica e crises financeiras que afetam os produtos considerados não essenciais, como a castanha.
Visão estratégica	Ser referência nacional e internacional com uma castanha de qualidade, sustentável, orgânica, rastreável e de alto valor agregado*, liderada por cooperativas estruturadas e comunidades extrativistas que promovem conservação da floresta amazônica, renda justa e inovação**. *As castanhas-do-Brasil no Acre são coletadas por grupos coletivos de extrativistas, com práticas socioambientais e serviços ecossistêmicos refletidos em seus produtos, e que atendem as demandas dos mercados locais e internacionais, sendo reconhecidos pela agregação de valor aos produtos e benefícios sociais gerados, inclusive com a produção orgânica dentro de reservas extrativistas. As cooperativas estão preparadas para atender as exigências dos mercados nacional e internacional com qualidade e rastreabilidade por meio de selo de certificação da castanha. Oferta mais diversificada (*in natura* e subprodutos que atendem nichos diferentes de mercado), com maior valor agregado no produto *in natura* e industrializado.

Campo	Resultados da oficina
	**Trata-se do mapeamento de áreas por sensoriamento remoto para identificar os potenciais produtivos e garantir a produção sustentável. Introdução de métodos de coleta mais eficientes, aproveitando todos os subprodutos e resíduos, garantindo boas práticas de produção e coleta. Utilização de tecnologia para aproveitar a diversidade de subprodutos. Valores socioambientais e remoção de carbono, com pagamento por esses serviços ambientais.
Áreas de melhoria	1. Governança: articulação territorial, organização comunitária, parceiros. 2. Produção: coleta, transporte e beneficiamento. 3. Mercados: marketing e comercialização. 4. Inovação tecnológica/pesquisa.
Iniciativas prioritárias por área	1. Governança: articulação territorial, organização comunitária, parceiros 1.1. Fortalecer as organizações de base, estruturar e capacitar cooperativas, associações e comunidades tradicionais para que produzam, acessem mercados e políticas públicas de forma coletiva. 2. Produção: coleta, transporte e beneficiamento 2.1. Aquisição de veículos para cooperativas: sem transporte próprio, dependem de frete privado que consome toda a margem de lucro, tornando a atividade inviável. 2.2. Implementar programa de qualidade integral com assistência técnica e controle de qualidade, boas práticas adaptadas à escala, avançando o nível de industrialização. 3. Mercados: marketing e comercialização 3.1. Capacitação em inteligência de mercado para os gestores das cooperativas, com o foco no desenvolvimento de habilidade e competências para buscar dados e analisar cenários, que favoreçam a comercialização, como exemplo, para que possam desenvolver qual o preço médio nos mercados de destino, saber quem são os compradores e quais as tendências de mercado. 4. Inovação tecnológica/pesquisa

Campo	Resultados da oficina
	4.1. Mapeamento participativo com sensoriamento remoto em áreas de coleta (existe um projeto em andamento realizado pela SEAGRI, com o recurso do BID).
Fontes de financiamento	Fontes já acessadas: • BID (mapeamento participativo com uso de sensoriamento remoto). • Programa *REDD Early Movers* (REM): boas práticas. • Parceria com Seagri e Sebrae: capacitações para a castanha. • Recurso do Selo BioDiesel: cooperativas organizadas podem participar (acesso em 2025/pago em 2026). Fontes potenciais: • Fundo Amazônia: formação de estoque • Plano Safra da agricultura familiar • Prospera Sociobio (SOS Amazônia)
Modelo de governança	A governança almejada consiste em estabelecer um Coletivo Regional da Castanha, formado por multiatores (cooperativas singulares, Cooperacre, SEAGRI, SEMA, SEBRAE e empresas privadas), capazes de definir ações estratégicas em conjunto. Atualmente, participam da governança as lideranças da cooperativa central e, mensalmente, realizam assembleias e participam dos conselhos fiscal e administrativo. Em reuniões trimestrais, ocorre a abertura para as lideranças das cooperativas singulares, representadas por 3 delegados associados de cada cooperativa e todo o registro é feito em ata. Com o exposto, não há uma governança envolvendo multiatores no território.
Modelo de gestão que o APL identifica como ideal	A gestão do APL almeja expandir a equipe para que haja pessoas focadas em captar recursos, elaborar projetos, acompanhar a execução e monitorar os resultados. Com isso, calculam que precisam de, ao menos, 2 pessoas contratadas: 1 pessoa representando as cooperativas e mais 1 pessoa (que poderia ser de outro setor).

Campo	Resultados da oficina
	Atualmente, não há essa estrutura de gestão definida. A equipe da Cooperacre, que é a rede que aglutina as cooperativas singulares, que faz a gestão e o relacionamento. As cooperativas singulares possuem o plano de trabalho de curto, médio e longo prazo e repassam para ser incorporado pela cooperativa central.

Fonte: Elaboração da equipe consultora, com base nos resultados da Oficina do APL da Castanha do Vale do Acre, realizada em 28 de julho de 2026, com participação de representantes do Observatório da Castanha no Acre, da Cooperativa Agroextrativista de Assis Brasil, Epitaciolândia e Brasiléia (COOPAEB), da Cooperativa Agroextrativista dos Produtores Rurais do Vale do Rio Iaco (Cooperiaco), da SEAGRI, da SEMA e da CooperXapuri.

3.2.2. Plano de ação do APL de Açaí do Sul/Sudoeste do Amapá

Tabela 2 – Plano de ação do APL de Açaí do Sul/Sudoeste do Amapá

Campo	Resultados da oficina
Características principais do APL	O APL do Açaí Sul/Sudoeste do Amapá tem como núcleo os municípios de Macapá, Mazagão e Santana, abrangendo áreas estuarinas e de várzea associadas ao rio Amazonas. A produção do Arquipélago do Bailique também integra o arranjo por pertencer ao município de Macapá. O APL reúne aproximadamente 9 mil produtores e ribeirinhos, entre 5 mil e 10 mil batedeiras, 23 cooperativas com atuação direta na cadeia e 18 agroindústrias. Também conta com empresas processadoras, instituições de pesquisa e apoio e com o Polo da Rota do Açaí, que possui Comitê Gestor instituído. Os principais produtos do APL são: o fruto in natura, a polpa do açaí tradicional (batedeiras), o açaí em polpa congelada e o açaí liofilizado. A cadeia consolidou-se a partir do extrativismo de várzea e do consumo local, avançando desde os anos 2000 para maior industrialização, organização cooperativa e conexão com mercados nacionais e internacionais. A criação da Amazonbai, a expansão das agroindústrias e a implantação da Rota do Açaí representam marcos recentes desse processo.

Campo	Resultados da oficina
	A produção oficial é estimada em cerca de 8,2 mil toneladas por ano, mas a produção real pode alcançar aproximadamente 24,5 mil toneladas, considerando a subnotificação e o processamento ou circulação da produção via Pará. Estima-se que cerca de 90% da produção tenha origem em açaizais nativos ou manejados de várzea, enquanto o açaí plantado representa aproximadamente 10%. O principal diferencial do APL é sua base produtiva vinculada aos açaizais nativos de várzea, que contribuem para a manutenção da floresta em pé e para os modos de vida das populações ribeirinhas. Ao mesmo tempo, o crescimento da demanda exige manejo sustentável para evitar a "açaização" das várzeas, a simplificação dos ecossistemas e a perda de biodiversidade. Entre os desafios estruturais estão o fortalecimento do manejo sustentável; a melhoria das boas práticas, da higiene e do controle sanitário nas batedeiras; a redução da informalidade; a ampliação da agregação de valor no Amapá; a redução do processamento da produção via Pará; o acesso a mercados que valorizem origem, sustentabilidade e rastreabilidade; o fortalecimento das cooperativas e associações; e a estruturação de informações e da governança do APL.
Principais desafios identificados pela análise FOFA	Fortalezas: • Proximidade entre as áreas de coleta e de processamento, permitindo maior rapidez no beneficiamento e melhor preservação da qualidade do açaí. • Potencial para ampliar a produção de polpas e subprodutos, com maior agregação de valor no estado. • Existência do Plano Estadual de Apoio à Sociobioeconomia (PEAS) do Amapá, que oferece uma base institucional para o desenvolvimento da cadeia. • Elevada participação do açaí nativo na produção, reforçando o diferencial territorial. • Disponibilidade de áreas ainda pouco exploradas ou manejadas.

Campo	Resultados da oficina
	• Possibilidade de investimento em áreas plantadas. • Boutiques de açaí no centro das cidades do APL (com preço elevado). • Experiência prévia de atuação conjunta entre os atores. Oportunidades: • Crescimento do consumo de açaí nos mercados nacional e internacional, com perspectiva de expansão da demanda estimada de 2% ao ano nos próximos oito anos. • Ampliação das compras públicas, especialmente por meio do PNAE, que estabelece 45% das compras em produtos da agricultura familiar (incluindo produtos da sociobiodiversidade). • Acesso aos mercados europeu e asiático, que valorizam produtos sustentáveis, saudáveis, rastreáveis, de origem conhecida e associados à conservação da floresta. • Ambiente favorável às políticas de bioeconomia, com possibilidade de acesso a novos programas, investimentos e parcerias. • Mercados de carbono e pagamentos por serviços ambientais, associados à manutenção da floresta em pé. Fraquezas: • Elevada informalidade do mercado, com baixa regulação do setor. • Infraestrutura portuária e de entrepostos inadequada, dificultando o escoamento do açaí in natura e comprometendo as condições de higiene e conservação. • Infraestrutura insuficiente das batedeiras. • Ausência de um sistema estruturado de informações da cadeia produtiva, incluindo cadastro de produtores, produção por safra, batedeiras, beneficiamento e comercialização. • Dificuldade de acesso a crédito para pequenas agroindústrias, apesar da existência de linhas potenciais como FNO e BNDES.

Campo	Resultados da oficina
	• Dependência de atravessadores, que reduz o poder de negociação e a remuneração dos extrativistas. • Perda de mão de obra especializada, especialmente de peconheiros, associada à falta de tecnologia, segurança e renovação profissional. Ameaças: • Mudanças climáticas e ocorrência de estiagens, com impactos sobre a produtividade, os açaizais de várzea e a disponibilidade de água. • Risco sanitário associado à doença de Chagas e a outras formas de contaminação, com potencial de comprometer o consumo e a imagem do produto. • Expansão de sistemas de monocultivo e intensificação excessiva dos açaizais, tanto em áreas internas quanto externas ao território.
Visão estratégica	Ser referência no Brasil e nos mercados internacionais mais exigentes como território de Açaí de extrativismo de várzea do rio Amazonas, colhido pelos povos e comunidades locais com qualidade (sabor, aroma, rastreabilidade) e sustentabilidade (valorização da floresta em pé)*, com processamento moderno local** (preservando todas suas propriedades) e valorização total do fruto (economia circular com tecnologias inovadoras). *Ser reconhecido no Brasil e no mundo como referência em bioeconomia do açaí e patrimônio sustentável de alto valor global, com rastreabilidade e valorização da floresta em pé. Melhorar a divulgação do açaí dentro do Amapá e fora para que seja mais conhecido. **O processamento deve ser com qualidade respeitando as normas sanitárias para ter um açaí seguro e sem risco de contaminação. Melhorar infraestruturas e equipamentos para dar a garantia de qualidade. O processamento próximo das áreas produtivas garante o produto processado fresco e todas suas propriedades. Buscar inovação industrial e de produtos em função da demanda de mercado. Investir em açaíterias conectado com o turismo.
Áreas de melhoria	1. Produção e manejo sustentável de várzea.

Campo	Resultados da oficina
	2. Processamento (agregar valor no Amapá). 3. Mercado. 4. Governança.
Iniciativas prioritárias por área	1. Produção e manejo sustentável de várzea 1.1. Levantar e sistematizar estimativas da capacidade de produção de açaí no Amapá para apoiar o planejamento produtivo e comercial do APL. 1.2. Estruturar a logística refrigerada entre as áreas de coleta e as cooperativas e associações, com aquisição de caminhões e embarcações frigorificadas. 1.3. Apoiar os agricultores familiares na regularização fundiária e documental das propriedades e na preparação para acesso a crédito e financiamento. 2. Processamento (agregar valor no Amapá) 2.1. Promover capacitação e assistência técnica para adequação sanitária e adoção de boas práticas no beneficiamento do açaí por batedores e agroindústrias. 3. Mercado 3.1. Adequar e organizar os portos e pontos de desembarque do açaí in natura, melhorando as condições de recepção, manuseio, armazenamento temporário e comercialização. 4. Governança 4.1. Criar grupo de trabalho no âmbito do Polo da Rota do Açaí para avaliar e propor o aperfeiçoamento da legislação aplicável à cadeia, bem como fortalecer os mecanismos de controle e fiscalização da saída da produção para outros estados.
Fontes de financiamento	Fontes já acessadas: • Bancos diversos como o Banco da Amazônia, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Santander, Sicredi e Sicoob, com linhas para aquisição de equipamentos e capital de giro destinadas a produtores, batedeiras e demais empreendimentos da cadeia.

Campo	Resultados da oficina
	• AFAP – Agência de Fomento do Amapá: crédito para atividades produtivas e empresariais no estado. • MIDR, por meio da Rota do Açaí, com apoio a projetos estruturantes do APL. • Governo do Estado do Amapá, por meio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural (SDR): Programa AP Mais Produtivo, com apoio em equipamentos para cooperativas e associações • Ministério do Meio Ambiente (Prospera Sociobio), por meio recursos não reembolsáveis para os Núcleos de Sociobioeconomia, com previsão informada de aproximadamente R$11 milhões por núcleo. • BNDES e Fundo Amazônia com recursos não reembolsáveis destinados à capacitação e regularização de batedores, aquisição de equipamentos, escolas agrícolas e construção de agroindústrias, incluindo o Projeto Frutificar Amazônia. Fontes potenciais: • Finep com editais para modernização industrial e expansão de batedeiras com maior nível tecnológico. • Embrapii com recursos para pesquisa aplicada, inovação e desenvolvimento tecnológico industrial. • Universidades e instituições de pesquisa por meio parcerias para elaboração e execução de projetos de pesquisa, inovação, qualidade, rastreabilidade e aproveitamento de subprodutos.
Modelo de governança	A governança almejada para o APL prevê a formação de uma instância deliberativa representativa da cadeia, com participação de produtores, cooperativas, agroindústrias, batedeiras, municípios e instituições de apoio. Essa instância deverá definir prioridades, validar o plano de ação, acompanhar resultados estratégicos e distribuir responsabilidades entre os diferentes atores. Também deverá ampliar a participação dos municípios do sul do Amapá e criar mecanismos para garantir presença regular dos representantes. Atualmente, a governança está concentrada no Polo da Rota do Açaí, mas enfrenta baixa participação contínua de instituições e produtores.

Campo	Resultados da oficina
	O crescimento da economia do açaí, a entrada de novos atores e o interesse de outros municípios aumentaram a complexidade das decisões. Antes de criar um novo Comitê Gestor, é necessário definir se o mais adequado é fortalecer e ampliar a instância já existente no Polo da Rota do Açaí ou instituir uma estrutura distinta, com competências claramente delimitadas.
Modelo de gestão que o APL identifica como ideal	A gestão almejada prevê uma secretaria executiva mais ativa, com pelo menos uma pessoa dedicada e remunerada para organizar as demandas administrativas, apoiar a coordenação, preparar minutas e registros de reuniões, acompanhar processos, mobilizar os atores e dar suporte à execução das iniciativas. Também foi proposta a formação de comitês ou grupos específicos para executar projetos, compartilhando responsabilidades entre secretarias de estado, organizações produtivas e demais parceiros. Atualmente, a gestão está concentrada na coordenação do Polo da Rota do Açaí, exercida por duas pessoas de forma voluntária. Essa estrutura é insuficiente para responder ao volume de demandas gerado pela expansão da cadeia e pela necessidade de organizar reuniões, documentos, projetos e processos administrativos.

Fonte: Elaboração da equipe consultora com base nos resultados da Oficina do APL do Açaí do Sul/Sudoeste do Amapá, realizada em 30 de julho de 2026, com participação de representantes do Polo Açaí do Meio do Mundo, da Amazonbai, do SindAçaí, da ASBAP, do Instituto Federal do Amapá (IFAP), da Açaí Direct, do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), do Café de Açaí Faustina, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), da Associação dos Açaizeiros de Laranjal do Jari e do RURAP.

3.2.3. Plano de ação do APL de Açaí de Codajás (Amazonas)

Tabela 3 – Plano de ação do APL de Açaí de Codajás

Campo	Resultados da oficina
Características principais do APL	O APL do Açaí de Codajás está atualmente delimitado ao município de Codajás, área que coincide com a Indicação de Procedência do Açaí de Codajás, embora exista potencial de articulação futura com municípios do entorno, especialmente Coari e Anori. O arranjo reúne

Campo	Resultados da oficina
	aproximadamente 3.500 produtores e extrativistas, 82 batedores de açaí, a Cooperativa Agropecuária de Codajás (COOPCOD), com cerca de 30 cooperados, além de empresas que atuam na região e instituições de apoio como Sebrae, Senar e IDAM. A cadeia evoluiu de uma base voltada ao consumo local para uma atividade com maior organização produtiva e reconhecimento territorial. Entre os principais marcos estão o início da exploração comercial, os trabalhos de manejo conduzidos pelo IDAM, a expansão da produção, a mobilização dos produtores, a formalização da COOPCOD em 2020, o reconhecimento de Codajás como Capital Amazonense do Açaí em 2023 e a obtenção da Indicação de Procedência em 2024. A produção é baseada no açaí-precatório e combina sistemas extrativistas e plantados. Os dados do IBGE indicam cerca de 42 mil toneladas anuais, mas há divergência entre as estatísticas oficiais e a percepção dos atores locais quanto ao total da produção quanto à participação relativa do extrativismo e do cultivo plantado. Parte da produção plantada ocorre em sistemas agroflorestais, associando o açaí a outras espécies nativas, enquanto o extrativismo mantém forte relação com a conservação da floresta. Os principais produtos do APL são o fruto do açaí in natura, a polpa do açaí tradicional, e a polpa do açaí congelada. A Indicação de Procedência constitui um dos principais diferenciais do APL, por vincular origem, qualidade e requisitos ambientais. Sua gestão é apoiada por um Conselho Regulador composto por organizações produtivas, empresas e instituições de pesquisa ou ensino. Entretanto, a baixa proporção de produtores vinculados à COOPCOD evidencia limitada organização coletiva da base produtiva. Entre os principais desafios estão as perdas pós-colheita, estimadas entre 20% e 30%; a baixa cobertura da assistência técnica; a informalidade e as limitações sanitárias das batedeiras; a conclusão, o licenciamento e a entrada em operação da agroindústria da COOPCOD; o acesso a mercados de Manaus e de outras regiões; o

Campo	Resultados da oficina
	fortalecimento da marca Açaí de Codajás; a garantia de melhor remuneração aos produtores; e a ampliação da integração entre produtores, extrativistas, batedores, cooperativa e empresas.
Principais desafios identificados pela análise FOFA	Fortalezas: • Qualidade diferenciada do açaí de Codajás, reconhecida por empresas, com elevado teor de antocianina, boa pigmentação, sabor adocicado, riqueza em vitaminas e capacidade de manter a qualidade por até 24 horas após a colheita. • Condições naturais favoráveis à produção, com extensa planície e elevada disponibilidade de água para o desenvolvimento dos açaizais. • Reconhecimento territorial pela Indicação de Procedência e pelo título de Capital Amazonense do Açaí, apoiado pelo conhecimento produtivo acumulado ao longo de gerações. • Expansão do processamento local, com duas novas empresas em instalação e agroindústria da cooperativa em fase final de estruturação. • Elevado potencial produtivo, associado à existência de 22 ramais produtores e à expansão dos açaizais plantados. • Existência de batedores e empresas de maior porte atuando no beneficiamento, com geração de valor no município. Oportunidades: • Ampliação do processamento e da industrialização, com chegada de novas empresas e possibilidade de modernização das unidades existentes. • Aplicação e divulgação da Indicação de Procedência, fortalecendo a garantia de origem, qualidade e diferenciação do produto. • Articulação com instituições como Sudam, Sebrae e IDAM, para atração de investimentos, assistência técnica e fortalecimento institucional. • Possibilidade de forte crescimento da produção, com estimativa apresentada na oficina de alcançar até 100 mil toneladas no município.

Campo	Resultados da oficina
	• Expansão dos sistemas agroflorestais e da diversificação produtiva. • Ampliação da certificação orgânica, diante da existência de demanda de mercado. Fraquezas: • Baixo grau de organização coletiva entre produtores e demais atores do APL. • Deficiências logísticas e dificuldades de escoamento da produção, especialmente nas áreas rurais e durante o período chuvoso, com impactos sobre qualidade e preço. • Baixo nível de industrialização e necessidade de integrar os batedores, melhorar a padronização e ampliar a qualidade do processamento. • Fragilidade das experiências anteriores de cooperativismo, associada a problemas de execução e gestão. • Lentidão na obtenção de licenças e documentos necessários à operação da cooperativa. Dificuldade de articulação com órgãos estaduais de licenciamento. • Limitações no fornecimento de energia para o processamento • Impactos de medidas comerciais externas (EUA) sobre os preços recebidos pelos produtores. Ameaças: • Perda de oportunidades de mercado caso o APL não avance na organização, regularização sanitária, financiamento e controle de qualidade, permitindo que outras regiões ocupem os espaços no mercado. • Mudanças climáticas e desmatamento, com possíveis impactos sobre a produtividade e a sustentabilidade dos sistemas produtivos. • Riscos de doenças e pragas associados à expansão de monocultivos, incluindo ocorrência de besouros que afetam as palmeiras.

Campo	Resultados da oficina
	• Concorrência desleal e uso indevido da origem de Codajás por produtos de outras regiões, reduzindo a diferenciação territorial. • Risco de não aplicação efetiva da Indicação de Procedência, enfraquecendo sua capacidade de garantir qualidade e proteger a reputação do produto.
Visão estratégica	Ser referência com um açaí único (espécie precatória) do Amazonas com características de sabor (+doce), cor (+roxo), composição (solos fertilizados nas crescentes) e frescura (24h) diferenciadas, com produção sustentável procedente do extrativismo dos povos nativos e da agricultura familiar seguindo a tradição e aplicando tecnologias de manejo e SAF*, agregando valor com tecnologias de processamento que garantem e preservam a qualidade** e permitem chegar de forma direta ao mercado brasileiro, europeu e asiático***. *Produção de várzea extrativista baseado em manejo, e em terra firme com plantio em Sistemas Agroflorestais (65% da produção é proveniente de extrativismo de várzea e terra firme e 35% de SAF com preservação da floresta (sem queima). **Hoje 3 empresas grandes compram, processam e levam para o Pará. Batedores fornecem para Manaus. Uma das empresas compradoras, a Frooty, exporta para outros países. *** Objetivo é realizar a comercialização direta a partir da cooperativa. O entendimento é de que o preço de exportação é várias vezes superior ao nacional. Há também outras oportunidades, como o aproveitamento da borra do açaí (receberam vista de empresários Belgas interessados), e outros produtos como o açaí mix, base para outros produtos e mesmo para medicamentos.
Áreas de melhoria	1. Produção com qualidade, sustentabilidade e logística. 2. Processamento primário e secundário. 3. Posicionamento, marketing territorial e comercialização. 4. Governança e articulação institucional.
Iniciativas prioritárias por área	1. Produção com qualidade, sustentabilidade e logística 1.1. Capacitar e sensibilizar os produtores para boas práticas e tecnologias de colheita, garantindo frutos no ponto adequado de maturação, maior rendimento e qualidade, de forma a antecipar a

Campo	Resultados da oficina
	oferta e ampliar o período de comercialização com empresas compradoras. 1.2. Melhorar o acesso aos açaizais (pavimentação) e as condições de transporte da produção, reduzindo perdas e preservando a qualidade dos frutos. 2. Processamento primário e secundário 2.1. Fortalecer a articulação com empresas compradoras e processadoras para ampliar a adesão e o uso da Indicação Geográfica (IG) do Açaí de Codajás. 3. Mercado 3.1. Estruturar recursos financeiros e equipe dedicada para implementar e operacionalizar a IG do Açaí de Codajás. 4. Governança e articulação institucional 4.1. Fortalecer a articulação entre produtores, indústrias e instituições públicas e privadas para viabilizar investimentos, projetos e soluções para o APL, incluindo a criação de uma comissão municipal com responsáveis definidos e capacidade de encaminhamento e tomada de decisão. 4.2. Apoiar a consolidação da cooperativa, fortalecendo sua gestão, estrutura operacional e capacidade de atuação no APL.
Fontes de financiamento	Fontes já acessadas: • SEBRAE com capacitação e apoio para obtenção da IG • Município Codajás. • Na parte do Estado, o IDAM apoia com assistência técnica rural. Fontes potenciais: • Emendas parlamentares (já ajudou IG). • AFEAM (Agência fomento estado Amazonas). • CRESOL (Cooperativa crédito). • Banco da Amazônia. • Banco do Brasil.

Campo	Resultados da oficina
	• BNDES – Fundo Amazônia. • Instituições federais: MMA, MIDR, Suframa.
Modelo de governança	A governança almejada para o APL prevê a criação de uma instância coletiva de decisão, capaz de reunir a COOPCOD, produtores, extrativistas, batedores, empresas e instituições de apoio. Essa estrutura deverá definir prioridades, acompanhar o plano de ação e articular as demandas do APL com órgãos públicos e parceiros institucionais. Atualmente, o APL não possui comitê ou instância formal de governança. As decisões e articulações ocorrem principalmente por iniciativa da diretoria da COOPCOD, que se relaciona diretamente e de forma individual com o Sebrae e outras instituições. Esse modelo concentra a representação na cooperativa e limita a participação dos demais atores da cadeia.
Modelo de gestão que o APL identifica como ideal	O modelo de gestão almejado para o APL pressupõe a criação de uma estrutura executiva responsável por organizar e acompanhar as iniciativas definidas coletivamente. Essa estrutura deverá apoiar a elaboração de projetos, articular as instituições parceiras, organizar reuniões e registros, acompanhar cronogramas, mobilizar os atores e sistematizar informações sobre a execução do plano de ação. A COOPCOD poderá exercer papel central nesse processo. Atualmente, não existe uma estrutura executiva específica para o APL. As articulações e demandas são conduzidas principalmente pela diretoria da COOPCOD, que busca apoio diretamente junto ao Sebrae e a outras instituições. Dessa forma, a gestão ocorre de maneira pontual e concentrada, sem equipe dedicada, rotina formal de acompanhamento ou distribuição clara de responsabilidades entre os diferentes atores.

Fonte: Elaboração da equipe consultora com base nos resultados da Oficina do APL do Açaí de Codajás, realizada em 29 de julho de 2026, com participação de representantes da Cooperativa Agropecuária de Codajás (COOPCOD), das secretarias municipais de Economia e Inovação de Codajás e de Produção de Codajás, da Subsecretaria Municipal de Governo e Desenvolvimento Local, do Sebrae Amazonas, do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM),

3.2.4. Plano de ação do APL de Babaçu do Médio Mearim (Maranhão)

Tabela 4 – Plano de ação do APL de Babaçu do Médio Mearim (Maranhão)

Campo	Resultados da oficina
Características principais do APL	O APL do Babaçu do Médio Mearim concentra-se nos municípios de Bacabal, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues e São Luís Gonzaga do Maranhão, reunindo uma das principais bases produtivas e organizativas da cadeia do babaçu no Maranhão. Embora os dados da PEVS (IBGE) indicam Bacabal como o município de maior produção entre os integrantes do arranjo, os participantes da oficina ressaltaram que essa informação deve ser interpretada com cautela, pois o município também recebe produção oriunda de outras localidades, o que pode gerar imprecisões quanto à origem efetiva da produção registrada. O arranjo reúne aproximadamente 1.200 quebradeiras de coco, além de associações comunitárias, cooperativas, movimentos sociais, grupos produtivos e instituições de apoio que atuam nas etapas de extrativismo, beneficiamento e comercialização. A base organizativa inclui três cooperativas e dois grupos de geração de renda, com destaque para a COPPALJ, além da atuação da ASSEMA e do MIQCB. As cooperativas apresentam diferentes níveis de maturidade, capacidade produtiva e inserção em mercados, enquanto a organização social das quebradeiras constitui um dos principais ativos do APL, especialmente na defesa do acesso aos babaçuais, do Babaçu Livre e do protagonismo das mulheres extrativistas. A trajetória do APL é marcada pela organização social, pelo cooperativismo e pela construção de instrumentos de proteção e valorização do babaçu. Entre os principais marcos estão a criação da ASSEMA e da COPPALJ, a formalização do MIQCB, a instituição das primeiras leis do Babaçu Livre, o avanço da produção orgânica e, posteriormente, o acesso a financiamentos e parcerias estruturantes, incluindo recursos do Fundo Amazônia. A partir de 2019, a comercialização com a Natura ganhou relevância e fortaleceu a inserção no mercado nacional, alterando uma dinâmica

Campo	Resultados da oficina
	anteriormente mais orientada à comercialização internacional. A PGPM-Bio também já faz parte da realidade do APL. Os principais produtos do APL são a amêndoa, óleo, mesocarpo, sabão, sabonetes e outros derivados. A amêndoa apresenta maior volume produzido, mas o óleo se destaca como o principal produto comercial do APL e como aquele de maior agregação de valor, com forte inserção na indústria cosmética. Essa característica evidencia que a competitividade do arranjo depende não apenas da disponibilidade de matéria-prima, mas também da capacidade de processamento, da qualidade, da rastreabilidade, da certificação orgânica e da regularidade de fornecimento para mercados diferenciados. A continuidade do APL está diretamente vinculada à conservação e à renovação dos babaçuais e à manutenção do acesso das quebradeiras às áreas de coleta. Entre os principais desafios estão a derrubada das palmeiras, o avanço da fronteira agrícola sobre os babaçuais (que ameaça a disponibilidade de matéria-prima), a necessidade de ampliar a assistência técnica, desenvolver tecnologias que reduzam o esforço físico da quebra do coco, utilizar melhor a capacidade de beneficiamento já instalada e fortalecer cooperativas, grupos produtivos e o Consórcio Babaçu Livre. Também se destaca a necessidade de ampliar escala e regularidade para atender à demanda já existente por produtos orgânicos, rastreáveis e de maior valor agregado, conciliando geração de renda, organização coletiva e conservação ambiental.
Principais desafios identificados pela análise FOFA	Fortalezas: • Maturidade organizacional. Muitas lideranças entendem o cooperativismo e o associativismo; existem organizações parceiras e experiências de intercooperação. • História e tradição extrativista, valor social agregado e protagonismo feminino. • Boas práticas de manejo do babaçu.

Campo	Resultados da oficina
	• Estruturas de produção em melhoria e capacidade de cumprir exigências de mercado. • Ainda há uma boa quantidade de palmeiras produzindo, sendo uma fonte natural de matéria-prima. • Diversidade de produtos derivados, baseada no conhecimento tradicional. • Existe a Lei do Babaçu Livre em nível estadual e em alguns municípios. • Verticalização da cadeia. Oportunidades: • Crescimento do mercado bioético, associado a produtos oriundos de povos, comunidades, extrativismo e associativismo. • Políticas públicas, como a PGPM e outras, além de possibilidades de diversificação de produtos, projetos, consórcios e manejo em áreas de pastagem. • Parcerias, incluindo possibilidades de atuação com a Embrapa no Maranhão. • Capacitação e formação de lideranças e jovens. • Tecnologias para atrair a juventude. • Ampliação de mercados para óleo, mesocarpo, casca, azeite, artesanato, alimentos e sabonetes associados ao conhecimento tradicional. • Presença de organizações que apoiam os extrativistas. • Mercado de cosméticos naturais. • Acesso a redes varejistas, embora sujeito a elevadas exigências dos órgãos de controle. • Lei de repartição de benefícios. • Possibilidade de benefícios tributários para produtos extrativistas. Fraquezas: • Redução do número de produtores em função do envelhecimento e falta de jovens para dar continuidade à

Campo	Resultados da oficina
	atividade, com necessidade de promover sucessão e capacitação. • Extração artesanal, com pouca mecanização e tecnologia • Dificuldade de atender requisitos de mercado e exigências da fiscalização sanitária. • Desvalorização do trabalho das quebradeiras de coco e baixo preço da amêndoa; presença de muitos extrativistas não cooperados. • Babaçu localizado em terras privadas, com conflitos de acesso mesmo onde existe legislação. • Sazonalidade e irregularidade da oferta, prejudicando a comercialização. • Governança desigual entre territórios e comunidades. • Falta de financiamento bancário para aquisição de equipamentos e melhoria do manejo. • Problemas de regularização fundiária. • Logística de insumos e acesso a mercado, com custos elevados de frete. • Falta de diferenciação e de incentivos tributários que reconheçam os serviços ambientais. • Concorrência com produtos mais baratos e mais consolidados nos hábitos de consumo da população. Ameaças: • Expansão da fronteira agrícola, especialmente no MATOPIBA, com avanço de soja e milho e uso intensivo de agrotóxicos, inclusive por drones, afetando os babaçuais e a saúde humana. • Baixa efetividade da Lei do Babaçu Livre e insuficiência da fiscalização. • Mudanças climáticas, com redução da produção, secas prolongadas e ocorrência de fogo sem controle. • Oscilações de mercado e de preços. • Apropriação indevida dos saberes tradicionais sem repartição dos benefícios, inclusive por empresas externas ao território. • Instabilidade do mercado e da renda obtida com a atividade.

Campo	Resultados da oficina
	• Atuação política desfavorável à cadeia e insuficiência de políticas voltadas à proteção ambiental e aos extrativistas.
Visão estratégica	Ser referência nacional e internacional na produção de óleo de babaçu destinado à indústria de cosméticos, com qualidade, certificação orgânica, origem comprovada (rastreabilidade) e impacto socioambiental*, a partir do extrativismo realizado por comunidades tradicionais e quebradeiras de coco, com a inclusão da juventude e associado a novas tecnologias**, por incorporar inovação para o aproveitamento integral do babaçu*** e pela preservação e renovação dos babaçuais**** *O óleo de babaçu para a indústria de cosméticos foi apontado como o mercado de maior potencial e melhor remuneração. O acesso a esse mercado exige qualidade, rastreabilidade, certificação e maior organização das associações para comercialização, valorizando também os atributos sociais e ambientais do produto, com ênfase no Mercado Justo. Nesse sentido, o Consórcio Babaçu Livre foi citado como uma iniciativa voltada ao fortalecimento das organizações e à preparação da produção para atender a demanda de mercados mais exigentes, nacionais e internacionais. ** A continuidade do extrativismo depende da incorporação da juventude e da redução do esforço físico associado à quebra do coco, dando maior produtividade e renda. Para isso, foram destacadas a necessidade de tecnologias, sem perda dos saberes tradicionais, e o fortalecimento da assistência técnica estadual e municipal para apoiar cooperativas e associações. *** O APL possui matéria-prima, conhecimento tradicional e organizações locais para melhor aproveitamento da amêndoa, incluindo usos cosméticos e alimentícios, que podem ampliar a renda nas comunidades. Outros produtos citados: óleo refinado, mesocarpo, produtos cosméticos (sabão e sabonetes), farinha, artesanato, azeite, carvão, bebidas, sorvete. ****A preservação e a renovação dos babaçuais foram consideradas condições essenciais para a continuidade do APL. Os participantes destacaram que o avanço do desmatamento, inclusive em pequena escala, vem reduzindo a disponibilidade de matéria-prima e pode comprometer investimentos já realizados em equipamentos e estruturas de processamento, caso a existência dos babaçuais esteja em risco. Assim, além de conservar as palmeiras, é necessário manejo para favorecer sua regeneração e renovação, garantindo a reposição da matéria prima ao longo do tempo.

Campo	Resultados da oficina
Áreas de melhoria	1. Produção / Extrativismo. 2. Processamento e agregação de valor (primário e secundário). 3. Mercado e comercialização. 4. Organização e governança.
Iniciativas prioritárias por área	1. Produção e Extrativismo 1.1. Capacitação em boas práticas de manejo dos babaçuais e de gestão das propriedades, de forma a consolidar as boas práticas aplicáveis ao manejo florestal. 1.2. Melhorar a assistência técnica para as quebradeiras, ampliando o apoio continuado à produção, ao manejo e às organizações, por meio da articulação dos serviços públicos de ATER com instituições de apoio, ensino e pesquisa. 2. Processamento e agregação de valor (primário e secundário) 2.1 Avançar na prospecção de máquinas para quebra do coco, priorizando equipamentos de pequena escala e adaptados às condições de trabalho das quebradeiras, capazes de reduzir o esforço físico e aumentar a produtividade sem perder os conhecimentos e práticas tradicionais. 2.2. Ampliar o acesso a equipamentos para processamento de óleo e outros derivados. 3. Mercado e comercialização 3.1 Avançar na estratégia do Consórcio Babaçu Livre, fortalecendo a estruturação produtiva e a comercialização em rede, com estudos de viabilidade técnica e econômica das organizações, definição das escalas necessárias para tornar os negócios viáveis e investimentos em qualidade e rastreabilidade (a estratégia deverá ampliar a capacidade das organizações de atender conjuntamente à demanda já existente por óleo de babaçu, especialmente orgânico, aproveitando a experiência comercial e a estrutura da COPPALJ).
Fontes de financiamento	Fontes já acessadas: • Fundo Amazônia (principal) • Fundo da Biodiversidade (FunBio)

Campo	Resultados da oficina
	• BNB (Agroamigo, microcrédito) – babaçu e agricultura familiar / Pronaf B. • COPPALJ: fundo rotativo solidário, cooperados podem acessar. • Fundo Babaçu (BNDES) – MIQCB para pequenos projetos. • Fundo Ecos (até 150 mil) – editais. • Fundo Casa. • PNUD para estudos em 2019. • Pronaf B – alguns já acessam. Fontes potenciais: • Pronaf agroindústria. • Pronaf bioeconomia.
Modelo de governança	A governança almejada para o APL deverá reunir, em uma instância representativa, cooperativas, associações, sindicatos de produtores rurais, compradores e instituições públicas e de apoio, especialmente aquelas responsáveis pela assistência técnica. Considerando a existência de espaços de articulação já consolidados, como o Consórcio Babaçu Livre e o Diálogos do Babaçu, o modelo deverá buscar aproveitar e articular essas estruturas, evitando a criação de instâncias sobrepostas. Atualmente, o Consórcio Babaçu Livre, que é composto por 17 organizações de quatro territórios, funciona como espaço coletivo de deliberação sobre temas produtivos, comerciais e de políticas públicas. No âmbito estadual, o Diálogos do Babaçu também possui caráter deliberativo e reúne poder público, empresas e organizações de apoio, como WWF e GIZ. Assim, a governança atual apresenta diferentes espaços de decisão e articulação, mas ainda carece de uma instância claramente orientada às prioridades específicas do APL.
Modelo de gestão que o APL identifica como ideal	O modelo de gestão almejado prevê uma secretaria técnica ou gestor dedicado ao APL, responsável por acompanhar a execução dos projetos, articular as organizações participantes, apoiar a elaboração de propostas, captar recursos, organizar informações e monitorar o andamento das iniciativas. Essa estrutura deverá dar suporte às

Campo	Resultados da oficina
	decisões tomadas pelas instâncias de governança e contribuir para integrar as ações das diferentes organizações do território. Atualmente, a execução das iniciativas ocorre de forma descentralizada entre as organizações do APL. Cada associação ou cooperativa conduz suas próprias ações, de acordo com sua capacidade e estrutura. A COPPALJ possui maior capacidade operacional para analisar e executar oportunidades, enquanto a ASSEMA e a Central do Cerrado assumem funções de execução e apoio em determinadas iniciativas, especialmente relacionadas à articulação e à comercialização. No âmbito do Diálogos do Babaçu, existe ainda uma secretaria técnica financiada pela GIZ. Apesar dessas estruturas, o APL não dispõe de uma equipe executiva própria e permanente dedicada ao acompanhamento de seus projetos e ações.

Fonte: Elaboração da equipe consultora com base nos resultados da Oficina do APL do Babaçu do Médio Mearim, realizada em 5 de agosto de 2026, com participação de representantes da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), do Sebrae Maranhão, da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF), da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária do Maranhão (SAGRIMA), da COPPALJ, da AMOSSAJE, da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) e da Associação de Quebradeiras de São Luís Gonzaga

3.2.5. Plano de ação do APL da Castanha do Brasil do Noroeste do Mato Grosso

Tabela 5 – Plano de ação do APL da Castanha do Noroeste do Mato Grosso

Campo	Resultados da oficina
Características principais do APL	Os primeiros registros de comercialização da castanha no noroeste de MT são da década de 1990. O preço era extremamente baixo, sem estrutura de beneficiamento ou agregação de valor e a atividade era pulverizada e informal. A partir de 2008, iniciou um processo de alavancagem e beneficiamento da produção, com a fundação da Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (COOPAVAM), que se tornou a principal organização da sociobiodiversidade na região, atendendo agricultores familiares de assentamentos e aldeias indígenas. Passam a acessar o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)/Conab, e a Política Nacional de Produtos da

Campo	Resultados da oficina
	Sociobiodiversidade (PNPSB) institui a PGPM-Bio (Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade), que fixa um preço mínimo para a castanha-do-brasil. E em 2012, conquistam a isenção do ICMS para derivados da castanha-do-brasil. Após esse período, há ampliação de unidades de beneficiamento, nos municípios de Cotriguaçu e nas aldeias do os Povos Munduruku, Apiaká, Kawaiwete e Zoró. Atualmente, o APL da Castanha de Mato Grosso é composto por 8 municípios e tem como principal polo produtor o município de Aripuanã, seguido de Juara, Juruena, Colniza, Juína e Cotriguaçu. Os municípios de Brasnorte e Castanheira também fazem parte do APL, porém produzem em menor quantidade. Cerca de 1500 famílias participam diretamente da produção e, a maioria, é formada por povos e comunidades tradicionais (PCTs). Foram identificadas 3 cooperativas e 9 associações produtoras: Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam), Associação Indígena Passapkareej (povo Cinta Larga, de Aripuanã-MT), Cooperativa de Produção do Povo Indígena Zoró - COOPERAPIZ e Associação do Povo Indígena Zoró (Apiz) (TI Zoró), Cooperativa dos Povos Munduruku, Apiaká e Kawaiwete - COOPMAK (TI Apiaka-Kayabi, de Juara-MT), Associação Aiaba (povo Rikbaktsa, de Cotriguaçu-MT), 02 Associações da RESEX Guariba-Roosevelt (AMORARR), Associação das mulheres Cantinho da Amazônia (AMCA), Associação de Coletores e Coletoras de Castanha do PA Juruena (ACCPAJ),Associação Indígena Rikbaktsa Tsirik, Associação Indígena da Aldeia Barranco Vermelho (ASIBV). Os principais produtos do APL são: castanha in natura, castanha seca e sem casca, farinha e o óleo. A região coleta cerca de 70% da castanha do estado e 3% da produção nacional, sendo 1048 toneladas (IBGE, 2024). E cerca de 80% a 90% do volume colhido é escoado para outras regiões, sendo comercializado in natura ou beneficiado para o Sudeste, exportado para a Bolívia (muitas vezes para reexportação) ou enviado para mercados internacionais.

Campo	Resultados da oficina
	Um aspecto relevante é que os grupos são representados no Observatório da Castanha da Amazônia e realizam o trabalho em rede com algumas organizações. As principais instituições de apoio são SEBRAE, Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER), Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF), FUNAI e Pacto das Águas. Há apoio dos programas REM Mato Grosso e Aquisição de Alimentos (PAA). A castanha do noroeste de Mato Grosso concentra-se, majoritariamente, em áreas protegidas, portanto possui alta relevância ambiental e depende diretamente da conservação da floresta, e vem sofrendo grande pressão do agronegócio do entorno. Então, manter a produção e garantir renda da floresta é crucial. Os principais desafios identificados no âmbito da produção são: mudanças climáticas afetando a safra e a adoção limitada de boas práticas de manejo impactam a capacidade de regeneração da espécie. No quesito logística, o desafio é o escoamento da produção, que se concentra em áreas protegidas distantes dos centros urbanos e com baixa infraestrutura. Em processamento primário, a dificuldade financeira das famílias coletoras leva à venda imediata do produto aos atravessadores. Nos processos industriais, há desafios em garantir que a matéria prima chegue com qualidade e em quantidade na indústria; outro ponto é a falta de unidades de beneficiamento, que limita a capacidade de processamento e agregação de valor. Sem infraestrutura, a castanha é vendida in natura, com margem muito menor. Em mercado regional amazônico, mercado nacional e exportação, as dificuldades apresentadas, respectivamente, são: Instabilidade de preços; exigências sanitárias, ambientais e certificações; e baixo volume processado e com concorrência direta com a Bolívia, que estruturou uma cadeia de beneficiamento e exportação organizada, com escala e certificações que o Brasil e, especialmente Mato Grosso, ainda não alcançou. Por fim, outro

Campo	Resultados da oficina
	desafio estruturante é a competição das cooperativas com um circuito informal dominado por atravessadores.
Principais desafios identificados pela análise FOFA	Fortalezas: • Inclusão socioeconômica. • Mato Grosso já está mais estruturado em termos de mercado, mercado interno muito forte, renda per capita alta, acima da média nacional, há demanda. • Cooperativas conseguem trazer uma valorização para o produto, valorização regional/ ênfase no território. • Grande potencial do aumento de produção nos territórios. • Comunitários conhecem a castanha e sabem fazer o trabalho. Há questão cultural/ modo de vida ligada a castanha. • As organizações locais possuem informações, que poderiam estar disponíveis. Oportunidades: • Fonte de financiamento permanente (regular) com a organização do arranjo e mercados locais/institucionais (como a PAA estoque/Conab/ PNAE). • Pesquisas e inovação para renovação dos castanhais como política pública. • Maior efetividade na atividade para conseguir uma redução dos preços no varejo. • Campanhas de comunicação para estimular o consumo da castanha. Fraquezas: • Falta capital de giro para pagar o castanheiro (coletor) e para assegurar melhores preços. • Preços baixos causados pela presença ativa de atravessadores nas comunidades. • Pouca articulação em rede (articulação local). • Envelhecimento dos castanhais e coleta prematura: baixa regeneração dos castanhais.

Campo	Resultados da oficina
	• Falta de acesso a parte dos castanhais (infraestrutura de coleta precária). • Falta de assistência técnica e boas práticas de manejo dos castanhais. • Castanha para o próprio consumo alimentar dos povos, tem diminuído com a comercialização. • Poucos dados organizados e falta de precisão das informações. Pouca pesquisa aplicada. Ameaças: • Clima/ mudanças climáticas têm diminuído a safra. • Desmatamento/ queimadas/agrotóxico: tem matado as abelhas e afetado a polinização e a produção. • Dificuldade em financiamento de pesquisas em longo prazo. • Baixo consumo regional (culturalmente falando, não está no hábito alimentar da população urbana/ não PCT). • Preço alto no varejo (desestimula o consumo). • Garimpo nos territórios indígenas, ameaça constante aos povos indígenas e impacta a atividade, destruindo a coleta e contaminando os cursos d'água. • Projetos sociais e de renda fixa (exemplo REDD+), que oferecem recursos financeiros e tiram coletores da atividade. • Coletores externos aos territórios em períodos de safra, gerando conflitos e agravando o problema da coleta prematura.
Visão estratégica	APL constituído em base comunitária, ancorada no cooperativismo e associativismo dos povos da floresta, que protagonizam, lideram e coordenam as práticas sustentáveis de produção, o beneficiamento e a comercialização da castanha e seus subprodutos*, com rastreabilidade e inovação técnica, resultando em pagamento justo a quem coleta, desenvolvimento sustentável aos territórios e preço acessível a quem consome.** * APL deve ser baseado no cooperativismo e associativismo na agregação de valor (fortalecimento e desenvolvimento dessas organizações). Transformar-se em uma cadeia com maior domínio dos povos tradicionais (maior parte da produção está nos

Campo	Resultados da oficina
	territórios indígenas e comunidades tradicionais). Beneficiamento (das amêndoas e outros subprodutos alimentícios) e comercialização estão sob domínio desses povos. A castanha é única na Amazônia, mas deve virar ganho real para os povos e comunidades tradicionais (PCT). Os povos precisam fazer parte diretamente desse processo. Para isso, é preciso trabalhar a gestão do APL. Formação para uma estruturação mais robusta que protege territórios e que desenvolve mecanismos e metodologias para que os PCT possam gerenciar um negócio pertencente a eles e que moderniza os procedimentos de campo. ** Se refere ao pagamento justo aos coletores e ter um preço acessível para quem consome. Desenvolver o mercado consumidor no estado. Ter um sistema de rastreabilidade: ter informações sobre a produção e os caminhos de comercialização. Ter conhecimento sobre onde estão as castanhas são produzidas e onde são comercializadas. Criação de selos. Um APL organizado só será favorável se pagar um preço justo, valorizar a cultura e garantir a permanência dos povos nas comunidades.
Áreas de melhoria	1. Produção: coleta, transporte e beneficiamento. 2. Mercados: marketing e comercialização. 3. Governança: articulação territorial, organização comunitária, parceiros. 4. Inovação tecnológica/pesquisa.
Iniciativas prioritárias por área	1. Produção: coleta, transporte e beneficiamento 1.1. Regularizar as condições de trabalho extrativista, desenvolvendo Equipamento de Proteção Individual (EPIs) adequado, eliminando o trabalho infantil e buscando políticas públicas de apoio para alcançar um impacto imediato na segurança das famílias, e na capacidade de acessar mercados que exigem conformidade trabalhista (relaciona-se diretamente com a viabilidade de mercados internacionais e com a imagem do produto). 1.2. Beneficiar a castanha dentro dos territórios, transformando a amêndoa em óleo, subprodutos alimentares e cosméticos, retendo valor onde a produção ocorre e agregando valor nas comunidades. 2. Mercados: marketing e comercialização 2.1. Capital de giro/ Fundos rotativos [compra antecipada] e linhas de crédito específicas para a castanha, gerando acesso a

Campo	Resultados da oficina
	financiamento como condição básica para que as cooperativas e associações possam comprar a castanha diretamente dos extrativistas, rompendo a dependência do atravessador (inclui crédito para máquinas, equipamentos de logística e infraestrutura de beneficiamento). 3. Governança: articulação territorial, organização comunitária, parceiros 3.1. Formação para gestão cooperativa/ associativa (mercados, negócio, marketing, crédito) eficaz e forte, que faça sentido para as comunidades, que respeite as formas de organização e decisão de cada povo. 4. Inovação tecnológica/pesquisa 4.1. Desenvolvimento de técnicas de clonagem adaptadas à castanheira para acelerar o ciclo de produção e ampliar o conhecimento sobre variedades locais (produção mais rápida, banco de germoplasma, melhoramento, novas variedades). 4.2. Estudos/projetos para novos subprodutos (maior agregação de valor local) visando desenvolvimento de novos produtos e melhoria de renda.
Fontes de financiamento	Fontes já acessadas: • REM - avanço no APL Castanha, de ponta a ponta com recursos para instalação de infraestrutura de beneficiamento, apoio de logística e suporte a todas as necessidades identificadas (exemplo da agroindústria Zoró e Apiaká-Kayabi que executaram o projeto integralmente e entregaram toda a castanha contratada). • Programa de Aquisição de Alimentos/ Conab (contratos de venda). • Contrato REDD Fundo internacional/Carbono mercado privado • Amazônia +10. • Rede de pequenos investidores e pequenos projetos (Sitawi, Conexsus, NessT, Fundo Casa).

Campo	Resultados da oficina
	• Petrobrás Socioambiental. • Acesso por associação/ cooperativa diretamente (REM, pequenos projetos) e Acesso via parceiros (outras OSCs de apoio às organizações locais). Fontes potenciais: • REDD+ Jurisdicional. • MT Produtivo [com núcleo de inteligência de mercado e governança participativa]. • Projetos de Carbono privados, bem conduzidos, com Consentimento Livre Prévio e Informado (CLPI)/ protocolos de consulta, compreensão/ preparação das comunidades para esse tipo de recursos.
Modelo de governança	O APL almeja ter um apoio por meio de organizações locais descentralizadas, que represente as decisões dos povos tradicionais, respeitando os protocolos de consulta, com visão voltada para a gestão territorial, fortalecendo o APL de forma integrada das áreas produtivas. Atualmente, cada organização busca atender às suas próprias demandas, bem como ampliar parcerias para atender a comunidade em suas especificidades. Há mais de uma organização social por território e isso impacta negativamente na articulação local, pois não há colaboração no território e, muitas vezes, há certa concorrência interna.
Modelo de gestão que o APL identifica como ideal	O modelo de gestão desejado passa por realizar projetos em rede, com uma organização proponente e organizações menores aglutinadas, que em conjunto possam ser mais bem articuladas e com maior infraestrutura. Neste sentido, será necessário ter uma organização que consiga mobilizar e garantir acesso a recursos. No momento, cada cooperativa está focada em seu território e as organizações locais apresentam níveis de maturidade diferentes e,

Campo	Resultados da oficina
	neste ponto, a maturidade está relacionada à maior ou menor grau de dependência de atravessadores.

Fonte: Elaboração da equipe consultora, com base nos resultados da Oficina do APL da Castanha do Noroeste de Mato Grosso, realizada em 27 de julho de 2026, com participação de representantes do Observatório da Castanha de MT, Subprograma Agricultura Familiar SEAF - REM-MT/ SEMA, Pacto das Águas, COOPMAK, Cooperativa de Produção do Povo Indígena Zoró - COOPERAPIZ, Embrapa Agrosilvipastoril, Unigep/SEAF-MT, COOPAVAM, MT Produtivo.

3.2.6. Plano de ação do APL de Cacau da Transamazônica (Pará)

Tabela 6 – Plano de ação do APL de Cacau da Transamazônica

Campo	Resultados da oficina
Características principais do APL	O APL do Cacau da Transamazônica abrange 11 municípios do estado do Pará, tendo Medicilândia como principal núcleo produtivo e incluindo Altamira, Anapu, Brasil Novo, Pacajá, Placas, Rurópolis, Novo Repartimento, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. O arranjo reúne cerca de 34 mil produtores, dos quais aproximadamente 95% são agricultores familiares, além de cooperativas, uma cooperativa central, agroindústrias e grandes empresas compradoras. Conta também com ampla rede de instituições de pesquisa, assistência técnica, governo e organizações socioambientais, articuladas no Polo da Rota do Cacau da Transamazônica, que possui Comitê Gestor instituído. Entretanto, os participantes destacaram que o número de cooperativas atuantes é superior ao registrado no diagnóstico e que apenas uma parcela reduzida delas participa efetivamente da governança do Polo. A cadeia se consolidou desde a década de 1970, inicialmente com apoio da Ceplac, avançando posteriormente na adoção de sistemas agroflorestais, no fortalecimento das cooperativas, na organização produtiva e na agregação de valor. Entre os marcos recentes estão a implantação de agroindústrias locais, a produção de chocolate de

Campo	Resultados da oficina
	origem, a consolidação da governança do Polo e o fortalecimento do Pará como principal produtor nacional de cacau. A produção combina sistemas agroflorestais, historicamente vinculados à agricultura familiar, com a expansão recente de modelos mais intensivos a pleno sol. Estima-se que cerca de 75% da produção ocorra em SAFs e 25% em plantios a pleno sol. Os sistemas agroflorestais contribuem para a conservação da biodiversidade, a recuperação de áreas alteradas, a produção de baixo carbono e a diferenciação socioambiental do cacau da Transamazônica. Os participantes ressaltaram que o crescimento produtivo precisa ser acompanhado por tecnologias adequadas à agricultura familiar, maior investimento em pesquisa e desenvolvimento e sistemas produtivos mais competitivos. Também destacaram a necessidade de ampliar o controle de pragas e doenças, especialmente diante da redução da disponibilidade de insumos químicos, e de considerar os impactos das mudanças climáticas na formulação de políticas públicas, assistência técnica e instrumentos de crédito. O APL apresenta potencial para avançar na produção de cacau fino, orgânico, amêndoas diferenciadas e derivados como nibs, massa, licor, manteiga e chocolate de origem. Entretanto, a ampliação da agroindustrialização depende da regularização das unidades e dos produtos, de incentivos fiscais adequados à agricultura familiar e da melhoria dos processos de fermentação, secagem, armazenamento e padronização. Atualmente o APL já produz uma série de produtos: amêndoas de cacau (commodity, fino, orgânico certificado), manteiga de cacau, massa (ou pasta) de cacau, chocolates (*bean-to-bar*), nibs de cacau, cacau em pó, e outros produtos como doces, licores e geleias. Entre os principais desafios estão a ampliação da assistência técnica para o manejo em SAFs; o aumento da produtividade sem perda da qualidade e do diferencial ambiental; o fortalecimento da inovação tecnológica voltada aos pequenos produtores; a adequação das políticas de crédito às características dos sistemas agroflorestais; a

Campo	Resultados da oficina
	legalização das agroindústrias; e a ampliação da participação das cooperativas e demais atores na governança do APL.
Principais desafios identificados pela análise FOFA	Fortalezas: • Condições de solo e clima extremamente favoráveis à produção de cacau. • Ampla base institucional, com participação de instituições de pesquisa, assistência técnica, governo, cooperativas, empresas e organizações socioambientais. • Tradição em pesquisa e desenvolvimento de sistemas agroflorestais, fortalecendo o diferencial ambiental da produção. • Presença de cooperativas que trabalham com cacau orgânico e produtos diferenciados. • Qualidade reconhecida das amêndoas e dos derivados, incluindo premiações e características específicas da manteiga de cacau. • Existência de agentes econômicos que facilitam a comercialização. • Banco de germoplasma e produção de sementes, embora a rede de viveiros ainda seja insuficiente. • Protagonismo feminino, sucessão familiar. • Presença de produtores empreendedores. Oportunidades: • Abrir mercados com a verticalização. Agregar valor e prevenir monilíase com fermentação tipo 1 e 2. • Acesso a mercados diferenciados por meio de Indicação Geográfica, certificações e atributos socioambientais. • Ampliação da produção de derivados, como geleias, mel de cacau, pó, chá e licores, condicionada à regularização dos produtos. • Novos editais, fundos e projetos de pesquisa, especialmente associados à bioeconomia e à Amazônia.

Campo	Resultados da oficina
	• Pagamento por serviços ambientais e valorização dos sistemas agroflorestais. • Turismo de experiência e turismo rural associado às fazendas, agroindústrias e produção artesanal. • Instalação de novas empresas e ampliação de parcerias com instituições de pesquisa e compradores. • Crescimento do cooperativismo e da capacidade de captação coletiva. Fraquezas: • Baixa cobertura da assistência técnica e reduzida profissionalização dos produtores. • Problemas logísticos, especialmente precariedade das estradas, alto custo de transporte e encarecimento dos insumos. • Informalidade e dificuldades de legalização das agroindústrias e dos produtos. • Regularização ambiental e fundiária insuficiente, dificultando acesso a crédito e mercados. • Uso de produtos químicos nem sempre autorizados, com necessidade de ampliar soluções biológicas, manejo integrado de pragas e doenças e reduzir o excesso de adubação. • Ausência de rede de coleta, processamento e distribuição de sementes florestais. • Relações de trabalho frágeis e risco de trabalho não formalizado. • Ausência de informações estruturadas sobre o Polo, incluindo produtores, produção, sistemas produtivos e uso de insumos. • Expansão das áreas de cacau a pleno sol, com risco de perda do principal diferencial socioambiental do APL. • Energia elétrica cara, limitando a verticalização e a agroindustrialização. Ameaças:

Campo	Resultados da oficina
	• Mudanças climáticas, com impactos relevantes sobre os sistemas produtivos. • Chegada e disseminação de doenças e pragas, com destaque para monilíase, viroses, fitoses e lagartas. • Forma como o mercado trata o produtor e comportamento do preço do cacau, afetando a remuneração e a estabilidade econômica. • Elevado custo da energia, com necessidade de soluções energéticas mais sustentáveis. • Expansão de formas de agricultura que entram em conflito com a cacauicultura, incluindo uso de drones e avanço da soja pelas duas extremidades da Transamazônica. • Riscos reputacionais no mercado internacional relacionados a alegações de trabalho escravo no Brasil.
Visão estratégica	Ser reconhecidos nacional e mundialmente como a principal região brasileira de cacau sustentável (SAF e economia circular), de alto valor agregado (diferenciado*, rastreável), com base na agricultura familiar, integrada com cooperativas e empresas sustentáveis**, aplicando ciência e inovação tecnológica (tecnologias como controle fitossanitário), com indústria local*** (médio porte para ingredientes diferenciados) e turismo de experiência, e com impacto na conservação da Amazônia. *Refere-se a melhora da qualidade e da diferenciação do cacau produzido na região, com aumento da participação de amêndoas fermentadas, cacau superior e cacau fino, além do desenvolvimento de produtos fermentados e sua divulgação. Atualmente, a produção de cacau fino ainda representa parcela reduzida do total (não há necessidade de produzir um cacau ultra fino), estimada pelos participantes entre 1% e 3%, havendo potencial para alcançar entre 10% e 20%. A produção orgânica também permanece limitada, estimada entre 0,5% e 1%. A diferenciação deverá estar associada não apenas à qualidade do produto, mas também à comunicação de atributos relacionados à origem amazônica, aos Sistemas Agroflorestais (SAFs), à conservação ambiental (80% das propriedades na Amazônia são conservadas por lei) e à rastreabilidade. Citaram como referência a Bahia, onde se faz um bom trabalho de marketing associando o cacau aos SAF. A região já registra experiências de premiação, certificação orgânica e exportações em pequena escala para mercados como França e Bélgica. A ampliação desses mercados, entretanto,

Campo	Resultados da oficina
	requer investimentos, controle de qualidade e maior padronização dos processos de fermentação. A adoção de instrumentos de diferenciação, como a Indicação Geográfica (IG), também foi apontada como possibilidade, desde que associada a protocolos de qualidade. A Bahia também foi citada como referência na aplicação da IG como instrumento para controle de qualidade. **Competitividade refere-se a consolidação de relações comerciais capazes de combinar sustentabilidade com competitividade econômica. Foi destacada a necessidade de fortalecer cooperativas e demais organizações produtivas para que operem de forma rentável, reduzam custos e ampliem o acesso direto a mercados mais valorizados. Os custos são muito altos atualmente. Parcela expressiva da produção é comercializada por meio de intermediários e para os três grandes compradores (Cargill, Olam e Barry Callebaut), o que limita a apropriação de valor pelos produtores. Portanto, é necessário diversificar os canais de comercialização e fortalecer nichos de mercado. ***A Industrialização diz respeito à ampliação da capacidade regional de beneficiamento e transformação do cacau.
Áreas de melhoria	1. Governança e articulação institucional. 2. Produção sustentável e ATER. 3. Beneficiamento e agregação de valor. 4. Mercado e posicionamento.
Iniciativas prioritárias por área	O APL do Cacau da Transamazônica já dispõe de um plano de ação prévio, estruturado no âmbito do Polo Rota do Cacau Transamazônica, que reúne uma carteira de projetos e iniciativas voltadas à inovação e tecnologia, produção sustentável, capacitação, agregação de valor, mercado e fortalecimento da governança. Entre as ações previstas estão o fortalecimento do laboratório de solos, implantação de Unidades de Referência Tecnológica, projetos de boas práticas e bioinsumos, capacitação de técnicos, realização de censo da cacauicultura, implantação de centro de inovação, fortalecimento da incubadora de empresas e desenvolvimento da Rota Turística do Cacau. A seguir, apresenta-se as ações priorizadas durante a oficina, por área de melhoria, que devem ser consideradas de forma complementar e articulada com o planejamento já existente. 1. Governança e articulação institucional

Campo	Resultados da oficina
	1.1. Formalizar um plano territorial para o cacau, com metas, responsáveis, prazos e mecanismos de monitoramento. 1.2. Fortalecer a governança do Polo, ampliando a participação das cooperativas e a articulação com o Governo do Estado, Funcacau, instituições de pesquisa (inclusive as de Belém) e demais atores, incluindo a busca por representação das cooperativas da região no Funcacau e a integração e disseminação de experiências e iniciativas bem-sucedidas no território. 2. Produção Sustentável e ATER 2.1. Desenvolver pesquisas aplicadas para aumentar a produtividade e a competitividade do cacau produzido em SAFs, incluindo a implantação de unidades demonstrativas e o desenvolvimento e teste de tecnologias e equipamentos adaptados às condições de campo. 3. Beneficiamento e agregação de valor 3.1. Implantar e modernizar unidades de beneficiamento primário, com foco em fermentação e secagem, incluindo unidades demonstrativas, equipamentos mais modernos e automatizados, com laboratórios de prototipagem de novos modelos de fermentação e mecanismos de certificação da qualidade. 3.2. Implantar um laboratório de qualidade no Polo, associado a um centro de inovação em cacau e chocolate, para inspecionar, medir e garantir que os produtos prontos ou matérias-primas atendam rigorosamente às normas técnicas e padrões exigidos. 4. Mercado e posicionamento 4.1. Fortalecer a marca territorial da Rota do Cacau por meio da criação de selo do território, associado à rastreabilidade da produção, à Indicação Geográfica e à certificação dos processos de beneficiamento.
Fontes de financiamento	Fontes já acessadas: • PDRS Compensações da UHE Belo Monte, MDR, Gov. Federal. • Funcacau (Pará).

Campo	Resultados da oficina

	• MDR financiando projeto da UFPA.
	• Projetos IPAM, TNC, etc. fontes nacionais e internacionais. Fundo Amazônia com as instituições.
	• Fundo Vale apoia Imaflora.
	• FNO – Banco Amazônia.
	
	Fontes potenciais:
	• CNPq para pesquisa básica.
	• PDRS Xingu para pesquisa de mestrado e doutorado.
	• Fapespa.
	• Sudam.
	• MMA fonte possível – Prospera Sociobio (instituição que poderia ser incluída).
	• IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.
	• Fundo verde para o clima.
	• FINEP (inovação, bioeconomia e agroindústria).
	• BNDES (Fundo Clima, Fundo Amazônia e programas de inovação).
	• EMBRAPII – projetos de inovação com empresas, CAPES (formação de recursos humanos).
	• Fundos internacionais:
	  ○ Green Climate Fund (GCF).
	  ○ Global Environment Facility (GEF).
	  ○ Banco Mundial.
	  ○ Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
	  ○ CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina).
	  ○ kfW (Alemanha).

Modelo de governança	A governança almejada para o APL está estruturada em torno do Comitê Gestor do Polo da Rota do Cacau da Transamazônica, concebido como instância coletiva de deliberação e articulação dos atores da cadeia. O modelo deverá ser aprimorado por meio da inclusão de novos participantes, especialmente cooperativas e organizações ainda pouco representadas, da realização de encontros

Campo	Resultados da oficina
	mais regulares e da definição mais clara de sua composição, atribuições e regras de decisão. Atualmente, o Comitê Gestor já está instituído e possui previsão de reuniões trimestrais, mas os encontros ocorrem com pouca frequência. Essa baixa regularidade limita a participação dos atores, a continuidade das decisões e o acompanhamento das prioridades do APL.
Modelo de gestão que o APL identifica como ideal	O modelo de gestão almejado prevê uma secretaria executiva permanente, com pelo menos uma pessoa dedicada em tempo integral, responsável por organizar reuniões, acompanhar projetos, articular instituições, apoiar a comunicação e monitorar a execução das iniciativas. O futuro Centro de Excelência poderá assumir personalidade institucional e exercer essa função de gestão e secretaria executiva do APL. Atualmente, parte dessas atividades é desempenhada por Marco Bonamico, contratado pela GIZ em regime parcial para acompanhar projetos e apoiar a comunicação. Embora relevante, essa estrutura ainda é insuficiente diante da extensão territorial, do número de atores e da complexidade das iniciativas do APL.

Fonte: Elaboração da equipe consultora com base nos resultados da Oficina do APL do Cacau da Transamazônica, realizada em 28 de julho de 2026, com participação de representantes da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC), da Embrapa, do Polo Cacau da Transamazônica, da Earthworm Foundation, da Universidade Federal do Pará (UFPA), da The Nature Conservancy (TNC), da Associação dos Municípios do Consórcio Belo Monte (ACBM), do Sebrae Pará, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), do Banco da Amazônia, da CEPOTX (Cooperativa Central de Produção Orgânica da Transamazônica e Xingu) e da COOPATRANS.

3.2.7. Plano de ação do APL de Cacau de Rondônia

Tabela 7 - Plano de ação do APL de Cacau de Rondônia

Campo	Resultados da oficina
Características principais do APL	Historicamente, o plantio comercial deu início nas décadas de 1970/80, majoritariamente, entre agricultores familiares. A partir dos anos 2000, com a introdução de materiais genéticos de qualidade, houve a revitalização da cadeia produtiva na região. O APL é composto por 12 municípios: Jaru (concentra maior produção), Ouro Preto do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Buritis, Cacaulândia, Porto Velho, Machadinho D'Oeste, Theobroma, Ariquemes, Nova União, Monte Negro, Campo Novo de Rondônia. Em 2021, a partir do projeto Cacau Sustentável, liderado pelo SEBRAE, um grupo de produtores criou a CACAURON. Hoje a associação conta com 60 associados, entre produtores e chocolateiros, somando 120 pessoas diretamente ligadas à produção, alcançando cerca de 120 a 130 toneladas/ ano. A quantidade de cacau produzida em Rondônia chega a 8.716 toneladas e a produção do APL chega a 5.656 toneladas, equivalente a 65% da produção do estado e 2% da produção nacional, ficando em 4º lugar como polo cacaueiro no país. A variedade de subprodutos do cacau produzidos no APL são: chocolate (vários tipos); amêndoas drageadas; castanha drageadas; mel de cacau; polpa de cacau; cremes de castanha com cacau (tipo Nutella); rapadura de cacau; e manteiga de cacau. Desde 2023, a produção do cacau rondoniense conta com o selo de Indicação Geográfica (IG), que abrange a totalidade do estado, considerando seus 52 municípios. Neste mesmo ano, passou a integrar a Rota do Cacau, uma estratégia federal formulada no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), também conhecida como Rotas de Integração Nacional. Todo esse reconhecimento se fortalece com as instituições de apoio na região, que estão comprometidas com o desenvolvimento regional, são elas: SEBRAE, IDARON, FAPERON, SENAR, EMATER, SEAGRI, Ecoporé, Rio Terra. O fortalecimento do APL também se deu por meio de projetos e programas, tais como: Plante Mais, PRONAF, PRONAMP, Programa

Campo	Resultados da oficina
	Fomenta Cacau - SENAR-RO, CEPLAC e COOPCAR; Projeto "Transforma Cacau" realizado pelo SEBRAE-RO; Plano Inova Cacau 2030 - MAPA; Projeto Escola do Chocolate - IFRO. No aspecto ambiental, a produção do cacau tem um caráter relevante, pois para se manter o selo de IG, é uma prerrogativa ter boas práticas de sustentabilidade. Apesar dos consideráveis avanços, o APL enfrenta desafios em diversas frentes, listamos as mais relevantes a seguir: na produção, as mudanças climáticas têm afetado a safra e a falta de assistência técnica também prejudica a eficiência produtiva; na logística, o transporte regional, como exemplo, a expansão para a Zona da Mata, divisa com o Acre, é desafiador pois são locais desassistidos em investimento viário; no processamento primário, a capacitação de pessoas para o cultivo do cacau e a falta de maquinários são pontos frágeis; na indústria, a dificuldade em garantir que a matéria prima chegue na indústria, considerando qualidade e quantidade; no mercado regional amazônico, nacional e exportação, respectivamente, apresentam desafios, como não ter mercado estabelecido para os produtores, as exigências sanitárias, ambientais e certificações e, por fim, o desafio de acessar o mercado internacional diretamente; no quesito de articulação, o diálogo entre organizações, associações e cooperativas e a ausência de linhas de crédito específicas para o cacau.
Principais desafios identificados pela análise FOFA	Fortalezas: • Estar na Amazônia Legal e *terroir* original do cacau no Brasil/ Clima favorece a fermentação. • Qualidade do cacau reconhecida (eventos, concursos e premiações), movimento criado para dar visibilidade ao produto. • Segmento organizado (Câmara Setorial do Cacau, chocolateiros, cadeia organizada) e presença de organizações da cacauicultura (Embrapa, IDARON, IFRO, Sebrae, Universidade).

Campo	Resultados da oficina
	• Cooperativa de crédito investe na organização social (Cacauron). • IG e Rota do Cacau. • Adesão dos produtores a novas tecnologias (clone, irrigação, drones), que gera maior produtividade. • Há predominância de pequenos produtores envolvidos (verticalização da produção em pequena escala, linha gourmet e marcas próprias). • Existência de programas de inclusão produtiva junto à vigilância estadual. • Programa de monitoramento estadual: análise da qualidade dos produtos. • Sustentabilidade na cadeia produtiva. Oportunidades: • Comprovar a sustentabilidade por meio de indicadores de rastreabilidade. • A Rota do cacau pode ser mais aproveitada em projetos e atrair investidores. • Projeção do cacau de Rondônia, como referência no cenário nacional. • Oportunidade de aumento de produção e exportação em função do que está sendo apresentado pelos demais países (como países africanos). • Logística favorável para acessar a rota europeia e asiática (Porto de Chancay - Terminal Portuário no Peru) e oportunidade de trabalhar amêndoas finas. • Certificações para diferenciação de mercado (MAPA). Fraquezas: • Dificuldade de organização em associações/cooperativas. • Dificuldade em fazer a gestão da produção e falta de sucessão familiar. • Estabelecimentos não regularizados junto à vigilância sanitária e inadequação da rotulagem.

Campo	Resultados da oficina
	• Pouca mecanização. • Falta de mão de obra/ Pouco conhecimento técnico (desigualdade de distribuição técnica no estado). • Falta de variedade genética (3 a 4 clones), e CCN51 não é bem aceito pelos compradores de cacau fino. • Poucas políticas públicas que fomentem a cultura do cacau. Ameaças: • Riscos fitossanitários: fungos/monilíase (praga presente no Amazonas e Acre) • Mudanças climáticas. • Dependência das indústrias moageiras baianas: fragiliza o escoamento da produção e a competição por melhores preços • Ausência de política para proteção do produtor (para que o preço de mercado não interfira na produção). • Alta produção e concorrência dos países africanos • Pequeno volume de produção frente aos maiores produtores brasileiros. • A alta de preços de insumos e a baixa valorização do cacau como commodity.
Visão estratégica	Ser reconhecido nacional e internacionalmente* como o APL do cacau amazônico de qualidade, fermentado, fino e com clones rondonienses (EEOP) produzido de forma sustentável** pela agricultura familiar, consolidando a IG de Rondônia***. *Dar maior visibilidade aos produtores em concursos (continuidade), feiras nacionais e internacionais; abrir de novos mercados promovendo rodadas de negócios e oportunizando outras cadeias/produtos. **Ser referência em padrão de qualidade, secagem e fermentação do produto. Valorizar séries EEOP (Clones rondonienses). Agregar valor com a produção de chocolate, mel do cacau, utilizar casca do cacau como adubo e explorar o potencial de monetização de serviços ambientais e de crédito de carbono, sendo valorizado financeiramente pela contribuição no sequestro de carbono. Cacau como referência para recuperação de áreas degradadas no estado. ***IG do território de Rondônia, consolidada e produtores recebendo valor agregado por isso. Produzir 15 mil toneladas até 2035 (potencial de exportação do

Campo	Resultados da oficina
	cacau de RO e cacau fino).
Áreas de melhoria	1. Governança: articulação territorial, organização comunitária, parceiros. 2. Produção: Coleta, transporte e beneficiamento e Indústria/ Transferência de Tecnologia (Assist. Técnica, Extensão Rural e Capacitação). 3. Mercados: marketing e comercialização. 4. Inovação tecnológica/pesquisa. 5. Defesa agropecuária.
Iniciativas prioritárias por área	Há um documento chamado Planejamento Estratégico da Cadeia Produtiva do Cacau de Rondônia, iniciado em 2024 e elaborado em parceria entre a Cacauron, SEBRAE-RO e uma consultoria contratada e, no momento, está em fase final de elaboração e validação. Algumas informações deste plano foram utilizadas para compor a identificação e priorização das ações, conforme segue: 1. Governança: articulação territorial, organização comunitária, parceiros 1.1. Fortalecimento de organizações associativistas e cooperativistas (esta ação parte do diagnóstico, elaborado no plano estratégico local mencionado, que a estratégia coletiva necessita de organizações capazes de representar os produtores, negociar com o poder público e com o mercado, e executar ações do planejamento estratégico). 2. Produção: coleta, transporte e beneficiamento e Indústria/ Transferência de Tecnologia (Assist. Técnica, Extensão Rural e Capacitação). 2.1. Plano integrado de Assistência Técnica Rural (ATER), boas práticas, qualidade e fermentação, incluindo boas práticas para o manejo da lavoura, tratos culturais, colheita, fermentação, qualidade e classificação de amêndoas pós-colheita, prevenção à monilíase e, por fim, aumento do número de técnicos para acompanhamento. 2.2. Linhas de crédito específicas, uma vez que a ausência de linhas

Campo	Resultados da oficina
	de crédito adequadas ao perfil e ao ciclo produtivo do cacau foi indicada como restrição estrutural ao crescimento da cadeia, o que demanda articulação com instituições financeiras e com políticas públicas de crédito rural diferenciadas para a cultura. 2.3. Regularização da outorga da água para desbloquear um conjunto de investimentos em tecnificação que estão travados por pendências documentais. 3. Mercados: marketing e comercialização 3.1. Planejamento visual da Indicação Geográfica do cacau e consolidar uma estratégia de marketing que leve o produto ao consumidor final, nacional e internacional. 4. Inovação tecnológica/pesquisa 4.1. Eventos de pesquisa e transferências tecnológicas como suporte estrutural à assistência técnica, para que os profissionais que atuam junto aos produtores possam ter atualização técnica periódica e atualizar protocolos de atendimento no campo (os eventos devem reunir entidades de pesquisa como Embrapa, IFRO, universidades). 5. Defesa agropecuária Não houve nenhuma ação selecionada nesta área.
Fontes de financiamento	Fontes já acessadas: • Sicoob/ Pronaf/ Pronaf Floresta /Plano Safra (Banco Amazônia linha para cacau com carência de 5 anos ao invés 3 anos, que é o normal para maioria das culturas). • SEBRAE e Fundo Europeu Floresta Verde. • OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) também foi mencionada como apoiadora do cooperativismo no setor • Banco do Povo. • Captação de recursos com Fundo Amazônia/BNDES. • Cacauron captou com Fundo Ambiental da Caixa Econômica de R$4 Mi - Edital de agricultura regenerativa.

Campo	Resultados da oficina
	• FAPERON - Fundo Centelha (até 80 mil reais, sem necessidade de devolução - foco na inovação). • Fontes de financiamento específicos para o cacau ainda não existem. Fontes potenciais: • Fundo perdido: grandes empresas (exemplo: Cargil e similares) • Caixa: Edital de Agricultura Regenerativa. • AL Invest Verde: Fundo da União Europeia junto com SEBRAE. • Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). • Fundo Amazônia (BNDES). • FAO/ONU e Consórcio da Amazônia Legal. • Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).
Modelo de governança	A governança almejada pelos membros da Cacauron é se consolidar no papel de elo entre as organizações parceiras do APL e, para isso, ter uma equipe dedicada à captação, à gestão técnica e à comunicação, abrindo espaço para a liderança desenvolver o trabalho político e de articulação do arranjo. Atualmente, a Câmara Setorial do Cacau de Rondônia é o principal espaço deliberativo da cadeia, o local onde políticas públicas são discutidas e demandas são formalizadas ao setor público. Sua estrutura segue o modelo do MDA: o setor público atua como mediador e os cargos de presidência e vice são ocupados por representantes da produção e comércio. Outras instituições compõem a Câmara, como representantes do Sicoob, da Embrapa/ex-CEPLAC e de outros órgãos do setor.
Modelo de gestão que o APL identifica como ideal	O tipo ideal de gestão almejada é o formato de trabalho em rede com outras organizações locais consolidadas no estado (Ex. Ecoporé/Rio Terra). Para tanto, seria necessário buscar fonte de recursos para ampliar a equipe dedicada, chegando a aumentar para 20, o número de colaboradores da Associação.

Campo	Resultados da oficina
	No momento, a configuração de equipe varia entre 9 e 11 profissionais, técnicos e administrativos, além de 6 diretores e 6 suplentes na sua estrutura associativa.

Fonte: Elaboração da equipe consultora com base nos resultados da Oficina do APL do Cacau de Rondônia, realizada em 29 de julho de 2026, com participação de representantes da Cacauron, Sebrae/RO, SEPOG/RO, SEDAM, IDARON, Ecopore, Câmara Setorial da Bioeconomia de Rondônia, Agência Estadual de Vigilância em Saúde (AGEVISA).

3.2.8. Plano de ação do APL de Fruticultura da Banana do Sul de Roraima

Tabela 8 - Plano de ação do APL de Fruticultura da Banana do Sul de Roraima

Campo	Resultados da oficina
Características principais do APL	O APL de Fruticultura da Banana do Sul de Roraima tem como principal polo produtivo e organizativo o município de Caroebe, com produção relevante também em São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Rorainópolis. O arranjo reúne mais de 2.400 produtores, majoritariamente da agricultura familiar, além de oito associações distribuídas entre Caroebe, São João da Baliza e Rorainópolis. Apesar da presença dessas organizações, elas ainda apresentam baixo grau de integração entre si. A produção anual de banana nos quatro municípios supera 30 mil toneladas e é comercializada predominantemente in natura. Estima-se que cerca de 10% da produção seja classificada como de primeira qualidade, 40% como de segunda qualidade e 50% como de terceira qualidade. A banana de primeira qualidade alcança aproximadamente R$45 por caixa de 20 kg, enquanto a de segunda qualidade é comercializada por cerca de R$35 por caixa. A parcela classificada como de terceira qualidade não encontra mercado regular, representando elevada perda econômica e potencial matéria-prima para processamento. Atualmente, o APL produz somente a banana in natura, não há subprodutos ou produtos processados. Parte das

Campo	Resultados da oficina
	propriedades operam em SAF ou em consórcio com outras culturas e produzem outros produtos e frutas de forma complementar. O APL conta com a atuação de instituições públicas, de pesquisa, ensino e apoio ao desenvolvimento produtivo, entre elas órgãos federais, Governo do Estado de Roraima, Prefeitura de Caroebe, Embrapa, Sebrae, Instituto Federal de Roraima e Conab. Também foram identificados programas e fontes de apoio vinculados às compras públicas, cooperação socioambiental, pesquisa e financiamento. Entre os principais desafios identificados para o APL estão a redução das perdas e o aumento da proporção de banana de primeira e segunda qualidade; a ampliação da assistência técnica, da mecanização, da irrigação e do manejo sustentável; a melhoria da infraestrutura de higienização, classificação, embalagem e pós-colheita; a implantação e regularização de estruturas de processamento; a diversificação dos canais de comercialização; a redução da dependência de atravessadores; e o fortalecimento das associações, cooperativas e mecanismos de governança territorial. Embora a banana seja a cultura central, o território apresenta potencial para diversificação da fruticultura e adoção de sistemas agroflorestais, combinando a bananeira com outras frutíferas e espécies florestais. Essa transição pode contribuir para recuperar áreas degradadas, reduzir o uso do fogo, evitar novas aberturas de áreas e ampliar a estabilidade da renda da agricultura familiar.
Principais desafios identificados pela análise FOFA	Fortalezas: • Sol e clima favorável. • Brix da Banana – diferenciado. • Presença de agricultores experientes. • Identidade cultural. • Mercados: Amazonas, Boa Vista, Venezuela e Guiana. • Grandes áreas para expansão. Oportunidades:

Campo	Resultados da oficina
	• Grande mercado – Manaus e Boa Vista (produção às vezes não atende). • Novos mercados. • Crescimento da demanda do que é produzido pela agricultura familiar. • Parcerias com SEBRAE e Embrapa para inovação. • Novos programas de governo. • Fruta mais consumida no Brasil. • Selo de IG (Sebrae está avançando). • Certificação orgânico da Amazônia. • Expansão de mercado de outras frutas. • Agroindústria. • Carbono neutro e carbono negativo (agrega valor), oportunidade de exportar. Produto in natura e industriais. Mercado externo tem demonstrado interesse. • Ampliar o uso da banana na alimentação via PAA. Fraquezas: • Estradas vicinais precárias e prejudica o escoamento no período de chuva. • Baixa qualificação técnica, baixa produtividade, baixa absorção de tecnologia. • Não tem centro de distribuição (*packing house*, higienização, capacitação). • Baixa industrialização, faltam recursos para melhorar os produtos feitos à base de banana. • Não aproveitamento de banana como insumo (compostagem) • Alto custo de transporte para levar o produto para Manaus, principal mercado. • Pouco acesso à tecnologia. Caro, para chegar em Caroebe. • COOPEFAC – experiência de cooperativismo que não foi pra frente. Pouca continuidade com os parceiros. • Divulgação da banana. • Falta de crédito e documentação.

Campo	Resultados da oficina
	Ameaças: • Mudança climática (produtores com irrigação) • Pragas: moko da bananeira atualmente, fusariose raça 4 que apareceu em outros países (Embrapa tem 2 cultivares resistentes). • Volatilidade de preço e desvalorização do produto no mercado. • Aumento de custo de combustível e insumos. • Mão de obra (retenção de jovens no campo). • Acesso a insumos e crédito. • Perda de lavoura por causa de drones para pastagem.
Visão estratégica	Banana in natura de qualidade (bonita, Brix alto) proveniente da agricultura familiar, do cooperativismo e associativismo, com sustentabilidade ambiental, que preserva a floresta*, com aplicação de tecnologia para maior produtividade**, orientado ao mercado regional e internacional*** (Amazonas, Boa Vista, Venezuela, Guiana, Caribe) * Expansão da produção sem avanço sobre novas áreas de vegetação nativa, priorizando o aumento da produtividade nas áreas já utilizadas, a recuperação de áreas degradadas e a adoção de sistemas produtivos mais sustentáveis. Entre as alternativas discutidas estão o uso de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e consórcios da banana com outras culturas, como cacau e espécies madeireiras, de modo a compatibilizar produção, recuperação ambiental e manutenção da cobertura florestal ** Refere-se à necessidade de elevar a produtividade e ampliar a participação de bananas de primeira e segunda qualidade. Para isso, foram apontadas alternativas ao modelo tradicional baseado em roça, toco e queima, incluindo maior mecanização, irrigação, manejo adequado do solo, intensificação produtiva em áreas menores e capacitação dos produtores. Também foi destacada a importância de aprofundar o conhecimento sobre as características dos solos e sua relação com produtividade e qualidade. Para a banana de terceira qualidade, a transformação em farinha, doces, chips, balas, pasta, produtos desidratados ou liofilizados podem reduzir perdas, aumentar a vida útil do produto e ampliar as possibilidades de comercialização. As características de amido e espessamento da banana produzida no Sul de Roraima também foram apontadas como potencial para o desenvolvimento de ingredientes e subprodutos destinados à indústria de

Campo	Resultados da oficina
	alimentos. O aproveitamento de resíduos, como a casca, para adubação pode ainda contribuir para maior circularidade do sistema produtivo e geração de renda. *** Para orientar essa expansão, foi destacada a necessidade de realizar pesquisas de mercado que identifiquem oportunidades de demanda, requisitos de qualidade e variedades mais adequadas tanto ao consumo in natura quanto ao processamento. Nesse contexto, destaca-se o acordo entre a Embrapa e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Banana do Entre Rios Sul (APRUBERS) para fornecimento de mudas pode apoiar a diversificação produtiva, mas que ressaltando que a introdução de novas variedades esteja alinhada às oportunidades identificadas no mercado.
Áreas de melhoria	1. Produção. 2. Processamento primário e industrialização. 3. Mercado. 4. Organização coletiva e governança do APL.
Iniciativas prioritárias por área	1. Produção 1.1. Ampliar a mecanização e a adoção de sistemas de irrigação adaptados às condições locais, visando aumentar a resiliência da produção frente às secas e aos efeitos das mudanças climáticas. 1.2. Capacitar os produtores em manejo da cultura, incluindo adubação, controle de pragas e tecnologias de monitoramento da produção, com implantação de unidades demonstrativas para avaliar o desempenho das cultivares em condições locais. 2. Processamento primário e industrialização 2.1. Unidade básica de beneficiamento que permita higienização apropriada da produção (banana *in natura* bem tratada) e tecnologia para embalar para que chegue de forma adequada no mercado. 3. Mercado 3.1. Fortalecer a comercialização direta da banana por associações e cooperativas, ampliando o diálogo e as parcerias com compradores, realizando estudos de mercado e promovendo certificações que valorizem atributos de qualidade e produção sustentável, de forma a reduzir a dependência de atravessadores e melhorar os preços recebidos pelos produtores.

Campo	Resultados da oficina
	4. Organização coletiva e governança do APL 4.1. Fortalecer associações e cooperativas por meio de apoio técnico e gerencial continuado e da ampliação de sua capacidade operacional e logística, incluindo acesso a recursos e meios de transporte, de forma a melhorar a gestão, viabilizar a comercialização direta e reduzir a dependência de atravessadores. 4.2. Fortalecer a governança do APL por meio da consolidação do Comitê Gestor e da ampliação das parcerias entre associações, cooperativas, Embrapa, Senar, Sebrae, Governo do Estado e universidades, articulando assistência técnica, capacitação, extensão e apoio continuado à gestão das organizações.
Fontes de financiamento	Fontes já acessadas: • Governo Federal, por meio da Conab. • Governo do Estado de Roraima, incluindo o Projeto Grão. • Programa de merenda escolar. • Fundação Banco do Brasil, com recursos não reembolsáveis • Fundo Socioambiental Casa. • Emendas parlamentares. • FAO e Embrapa, por meio de Termo de Execução Descentralizada, com apoio à produção de sementes crioulas. • Pronaf B, acessado por alguns produtores associados. • Ministério do Desenvolvimento Agrário, com projetos de quintais produtivos e fortalecimento de associações. • Crédito Desenvolve, operado com apoio da IATER. Fontes potenciais: • Pronaf e outras linhas de crédito rural. • Fundo Amazônia. • Editais públicos e privados. • Ampliação do acesso ao Crédito Desenvolve.
Modelo de governança	O modelo de governança discutido na oficina vislumbra a criação de um Comitê Gestor que seja formado por associações e cooperativas, com a liderança dos produtores e com as instituições de apoio como suporte. O Comitê poderia ser reconhecido por lei, com cadeiras

Campo	Resultados da oficina
	permanentes. O Comitê com função de deliberação, direcionamento de recursos e monitoramento e avaliação das ações e projetos executados no APL. Não há uma governança do APL. Atualmente as associações de produtores agem de forma individual, deliberam em assembleias e tomam suas decisões de acordo com seus interesses.
Modelo de gestão que o APL identifica como ideal	O modelo de gestão discutido durante a oficina prevê profissional (ou mais de um) com capacidade técnica para escrever os projetos e fazer acompanhamento da execução dos projetos. Ou de forma alternativa, que exista dentro das associações as pessoas capacitadas para acompanhar a execução e fazer a gestão do projeto. Atualmente as associações identificam editais e buscam apoio das instituições para escrever projetos e definem em assembleias diretrizes para operacionalizar os recursos.

Fonte: Elaboração da equipe consultora com base nos resultados da Oficina do APL de Fruticultura (Banana) do Sul de Roraima, realizada em 30 de julho de 2026, com participação de representantes da Secretaria Municipal de Agricultura de Caroebe, da Associação dos Pequenos Produtores de Banana de Entre Rios Sul (APRUBERS), da Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento e Inovação de Roraima (SEADI), do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural de Roraima (IATER), da Embrapa Roraima, da Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 06 (APROVIC06), do Sebrae Roraima, do SENAR Roraima, da COOPERNA e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

3.2.9. Plano de ação do APL de Capim Dourado do Jalapão (Tocantins)

Tabela 9 – Plano de ação do APL de Capim Dourado do Jalapão

Campo	Resultados da oficina
Características principais do APL	O APL do Capim Dourado do Jalapão abrange os oito municípios que compõem a área da Indicação de Procedência da Região do Jalapão: Mateiros, São Félix do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins, Novo Acordo, Santa Tereza do Tocantins, Lagoa do Tocantins, Lizarda e Rio

Campo	Resultados da oficina
	Sono. Mateiros constitui a principal referência territorial e foi reconhecida como Capital Nacional do Capim Dourado. O arranjo reúne aproximadamente 500 artesãos e coletores, organizados em nove associações distribuídas pelos oito municípios. A Associação dos Artesãos em Capim Dourado da Região do Jalapão do Estado do Tocantins (AREJA) articula as entidades do território e atua na governança relacionada à Indicação Geográfica, enquanto o Conselho Regulador é responsável por orientar e controlar o uso da Indicação de Procedência. Entretanto, segundo os participantes da oficina, o Conselho enfrenta dificuldades de funcionamento, sobretudo pela baixa participação contínua dos órgãos públicos e das secretarias de governo que integram sua composição. A atividade está baseada em conhecimentos tradicionais de coleta e transformação artesanal, consolidados ao longo de gerações. Desde os anos 2000, o APL avançou na organização comunitária, na regulamentação do manejo, na valorização comercial e no reconhecimento institucional. Entre os principais marcos estão a criação de associações locais, a instituição da AREJA em 2008, o reconhecimento da Indicação de Procedência em 2011, a regulamentação estadual da coleta, do manejo e do transporte em 2023, o reconhecimento nacional do artesanato em Capim Dourado em 2024 e a criação da rota turística do Capim Dourado em 2025. A produção de matéria-prima é estimada em aproximadamente 20 toneladas anuais. O valor do capim-dourado coletado foi estimado em cerca de R$4 milhões, enquanto as peças artesanais produzidas alcançariam aproximadamente R$12 milhões, evidenciando a elevada agregação de valor proporcionada pelo artesanato, pela origem territorial e pela autenticidade dos produtos. Os produtos produzidos pelo APL a partir do capim dourado são variados, desde biojoias, artigos de decoração e esculturas sob encomenda. A continuidade do APL depende diretamente da conservação dos campos naturais do Cerrado e do manejo integrado e controlado do fogo, necessário para favorecer a rebrota do capim-dourado e reduzir

Campo	Resultados da oficina
	o risco de incêndios. As normas ambientais, a atuação do Naturatins e a Indicação de Procedência contribuem para controlar a origem da matéria-prima e fortalecer a sustentabilidade da cadeia. As universidades e instituições de pesquisa tiveram papel relevante na consolidação do APL, produzindo conhecimento sobre o capim-dourado, o manejo sustentável e as dimensões sociais da atividade. Esse conhecimento contribuiu para ampliar o reconhecimento do produto entre instituições financiadoras, organismos de cooperação e organizações da sociedade civil. Apesar da existência de legislação estadual destinada a controlar a saída de capim-dourado in natura, os participantes destacaram que a fiscalização ainda é insuficiente. A matéria-prima continua sendo escoada por municípios situados fora da área da Indicação Geográfica, o que reduz o controle sobre a origem. Entre os principais desafios estão o fortalecimento do Conselho Regulador; a ampliação da participação das instituições públicas; o controle da coleta e da saída irregular de capim in natura; o uso efetivo do selo da Indicação Geográfica; a melhoria do acabamento, das embalagens e da proteção contra falsificações; a redução da dependência de atravessadores; a superação dos gargalos logísticos; a maior integração entre as associações; e a produção de informações sobre artesãos, produção, preços, receitas e margens.
Principais desafios identificados pela análise FOFA	Fortalezas: • Riqueza e singularidade cultural da matéria prima. Diversidade de produtos. Socialização da riqueza e a renda gerada no território. • Beleza, originalidade, caráter artesanal e história do produto • Importância da Indicação Geográfica para o acesso a mercados, inclusive exportação. • Presença de associações consolidadas e experientes, embora com diferentes níveis de participação e organização. • Protagonismo feminino e familiar relevante, ainda que parte da coleta esteja concentrada em mulheres mais idosas, que

Campo	Resultados da oficina
	agora compram parte da matéria prima (antes era tudo colhido). • Reconhecimento estadual e existência de legislação específica para a cadeia. • Presença de unidade de conservação, que contribui para a proteção da matéria-prima e constitui diferencial territorial. • Manejo integrado do fogo voltado à conservação do capim-dourado e do buriti, sujeito às normas de coleta e manejo. Oportunidades: • Inserção na economia criativa e em mercados de luxo, com produtos autorais, peças de design e valorização cultural. • Sinergia com o turismo ecológico. • Alinhamento com a Agenda 2030. • Ampliação do comércio exterior e uso de selos regulamentados, especialmente a Indicação Geográfica. • Existência de outros pontos de produção no sul e no norte do estado, com possibilidade de ampliação da articulação territorial para compra de matéria-prima. • Ampliação das parcerias institucionais e acesso a recursos para financiamento. • Reconhecimento do capim-dourado como produto da sociobiodiversidade, com possibilidade de enquadramento mais amplo em políticas e programas. • Expansão das vendas on-line, condicionada à melhoria da frequência dos Correios e das soluções logísticas. Fraquezas: • Descontinuidade da gestão da Indicação de Procedência (IP) e do funcionamento do Conselho Regulador. • Desarticulação social decorrente da extensão do território. • Desconfiança em relação ao poder público. • Infraestrutura local e logística insuficientes. • Falta de organização para comercialização e definição de preços, dependência de vendas presenciais e sazonalidade

Campo	Resultados da oficina
	associada ao turismo, agravadas por problemas com Correios e transportadoras. • Baixo interesse dos jovens em manter a tradição. • Insuficiência de corpo técnico para atender um território extenso, baixa fiscalização, manejo inadequado e coleta antes do período permitido, além da necessidade de mecanismos que facilitem a denúncia de irregularidades. • Legislação restrita ao estado do Tocantins, enquanto produtos de outras regiões, especialmente Minas Gerais e Bahia, são comercializados como se fossem originários do Jalapão. Ameaças: • Mudanças climáticas, com redução das áreas de coleta, diminuição da disponibilidade da matéria-prima e maior pressão sobre os recursos hídricos. • Riscos ambientais. • Conflitos fundiários. • Falsificação e comercialização, especialmente em Palmas, de produtos sem origem comprovada como se fossem do Jalapão • Atuação de atravessadores que reduzem a parcela do valor apropriada pelos artesãos. • Desmatamento e perda progressiva das áreas de coleta.
Visão estratégica	APL que desenvolve o artesanato cultural das comunidades locais*, que valoriza seus povos e tradições, e preserva o bioma cerrado**, em lugares e condições muito específicas onde cresce o capim dourado***, dando origem a um produto único na sua beleza, identidade, valores e significado****. *Artesanato como expressão da identidade, dos conhecimentos e dos valores das comunidades do território, incluindo comunidades quilombolas e tradicionais. A produção artesanal possui uma trajetória de décadas, com técnicas e conhecimentos transmitidos entre gerações. Nesse contexto, a Indicação Geográfica (IG) contribui para valorizar a origem territorial e comunitária do artesanato e para reconhecer e proteger a tradição associada à técnica de costura do capim-dourado. ** Associação entre a produção artesanal, a conservação ambiental e a valorização da paisagem do Jalapão. A ocorrência do capim-dourado está relacionada a

Campo	Resultados da oficina
	territórios ambientalmente sensíveis, inseridos em unidades de conservação e em seus entornos. ***Espécie endêmica do Cerrado que ocorre em áreas úmidas com buritizal e recursos de água, campos úmidos, veredas. O capim tem uma diferença na luminosidade, e é mais macio e sedoso. **** Produto único por origem, território, propriedades (matéria prima), preservação ambiental e conhecimentos tradicionais e identidade das comunidades produtoras. Produto que entrega beleza, confiança e significado. Entre os vários produtos destacam-se as biojoias, utensílios e objetos decorativos. O posicionamento pode avançar para além da comercialização de um objeto artesanal, e incorporar a história, a cultura, os valores e a experiência associados ao território e às comunidades, de modo a ampliar o significado percebido pelo consumidor. O mercado brasileiro constitui o principal foco comercial, sem excluir oportunidades de inserção internacional e posicionamento diferenciado. Pode atender todos os mercados. O Jalapão é um destino turístico internacional e existe espaço para desenvolver experiências integradas, promoção conjunta e vendas cruzadas entre essas atividades.
Áreas de melhoria	1. Insumos. 2. Produção do artesanato. 3. Marketing e comercialização. 4. Governança.
Iniciativas prioritárias por área	1. Insumos Não foi priorizada nenhuma ação na área de melhoria. 2. Produção do artesanato 2.1. Estruturar um sistema de monitoramento da produção e comercialização do APL, incluindo volumes produzidos, sazonalidade, faturamento das organizações e canais de venda, para apoiar decisões sobre formas mais adequadas de organização e comercialização, tendo as associações como importante fonte de informação. 3. Marketing e comercialização 3.1. Capacitar as associações para o uso e a gestão da Indicação Geográfica (IG), incluindo a aplicação do selo e a estruturação de mecanismos de controle e garantia da qualidade dos produtos

Campo	Resultados da oficina
	3.2. Estruturar e profissionalizar a comunicação e a divulgação comercial do APL e de suas organizações, incluindo atendimento a clientes, promoção dos produtos, presença em canais digitais e participação em feiras, reduzindo a sobrecarga das diretorias que são voluntárias. 4. Governança 4.1. Fortalecer a governança do APL por meio da reestruturação e consolidação da AREJA, definindo seu papel, funcionamento e responsabilidades. 4.2. Fortalecer a gestão financeira das associações, com capacitação e apoio para planejamento, controle de receitas e despesas, prestação de contas e sustentabilidade financeira das organizações.
Fontes de financiamento	Fontes já acessadas: • Parcerias com universidades, mas sem recursos. • Parceria com Naturatins, mas sem recursos. • PNUD. • Fundação Pró-Natureza (Funatura). • Instituto Banco do Brasil. • BNDES. • Governo estadual. Fontes potenciais: • Fundo Amazônia.
Modelo de governança	A governança almejada deverá ser conduzida por uma instância diretiva formada pelas associações do território, com participação de instituições públicas e privadas convidadas conforme os temas em discussão. O Conselho Regulador deverá permanecer como instância específica para deliberar sobre a Indicação de Procedência, o uso do selo, o controle de origem e o cumprimento das normas aplicáveis. Atualmente, a AREJA constitui a principal instância de articulação do APL. Sua estrutura inclui diretoria, conselho diretor, conselho fiscal, associados e assembleia. A diretoria é composta por representantes

Campo	Resultados da oficina
	das associações e conduz as principais decisões institucionais. O Conselho Regulador da Indicação Geográfica reúne representantes da AREJA e do setor público. Entretanto, há dificuldades para assegurar a representação efetiva do poder público e a participação regular dos integrantes. Além disso, a falta de recursos limita a capacidade de mobilização das associações e o funcionamento das instâncias coletivas. Um ponto crítico é definir com precisão a divisão de competências entre a governança do APL, e o Conselho Regulador da IG, evitando sobreposição entre decisões gerais do APL e atribuições específicas relacionadas à Indicação de Procedência.
Modelo de gestão que o APL identifica como ideal	O modelo de gestão almejado prevê uma estrutura executiva mais profissionalizada, apoiada por um gerente remunerado e dedicado às atividades do APL. Esse profissional deverá organizar reuniões, acompanhar a execução das iniciativas, mobilizar associações e instituições parceiras, preparar projetos, monitorar prazos e resultados e apoiar a comunicação entre os diferentes municípios. Atualmente, cada associação possui sua própria estrutura de gestão e executa suas ações de forma relativamente autônoma. No nível territorial, a AREJA, por meio de sua diretoria, realiza a articulação entre as associações e conduz as demandas de interesse comum. No entanto, a organização não dispõe de recursos suficientes nem de equipe executiva dedicada para manter reuniões regulares, acompanhar projetos e executar de forma contínua as ações do APL.

Fonte: Elaboração da equipe consultora, com base nos resultados da Oficina do APL do Capim Dourado do Jalapão, realizada em 24 de julho de 2026, com participação de representantes da Associação dos Artesãos em Capim Dourado da Região do Jalapão do Estado do Tocantins (AREJA), da Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros (ACAPPM), da Associação Comunitária dos Extrativistas, Artesãos e Pequenos Produtores do Povoado Prata, e da Associação Comunitária de Desenvolvimento de Lagoa do Tocantins. do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), do Sebrae Tocantins, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), e do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

4. Fontes de financiamento

A partir das entrevistas da fase 1 e das oficinas da fase 2 foram identificadas as principais fontes de financiamento.

As fontes de financiamento podem ser consideradas de duas formas: 1) fontes de financiamento para o funcionamento da estratégia geral, 2) fontes de financiamento para o funcionamento do APL e execução de suas iniciativas.

4.1. Fontes de financiamento para a estratégia de fomento

A estratégia geral deve ter fontes para sua implementação. Aqui se incluem recursos para:

- Uma equipe centralizada, suas atividades operativas, atividades de formação da equipe centralizada e dos gestores dos APLs, e monitoramento e avaliação da Estratégia.
- Estruturação dos APLs antes de iniciar o financiamento direto dos APLs.
- Dinamização dos APLs com uma equipe no APL, atividades de articulação, desenho de projetos, busca de financiamento, e acompanhamento da implantação de iniciativas no APL.
- Financiar as iniciativas dos APLs.

As fontes de financiamento podem ter origem em instituições que têm representatividade em toda a Amazônia Legal, no Brasil, ou instituições globais. Aqui apresentamos aquelas que identificamos que existe uma aderência clara.

- Sudam
- Fundo Amazônia
- SEBRAE Nacional
- Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR)

A tabela a seguir apresenta fontes que poderiam financiar a estratégia geral. Na fase seguinte (Fase 3 - Estratégia de implementação), será indicado possibilidades de financiamento da estratégia geral a partir do diálogo com essas instituições.

Tabela 10 – Fontes de financiamento para a estratégia de fomento

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com a Estratégia de fomento de APLs
Superintendência de	PRDA 2024–2027 – Eixo	Promover o desenvolvimento	A Sudam é a instituição líder do projeto de fomento de APLs. O

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com a Estratégia de fomento de APLs
Desenvolvimento da Amazônia - Sudam	Desenvolvimento Produtivo	socioeconômico alinhado à conservação ambiental, com foco no uso sustentável dos produtos da sociobiodiversidade amazônica.	PRDA, principal instrumento de planejamento da instituição, tem como uma das prioridades a bioeconomia, o fortalecimento das cadeias produtivas regionais e a agregação de valor. Poderia se utilizar parte do orçamento da Sudam para a estratégia geral.
Fundo Amazônia / BNDES	O Fundo Amazônia capta doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além de promover a conservação e o uso sustentável na Amazônia Legal, sendo gerido pelo BNDES em alinhamento com políticas públicas socioambientais.	Desenvolvimento econômico, social e ambiental da Amazônia.	Interesse em ampliar investimentos com impacto ambiental e de desenvolvimento econômico. A estratégia pode facilitar a estruturação dos APLs e a transferência de recursos para investimentos nos APLs. Dessa forma, a estratégia pode ampliar a capilaridade e a efetividade dos investimentos do Fundo Amazônia nos territórios e cadeias da sociobiodiversidade.
SEBRAE Nacional	Estratégia de Bioeconomia – abordagem territorial e setorial na Amazônia (Projeto	Fortalecer pequenos negócios e o desenvolvimento territorial por meio da bioeconomia,	A Estratégia de APLs pode contribuir para organizar territórios, cadeias prioritárias, diagnósticos e planos de ação, criando uma agenda comum para

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com a Estratégia de fomento de APLs
	estruturante do Sebrae Nacional)	articulando cadeias de valor e territórios prioritários.	atuação articulada do Sebrae Nacional e dos Sebrae estaduais.
Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR)	Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) / Estratégia Rotas de Integração Nacional	Promover inclusão produtiva e desenvolvimento regional sustentável por meio da estruturação de APLs e cadeias produtivas estratégicas em territórios prioritários.	A Estratégia de fomento a APLs pode complementar essa atuação da Rotas por meio dos APLs em recortes territoriais menores, favorecendo maior proximidade entre os atores, coordenação e efetividade da governança. Os APLs podem se articular aos Polos mais amplos das Rotas.

Fonte: Elaboração da equipe consultora

4.2. Fontes de financiamento e de apoio para os APLs

O APL deve ter fontes para sua estruturação, seu funcionamento operacional e também para investimento em iniciativas. Estas fontes podem chegar na forma de financiamento (recursos econômicos transferidos), como uma parceria com execução de iniciativas ou com crédito em condições especiais. Neste caso as fontes são muito mais diversas.

- Sudam
- Fundo Amazônia
- Governo federal com estratégias e programas federais
- Governo estadual com estratégias e programas estaduais
- Instituições de apoio nacionais com unidades estaduais como SEBRAE, EMBRAPA, SENAR, SENAI
- Agências nacionais como APEX, FINEP
- Governos municipais
- Programas internacionais de agências de cooperação nacional, multilaterais, ONGs.

- Fundações, institutos e fundos privados e filantrópicos voltados ao desenvolvimento socioambiental, à bioeconomia e ao fortalecimento de comunidades e cadeias produtivas, como Fundo Vale, Fundo Casa Socioambiental e ISPN/Fundo Ecos.
- Bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste)
- Fundos constitucionais para o desenvolvimento
- Emendas parlamentares

As tabelas a seguir apresentam possíveis fontes de financiamento e apoio que foram identificadas ao longo da fase 1 e fase 2. Na próxima fase do projeto (fase 3 - Estratégia de implementação) será apresentada uma proposta de financiamento da estratégia a partir do diálogo com os possíveis parceiros para a implementação da estratégia, incluindo os estados.

A seguir apresentamos as tabelas divididas por fontes de financiamento federais, estaduais e outras fontes.

Tabela 11 - Fontes federais de financiamento para os APLs

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
Sudam	Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2024–2027	Orientar o desenvolvimento regional da Amazônia Legal, articulando investimentos voltados a emprego e renda e internalização da riqueza regional.	Possibilidade de apoiar ações estruturantes dos APLs, principalmente alinhados aos Eixos Desenvolvimento Produtivo; Pesquisa Inovação e Educação; e Infraestrutura Econômica e Urbana
Sudam / Banco da Amazônia	Fundo Constitucional do Norte - FNO	Financiar atividades na Região Norte, segundo diretrizes do Condel/Sudam.	Principal instrumento de crédito associado à Sudam. Pode apoiar produção, processamento, sistemas agroflorestais, inovação, etc.

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
Sudam	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	Financiar projetos de investimentos capazes de gerar novos negócios, principalmente infraestrutura e políticas públicas.	Relevante para investimentos estruturantes de maior escala associados aos APLs, especialmente infraestrutura produtiva. Sua aplicação tende a ser direcionada a projetos de maior porte do que a pequenos investimentos individuais de produtores e associações. Poderia ser usado por uma empresa âncora, por exemplo.
Sudam	Incentivos Fiscais	Estimular a implantação, ampliação, modernização e diversificação de setores considerados prioritários na Amazônia Legal.	Podem apoiar empresas e agroindústrias inseridas nos APLs por meio da redução da carga tributária, favorecendo investimentos, modernização e expansão da capacidade produtiva. Não constituem transferência direta de recursos.
Sudam	Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e de Inovação da Amazônia - PDCTIA	Promover pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação voltados ao desenvolvimento regional.	Pode apoiar projetos de pesquisa aplicada e inovação direcionados a gargalos tecnológicos dos APLs. Em fevereiro de 2026 foi aprovada pelo CONDEL a regulamentação que estabelece critérios para aplicação dos recursos de 1,5% dos juros e amortizações do FDA em

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
			atividades de pesquisa, inovação e tecnologia para desenvolvimento regional.
BNDES	Fundo Amazônia / Apresentação de um projeto estruturante ou por meio de chamadas públicas voltados à sociobioeconomia, produção sustentável e fortalecimento de organizações produtivas	Apoiar conservação, uso sustentável da biodiversidade, manejo florestal e atividades econômicas baseadas no uso sustentável da floresta.	Pode apoiar fortalecimento de organizações produtivas, estruturação das cadeias, beneficiamento, acesso a mercados, inovação e outras iniciativas que conciliam geração de renda e conservação. Os APLs podem funcionar como recortes territoriais para organizar demandas e estruturar projetos coletivos.
BNDES	Fundo Clima / Chamadas públicas para projetos relacionados à redução de emissões de gases do efeito estufa e à adaptação às mudanças do clima.	Financiar projetos voltados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas e à transição para uma economia de baixo carbono.	Apoiar investimentos dos APLs relacionados à produção sustentável, eficiência energética, economia circular, recuperação de áreas, bioeconomia e soluções de baixo carbono. Financiamento reembolsável e não-reembolsável.
MIDR	Rotas de Integração Nacional	Promover desenvolvimento regional.	A Estratégia de fomento a APLs pode complementar essa atuação da Rotas por meio dos APLs em recortes territoriais menores, favorecendo maior proximidade entre os atores, coordenação e efetividade da

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
			governança. Os APLs podem se articular aos polos mais amplos das Rotas.
MIDR	Programa Fronteira Integrada	Promover desenvolvimento regional.	A Estratégia de fomento a APLs pode complementar essa atuação do Programa Fronteira Integrada, quando houver APLs coincidentes com a Faixa de Fronteira. Os APLs podem ser uma instância de governança no território com foco no desenvolvimento econômico dessas áreas.
MIDR	Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS do Xingu)	Promover o desenvolvimento sustentável e melhorar as condições socioeconômicas dos municípios da região do Xingu.	Fonte de financiamento relevante para APLs localizados na área de abrangência do PDRS Xingu. Os editais podem apoiar associações, cooperativas, comunidades e projetos relacionados a cadeias produtivas, logística, infraestrutura, água, energia, conectividade e outras necessidades identificadas nos planos de ação.
Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA)	Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio) / Prospera Sociobio	Conciliar conservação ambiental, valorização da biodiversidade e a inclusão social e	Os APLs podem integrar os Territórios da Sociobioeconomia (TSBio), contribuindo para territorializar algumas das ações do Prospera Sociobio e

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
		econômica de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares envolvidas nas cadeias produtivas baseadas na biodiversidade.	articular atores, organizações e cadeias produtivas em uma escala mais próxima da produção.
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf	Oferecer crédito de custeio e investimento à agricultura familiar, por meio de diferentes linhas.	Pode financiar diferentes necessidades dos produtores, empreendimentos familiares e cooperativas vinculados aos APLs.
MDA	Conab / PGPM-Bio (Programa Sociobio Mais)	Garantir preços mínimos e apoiar a renda de extrativistas e produtores de produtos da sociobiodiversidade.	Tem aderência direta a vários APLs da sociobiodiversidade, ao reduzir o risco de comercialização abaixo dos preços mínimos e apoiar a renda dos produtores.
MDA	Conab / Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	Promover a compra pública de alimentos da agricultura familiar e ampliar o acesso a mercados.	Pode criar mercado institucional para produtos dos APLs, garantindo canais de comercialização e contribuindo para organização da produção, regularidade da oferta e geração de renda.

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	Departamento de Recuperação de Áreas Degradadas, de Desenvolvimento Territorial e Florestal Sustentável (DEFLO) / Projeto Cadeias Sustentáveis	Promover inovação nas cadeias produtivas agropecuárias para a conservação florestal na Amazônia, com ações de rastreabilidade, conformidade socioambiental e recuperação de áreas degradadas.	Pode apoiar os APLs da sociobiodiversidade em duas frentes principais: rastreabilidade e *compliance* ambiental e social das propriedades.
MAPA	DEFLO Plataforma Agro Brasil + Sustentável (AB+S)	Integrar, organizar e disponibilizar dados oficiais e privados sobre a produção agropecuária para comprovar a conformidade socioambiental e a sustentabilidade das propriedades rurais brasileiras.	Produtores certificados na plataforma podem requerer às instituições financeiras redução de 0,5 % na taxa de juros do crédito de custeio do Plano Safra
MAPA	DEFLO / Programa Amazônia + Sustentável	Consolidar um modelo agropecuário sustentável na Amazônia Legal.	Pode apoiar ações territoriais dos APLs relacionadas à produção sustentável, manejo, sistemas agroflorestais e adequação ambiental, especialmente nos territórios e cadeias priorizadas pelo programa.

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
MAPA	Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e de Indicações Geográficas (DECAP)	Identificar, proteger e valorizar produtos vinculados à origem e aos territórios.	Pode apoiar APLs na estruturação de IGs e outros mecanismos de valorização de produtos e territórios.
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC)	Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria (SEV) / Coopera +Amazônia	Modernizar processos produtivos e gerenciais de cooperativas da Amazônia Legal.	O programa prevê diagnóstico, elaboração de planos de negócios e aquisição de máquinas e equipamentos para cooperativas de cadeias como açaí, castanha, cupuaçu e babaçu, podendo apoiar diretamente ações de beneficiamento, agregação de valor e fortalecimento gerencial.
MDIC	SEV / Rede Biorrefino da Amazônia	Desenvolver e implementar modelos-piloto de microbiorrefinarias voltadas à valorização da biodiversidade local.	Pode apoiar APLs na agregação de valor e no desenvolvimento de novos produtos a partir da biodiversidade e da biomassa residual.
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	Finep / Programa Cadeias Produtivas da Bioeconomia	Apoiar soluções para gargalos tecnológicos, lacunas de conhecimento, certificação e	Pode financiar o desenvolvimento e adaptação de tecnologias para problemas concretos dos APLs, desde equipamentos para

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
		agregação de valor nas cadeias da sociobiodiversidade.	processamento, conservação e logística, desenvolvimento de novos produtos e certificações.
MCTI	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) / FINEP	Financiar atividades de ciência, tecnologia e inovação por meio de recursos reembolsáveis e não reembolsáveis.	Pode apoiar projetos dos APLs voltados ao desenvolvimento e adaptação de tecnologias, novos produtos e processos, beneficiamento e agregação de valor. O acesso ocorre principalmente por chamadas públicas e programas operados pela Finep e por instituições de ciência e tecnologia e empresas elegíveis.
MCTI	Pró-Amazônia – FNDCT	Apoiar a expansão e a interiorização da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica na Amazônia Legal. Na chamada de 2024 foram aprovados 26 projetos, somando R$ 103 milhões em recursos não reembolsáveis do FNDCT.	Pode apoiar APLs por meio de ICTs e redes de pesquisa que desenvolvam infraestrutura, tecnologias e soluções aplicadas às cadeias produtivas. O acesso ocorre por chamadas públicas voltadas principalmente a instituições científicas e tecnológicas, e não diretamente a produtores ou cooperativas.

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
MCTI	CNPq / Universidades e ICTs	Desenvolver conhecimento e soluções tecnológicas por meio de projetos de pesquisa.	Pode financiar pesquisa aplicada associada a cadeias específicas dos APLs, aproximando organizações produtivas do sistema de ciência e tecnologia e permitindo que soluções sejam desenvolvidas localmente.
Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)	Programa Prioritário de Bioeconomia – PPBio	Captar e direcionar recursos obrigatórios de PD&I das empresas do Polo Industrial de Manaus para projetos de bioeconomia amazônica.	Pode apoiar projetos dos APLs relacionados ao desenvolvimento de novos produtos, processos e tecnologias, aproveitamento de resíduos, sistemas produtivos sustentáveis e negócios de impacto. Os APLs podem organizar demandas tecnológicas e estruturar projetos em parceria com ICTs, startups, incubadoras e demais instituições habilitadas.
Codevasf	Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial / Gerência de Desenvolvimento Territorial	Apoiar a inclusão produtiva e o desenvolvimento regional por meio da estruturação de cadeias e APLs.	Pode executar ações dos planos dos APLs por meio da implantação de infraestrutura produtiva, aquisição e doação de máquinas e equipamentos, capacitação e apoio à organização e comercialização dos produtores. O planejamento

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
			estratégico da Codevasf inclui entre suas principais intervenções o "apoio à estruturação de Arranjos Produtivos Locais".
Bancos públicos – Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal	Crédito rural, Pronaf e linhas de investimento para produtores, cooperativas e agroindústrias	Financiar custeio, investimentos produtivos, beneficiamento, agroindustrialização, máquinas, equipamentos e outras necessidades dos empreendimentos rurais.	Podem financiar produtores, cooperativas e agroindústrias vinculados aos APLs, principalmente por meio do Pronaf e de outras linhas de crédito rural e de investimento.
ApexBrasil	Programa de Qualificação para Exportação / Exporta Mais Brasil	Preparar empreendimentos para exportar e promover sua inserção em mercados internacionais por meio de capacitação, inteligência comercial, missões, feiras e rodadas de negócios.	Pode apoiar APLs com potencial exportador na preparação para mercados externos, adequação comercial, identificação de mercados, participação em missões e feiras e conexão com compradores internacionais.
Congresso Nacional / Parlamentares	Emendas parlamentares	Destinar recursos do orçamento federal para investimentos e	Podem financiar ações específicas dos planos dos APLs, e outros projetos executados por governos

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
		ações de interesse regional, estadual ou municipal.	estaduais, municípios ou instituições habilitadas.

Fonte: Elaboração da equipe consultora a partir de entrevistas institucionais e oficina com representantes dos APLs

A tabela a seguir apresenta possíveis fontes de financiamento e apoio à implementação dos APLs identificadas em nível estadual e municipal. A primeira linha apresenta, de forma ampla, a possibilidade de mobilização de recursos por meio dos orçamentos, programas e políticas dos governos estaduais. Na sequência, são apresentados exemplos de planos, programas e projetos estaduais identificados ao longo do projeto, por meio de secretarias de estado. Também foram relacionadas as agências estaduais de fomento de cada estado, quando elas existem (nem todo estado tem uma agência). De maneira geral, foi listado as fundações de amparo à pesquisa, que podem disponibilizar recursos orçamentários, crédito, subvenção econômica, assistência técnica, capacitação e apoio à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação. Também são consideradas instituições de apoio nos estados (Sebrae, Senai, Embrapa etc.), que podem contribuir para a execução de ações previstas para APLs. Os instrumentos apresentados constituem exemplos identificados a partir da interação com as instituições dos nove estados da Amazônia Legal e não representam uma relação exaustiva das fontes disponíveis. O financiamento municipal é apresentado apenas de forma geral, uma vez que os governos municipais não foram diretamente consultados no âmbito do projeto e, portanto, não foram identificados programas ou instrumentos municipais específicos, mas podem contribuir com financiamento e apoio aos APLs.

Tabela 12 - Fontes estaduais e municipais de financiamento e apoio para os APLs

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
Governos estaduais	Programas e políticas estaduais de desenvolvimento produtivo, agricultura, bioeconomia, meio	Apoiar o desenvolvimento econômico sustentável por meio de políticas, investimentos, assistência técnica,	Podem executar (orçamento estadual) ou cofinanciar ações dos planos dos APLs. São atores que podem ser importantes para articular programas estaduais às

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
	ambiente, CT&I e infraestrutura das diversas secretarias de estado.	infraestrutura, inovação e apoio à comercialização.	prioridades definidas pelos APLs.
Governo do Estado do Acre / Secretaria de Estado de Planejamento do Acre (SEPLAN). A SEPLAN é a unidade executora e coordena a aplicação dos recursos com órgãos estaduais subexecutores e organizações selecionadas por chamamentos públicos.	Programa REM Acre – Fase II. Nota: O REM Acre Fase II é financiado com recursos internacionais de pagamento por resultados de REDD+, principalmente da cooperação alemã e britânica.	Remunerar resultados de redução de emissões por desmatamento e reinvestir os recursos em conservação florestal, produção sustentável e melhoria das condições de vida das populações locais.	Pode financiar ações dos APLs relacionadas à produção, extrativismo, sistemas agroflorestais, beneficiamento, e recuperação ambiental. Os recursos podem chegar ao território por meio de chamamentos públicos
Governo do Estado do Amapá / Secretaria Estadual de Meio Ambiente	Plano Estadual de Apoio à Sociobioeconomia – PEAS	Estruturar e fortalecer cadeias produtivas da sociobiodiversidade, ampliar a participação de extrativistas, agricultores familiares e comunidades tradicionais e	Pode orientar e articular investimentos, programas e projetos estaduais voltados aos APLs. Os APLs podem funcionar como recortes territoriais para implementação das ações e composição da carteira de projetos do PEAS.

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
		promover acesso a mercados e agregação de valor.	
Agência de Fomento do Amapá – AFAP	Linhas de crédito produtivo e microcrédito para empreendedores urbanos e rurais	Fomentar a economia do Amapá por meio da concessão de crédito produtivo a micro e pequenos empreendedores formais e informais, com condições diferenciadas de financiamento.	Pode financiar produtores, pequenos negócios, agroindústrias e empreendimentos vinculados aos APLs em necessidades de capital de giro e investimento produtivo.
Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI)	Programa Desenvolvimento da Matriz Econômica Sustentável do Amazonas	Estabelecer bases políticas, estratégicas, programáticas e estruturantes do processo de desenvolvimento sustentável do Estado.	Programa tem ações específicas para apoiar Arranjos Produtivos Locais e articulação para ações de desenvolvimento territorial.
Governo do Estado do Amazonas / SEDECTI	Plano Estadual de Bioeconomia do Amazonas (PlanBio)	O objetivo principal é guiar a transição da economia amazonense para um modelo sustentável, inclusivo e focado	Pode apoiar os APLs com mecanismos de finanças de impacto adaptados à realidade amazônica, com subsídios à transição energética para fontes renováveis (solar e

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
		na valorização da floresta viva e dos saberes tradicionais.	biomassa). O plano também pode articular ações para a bioindustrialização em comunidades rurais, para pesquisa científica, e assistência técnica e certificações competitivas para o mercado.
Governo do Estado do Amazonas / Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM)	Projetos Prioritários	Fortalecer cadeias produtivas selecionadas por meio de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), apoio ao fomento, unidades demonstrativas, capacitação e apoio ao acesso ao crédito rural.	Pode executar ações dos planos dos APLs relacionadas à assistência técnica continuada, melhoria da produção e produtividade, adoção de tecnologias, implantação de unidades demonstrativas, capacitação de produtores e elaboração de projetos de crédito. O açaí é uma das cadeias prioritárias do projeto.
Governo do Estado do Amazonas / Agência de Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM	+Crédito Amazonas e demais linhas de financiamento rural, extrativista, agroindustrial e para associações e cooperativas.	Financiar custeio, capital de giro e investimentos produtivos para produtores rurais, extrativistas, cooperativas, associações, agroindústrias e pequenos empreendimentos do Amazonas.	Pode financiar produtores, pequenos negócios, agroindústrias e empreendimentos vinculados aos APLs em necessidades de capital de giro e investimento produtivo.

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
Governo do Estado do Maranhão / Secretaria de Agricultura Familiar	Projeto Amazônico de Gestão Sustentável - PAGES	Contribuir para a redução da pobreza rural e, simultaneamente, diminuir o desmatamento e a degradação ambiental na região amazônica do Maranhão.	Pode apoiar APLs localizados na área de atuação do projeto por meio de ATER, fortalecimento de organizações produtivas, sistemas agroecológicos e agroflorestais, pequenas unidades de processamento, regularização fundiária, capacitação e ações voltadas ao acesso a mercados. A execução ocorre diretamente pela SAF e instituições coexecutoras ou por meio de chamamentos para OSCs e prestadores especializados.
Governo do Estado de Mato Grosso / Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA)	O Programa REM Mato Grosso é financiado com recursos internacionais de pagamento por resultados de REDD+, principalmente da cooperação alemã e britânica.	Remunerar resultados de redução do desmatamento e reinvestir os recursos em conservação, produção sustentável, bioeconomia e geração de renda.	Pode financiar ou executar ações dos APLs relacionadas O apoio pode ocorrer por meio de editais, chamadas públicas, parcerias e projetos específicos lançados ao longo da execução do programa.
Secretaria de Estado de Agricultura Familiar de Mato Grosso – SEAF/MT	MT Produtivo – Desenvolvimento e Sustentabilidade	Fortalecer a agricultura familiar, ampliar o acesso a mercados e apoiar investimentos produtivos	Pode apoiar associações e cooperativas dos APLs com investimentos em infraestrutura produtiva, assistência técnica, tecnologias, regularização

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
		sustentáveis e resilientes ao clima.	fundiária e ambiental e acesso a mercados. Inclui entre as cadeias prioritárias produtos da sociobiodiversidade, além de cacau, café, apicultura, fruticultura e outras cadeias da agricultura familiar.
Agência de Fomento do Mato Grosso / Desenvolve MT	Linhas de financiamento ao desenvolvimento produtivo	Ampliar o acesso ao crédito para empreendedores, empresas e produtores rurais no estado, para capital de giro e expansão dos negócios.	Pode financiar empreendimentos vinculados aos APLs por meio de linhas como Desenvolve Rural, Desenvolve Empresarial, Desenvolve Inovação e Desenvolve Fundes,
Governo do Estado do Pará / Secretaria de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do Estado do Pará	Plano Estadual de Bioeconomia do Pará – PlanBio-PA. Liderado pela SEMAS, mas envolve outras secretarias	Promover a transição para uma economia de baixo carbono e fortalecer a sociobioeconomia.	Pode orientar e articular ações e investimentos estaduais nos APLs relacionados à sociobiodiversidade. Os APLs podem funcionar como recortes territoriais para implementação das ações previstas no Plano.
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca do Pará – SEDAP	Fundo de Apoio à Cacauicultura do Estado do Pará – FUNCACAU / PROCACAU	Apoiar o desenvolvimento sustentável da cacauicultura paraense.	Pode financiar ou apoiar ações do APL do Cacau da Transamazônica.

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
Governo do Estado de Rondônia / Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI	Plano de Ação Estadual para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária – PAE/ABC+/RO 2023–2030	Promover a adoção e manutenção de sistemas agropecuários sustentáveis, com aumento da produtividade e renda, maior resiliência às mudanças climáticas.	Pode apoiar os APLs por meio da transferência e difusão de tecnologias de baixa emissão de carbono, capacitação, assistência técnica, implantação de unidades de referência e fortalecimento de sistemas produtivos sustentáveis. O próprio Plano prevê apoiar e fortalecer programas e redes de APLs para o adensamento de cadeias produtivas regionais como cacau e outros sistemas agroflorestais de Rondônia.
Governo do Estado de Roraima / Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação - SEADI	Programa de Desenvolvimento e Fortalecimento da Agropecuária	Incentivar modelos agropecuários que busquem a sustentabilidade, geração de emprego e renda, com foco na melhoria da qualidade de vida da família agrícola	Pode apoiar os APLs por meio de ações de fortalecimento da produção, assistência técnica, organização produtiva, adoção de tecnologias, melhoria da infraestrutura e apoio à agregação de valor e comercialização. É aderente aos APLs vinculados à agricultura familiar e às cadeias agropecuárias e agroextrativistas do estado.
Agência de Fomento do Estado de Roraima –	Linhas de crédito produtivo e fundos estaduais de desenvolvimento	Financiar investimentos, capital de giro e atividades	Pode financiar produtores, pequenos negócios e empreendimentos vinculados aos APLs.

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
Desenvolve Roraima		produtivas de pequenos negócios, produtores rurais e empreendimentos do estado, com recursos próprios e de fundos estaduais e outras fontes de desenvolvimento.	
Governo do Estado do Tocantins / Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços (SICS) / Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins – CDE-TO	Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico – FDE e programas estaduais de incentivos fiscais.	Deliberar sobre incentivos econômicos e sobre a aplicação de recursos do FDE em projetos considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico do Tocantins.	Pode apoiar projetos relacionados aos APLs por meio da aprovação de investimentos do FDE ou da concessão de incentivos fiscais. Os recursos do FDE podem ser aplicados em projetos de desenvolvimento econômico executados por órgãos públicos, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, mediante aprovação do CDE-TO.
Agência de Fomento do Estado do Tocantins – Fomento TO	Linhas de crédito produtivo,	Financiar projetos que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do Tocantins, atendendo empreendedores urbanos e rurais,	Pode financiar produtores, pequenos negócios, agroindústrias e outros empreendimentos vinculados aos APLs.

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
		agricultura familiar e micro, pequenas e médias empresas.	
Fundações estaduais de amparo à pesquisa e à inovação	Editais e programas de apoio à pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo.	Financiar projetos de ciência, tecnologia e inovação por meio de bolsas, auxílios, subvenção econômica e chamadas públicas.	Podem apoiar os APLs no desenvolvimento e adaptação de tecnologias, novos produtos e processos.O acesso ocorre principalmente por meio de ICTs, pesquisadores, empresas, startups e, em alguns programas, associações e cooperativas.
Unidades do Sebrae nos estados	Soluções e programas desenvolvidos pelo Sebrae	Fortalecer pequenos negócios da bioeconomia por meio de desenvolvimento territorial, competitividade, inovação e acesso a mercados.	Pode executar ações previstas nos planos dos APLs relacionadas à governança, gestão, capacitação, certificação, acesso a mercados, inteligência de mercado e agregação de valor. A atuação descentralizada das unidades do Sebrae estaduais permite adequar as iniciativas às necessidades de cada território. O Sebrae Nacional manifestou interesse em fazer uma parceria com a Sudam. Estão com projeto estruturante para bioeconomia na Amazônia

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
			com articulação entre as unidades do Sebrae nos estados da Amazônia.
Sebrae	Inova Amazônia	Desenvolver e apoiar negócios inovadores relacionados à bioeconomia amazônica.	Pode apoiar empreendimentos e soluções inovadoras vinculadas aos APLs.
Sebrae	Agentes Locais de Inovação – ALI / iniciativas voltadas a cooperativas e pequenos negócios	Promover melhoria da gestão, inovação e competitividade por meio de acompanhamento técnico dos empreendimentos.	Pode apoiar cooperativas, associações e pequenos negócios dos APLs em gestão, inovação, organização produtiva, desenvolvimento de produtos e preparação para acessar mercados e outras fontes de financiamento.
Embrapa	Unidades Descentralizadas de pesquisa	Desenvolver, adaptar e transferir tecnologias para o fortalecimento sustentável das cadeias produtivas.	Apoiar os APLs principalmente por meio da transferência e adaptação de tecnologias às condições dos territórios, incluindo práticas de manejo e produção, além de capacitação e implantação de unidades demonstrativas.
Embrapii	Cofinanciamento de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PD&I	Apoiar o desenvolvimento de soluções tecnológicas e inovação empresarial por meio de projetos	Pode apoiar empresas, agroindústrias e empreendimentos vinculados aos APLs no desenvolvimento ou adaptação de novos produtos, processos,

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
		executados em parceria entre empresas e Unidades Embrapii credenciadas.	equipamentos e tecnologias para beneficiamento e agregação de valor. O acesso ocorre por meio de parceria com uma Unidade Embrapii, que estrutura e executa o projeto tecnológico com participação da empresa beneficiária.
SENAR	Administrações Regionais do SENAR / Assistência Técnica e Gerencial – ATeG e capacitação profissional rural	Prestar assistência técnica continuada e capacitação aos produtores, combinando melhoria produtiva e gestão da propriedade rural.	Pode executar ações de assistência técnica e capacitação previstas nos planos dos APLs, apoiando manejo, melhoria da produtividade e qualidade, adoção de tecnologias, gestão da produção e preparação dos produtores para acesso a crédito e mercados.
SENAI	Departamentos Regionais	Qualificar trabalhadores e desenvolver/adaptar tecnologias, processos e soluções industriais.	Pode apoiar os APLs por meio de capacitação técnica para processamento e beneficiamento, operação e manutenção de equipamentos, boas práticas industriais, qualidade e segurança. Desenvolvimento de protótipos voltados à agregação de valor.
Governos Municipais	Programas, investimentos e serviços municipais	Apoiar o desenvolvimento econômico e	Podem executar ou cofinanciar ações dos APLs. Também podem participar da

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
	de apoio ao desenvolvimento produtivo local	produtivo do município.	governança dos APLs e articular suas prioridades com políticas estaduais e federais.

Fonte: Elaboração da equipe consultora a partir de entrevistas institucionais e oficina com representantes dos APLs

A tabela a seguir apresenta fontes de financiamento não públicas identificadas ao longo do projeto com potencial para apoiar a implementação dos planos de ação dos APLs. Algumas dessas fontes já foram acessadas por APLs analisados, enquanto outras foram mencionadas nas entrevistas e no levantamento realizado como alternativas potenciais para o financiamento de projetos, tanto na modalidade reembolsável quanto não reembolsável. As duas primeiras linhas apresentam, de forma geral, os principais tipos de financiamento considerados, enquanto as linhas seguintes trazem exemplos de instituições, fundos, programas e mecanismos que podem apoiar iniciativas dos APLs. No caso das fundações, institutos e demais organizações privadas sem fins lucrativos, foram apresentados exemplos de instituições com atuação identificada nos estados e aderência às cadeias da sociobiodiversidade. Essas organizações podem atuar tanto como financiadoras quanto, mais frequentemente, como captadoras de recursos, parceiras técnicas e executoras de projetos. Não foram identificados exemplos específicos em todos os estados durante o levantamento realizado, razão pela qual a relação apresentada não pretende ser exaustiva.

Tabela 13 - Outras fontes de financiamento e apoio para os APLs

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
Agências de cooperação internacional, organismos multilaterais e ONGs	Programas e projetos de cooperação técnica e financeira	Apoio por meio de recursos não reembolsáveis, cooperação técnica, assistência especializada, estudos, capacitação, inovação e	Podem financiar ou executar ações dos planos dos APLs. (Os recursos normalmente chegam aos territórios por meio de governos, bancos, organismos executores, ONGs, associações ou cooperativas, mediante programas, chamadas e

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
		execução de projetos.	projetos específicos. O financiamento direto a produtores individuais é menos comum, ocorrendo principalmente por intermédio de instituições financeiras).
Fundações, institutos e fundos privados e filantrópicos	Editais, investimento social privado e mecanismos de financiamento socioambiental	Financiar ou executar projetos de interesse socioambiental e econômico, por meio de recursos não reembolsáveis.	Podem apoiar ações dos APLs. Os APLs podem facilitar a apresentação de projetos coletivos com maior escala territorial e impacto.
BID / Green Climate Fund – GCF	Amazon Bioeconomy Fund – Fundo de Bioeconomia da Amazônia	Ampliar o fluxo de recursos para bionegócios e cadeias da bioeconomia amazônica. O Fundo possui valor total de US$ 598 milhões, sendo US$279 milhões do GCF e cerca de US$319 milhões em cofinanciamento, combinando empréstimos, garantias, *equity*, *grants* e	Pode apoiar empresas, cooperativas e negócios vinculados aos APLs por meio de operações estruturadas com bancos, fundos e instituições parceiras, ampliando acesso a financiamento, assistência técnica, incubação, aceleração e investimentos em cadeias da bioeconomia. O apoio tende a chegar aos beneficiários por intermédio de instituições financeiras e projetos parceiros.

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
		cooperação técnica.	
BID / Banco do Brasil	Programa BB Amazônia – Bioeconomia e Infraestrutura Sustentável	Ampliar o acesso ao crédito para negócios da bioeconomia e investimentos em infraestrutura sustentável na Amazônia, por meio de uma operação de US$250 milhões entre o BID e o Banco do Brasil.	Financiar empresas, cooperativas e empreendimentos dos APLs por meio de linhas de crédito operadas pelo Banco do Brasil.
CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe	Programa de investimentos para a Amazônia e financiamento verde	Mobilizar financiamento para conservação da biodiversidade, bioeconomia, turismo sustentável, infraestrutura resiliente e melhoria das condições de vida na Amazônia. A CAF anunciou em 2023 US$2 bilhões para investimentos voltados à Amazônia continental.	Pode apoiar APLs por meio de operações com governos, bancos de desenvolvimento, fundos e outros parceiros, financiando bioeconomia, infraestrutura sustentável, fortalecimento de cadeias produtivas, inovação e capacitação de comunidades. O apoio tende a chegar aos territórios de forma indireta, por programas e projetos estruturados com instituições executoras.

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
Banco Mundial / GEF	Amazon Sustainable Landscapes – ASL Brasil	Apoiar conservação, restauração e manejo sustentável de paisagens na Amazônia. A primeira fase contou com cerca de US$60 milhões do GEF e aproximadamente US$374 milhões em cofinanciamento.	Tem menos aderência aos APLs, o foco principal é conservação e restauração de florestas.
Banco Mundial / Banco do Brasil	Amazon and Cerrado Bioeconomy, Forest Restoration and Climate-Smart Agriculture Project – BIOMAS	Ampliar o acesso a financiamento para bioeconomia, restauração florestal e agricultura de baixo carbono. O projeto tem custo total estimado em US$ 701 milhões e é implementado pelo Banco do Brasil.	Pode ampliar o acesso a crédito para agricultores familiares, cooperativas, pequenos negócios e comunidades vinculados aos APLs
União Europeia	Programa AL-INVEST Verde	Promover crescimento sustentável e geração de empregos na América Latina,	Pode apoiar os APLs por meio de projetos de capacitação, assistência técnica, inovação, melhoria de processos produtivos, economia circular, etc. No Brasil, já

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
		apoiando MPMEs na transição para uma economia de baixo carbono.	apoiou projetos envolvendo mais de 5 mil MPMEs.
KfW – Banco Alemão de Desenvolvimento	Cooperação financeira para clima, florestas e bioeconomia	Apoiar políticas, instituições e projetos com assistência técnica, capacitação, estudos, inovação, fortalecimento institucional e implementação de soluções sustentáveis.	Pode apoiar APLs por meio de programas financiados com recursos não reembolsáveis ou concessionais. Os recursos geralmente chegam aos territórios por intermédio de programas e instituições executoras.
GIZ – Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável	Cooperação técnica para bioeconomia, cadeias sustentáveis e desenvolvimento territorial	Apoiar políticas, instituições e projetos com assistência técnica, capacitação, estudos, inovação, fortalecimento institucional e implementação de soluções sustentáveis.	Pode executar ou apoiar ações dos APLs. A atuação ocorre principalmente por cooperação técnica e execução de projetos, não por crédito direto aos produtores.
PNUD	Projetos de cooperação técnica	Apoiar governos, organizações e parceiros na formulação e implementação de políticas, desenvolvimento	Pode apoiar os APLs por meio de assistência técnica, estudos, capacitação, desenvolvimento de negócios, estruturação de projetos, inovação e articulação institucional. A

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
		de negócios, inovação, fortalecimento institucional e estruturação da bioeconomia.	atuação ocorre normalmente em parceria com governos, Sebrae, organizações da sociedade civil e outros executores.
FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola / Governo do Maranhão	Projeto Amazônico de Gestão Sustentável – PAGES	Promover manejo sustentável da floresta, fortalecer cadeias de produtos florestais não madeireiros e melhorar a renda de agricultores familiares e comunidades tradicionais. O projeto possui custo total de cerca de US$37 milhões, com aproximadamente US$17 milhões do ASAP+/cooperação alemã, US$16 milhões do Governo do Maranhão e US$4 milhões dos beneficiários (como contrapartida).	Apoio aos APLs por meio de programas financiados com recursos não reembolsáveis ou concessionais. Os recursos geralmente chegam aos territórios por intermédio de programas e instituições executoras.
Instituto Interamericano	Cooperação técnica para agricultura,	Apoiar governos e organizações na	Pode apoiar os APLs por meio de assistência técnica,

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
de Cooperação para a Agricultura – IICA	desenvolvimento rural, bioeconomia e cadeias produtivas	formulação e implementação de políticas, programas e projetos voltados ao desenvolvimento rural sustentável, inovação, agricultura familiar, bioeconomia, mercados e fortalecimento institucional.	estudos, capacitação, estruturação de projetos e desenvolvimento de cadeias de valor. Também pode atuar como organismo executor ou parceiro técnico em projetos financiados por governos, fundos e cooperação internacional.
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO	Programa de Cooperação Técnica – TCP e projetos de cooperação internacional	Financiar e executar projetos de cooperação técnica nas áreas de agricultura, desenvolvimento rural, sistemas alimentares e manejo sustentável dos recursos naturais.	Pode apoiar ações dos APLs com assistência técnica, especialistas, capacitação, estudos, equipamentos e insumos, estruturação de cadeias e preparação de projetos. O acesso ocorre principalmente mediante projetos de cooperação articulados com governos e instituições parceiras, e não por financiamento direto a produtores individuais.
Petrobras	Programa Petrobras Socioambiental	Apoiar iniciativas socioambientais nas linhas de Educação, Desenvolvimento Econômico Sustentável,	Pode apoiar ações dos APLs relacionadas à geração de renda. O apoio ocorre principalmente por meio de projetos executados por organizações da sociedade civil selecionadas em

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
		Oceano e Florestas. Na seleção pública concluída em 2024, foram destinados R$446 milhões para 63 projetos com execução entre 2024 e 2028.	chamadas públicas ou incorporadas ao banco de propostas da Petrobras.
Fundo Vale	Estratégia de Bioeconomia	Impulsionar uma bioeconomia inclusiva e de baixo carbono na Amazônia, apoiando negócios, organizações e cadeias da sociobiodiversidade e por meio de recursos filantrópicos, investimentos e parcerias.	Pode apoiar os APLs no fortalecimento de negócios e organizações comunitárias. O apoio ocorre principalmente por meio de iniciativas e parcerias estruturadas com organizações executoras e atores territoriais.
Fundo Vale / ICMBio	Programa Sustenta.Bio	Fortalecer cadeias da sociobiodiversidade associadas às Unidades de Conservação federais e gerar renda a partir da conservação da floresta. O programa prevê investimento de	Pode apoiar diretamente cadeias presentes nos APLs que estão associados a Unidades de Conservação.

Instituição	Área /Estratégia / Programa	Objetivo	Alinhamento com os APLs
		aproximadamente R$24 milhões.	
Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN / Fundo Ecos	Fundo Ecos – apoio a projetos comunitários e sociobioeconomia	Captar e destinar recursos para organizações comunitárias que promovam conservação ambiental associada ao uso sustentável dos recursos naturais, geração de renda e fortalecimento territorial.	Pode financiar associações, cooperativas e organizações comunitárias vinculadas aos APLs por meio de editais e chamadas específicas. O recurso chega diretamente às organizações selecionadas para execução dos projetos.
Fundo Casa Socioambiental	Chamadas de apoio a organizações comunitárias, povos indígenas e comunidades tradicionais	Financiar pequenos projetos de organizações locais voltados à conservação ambiental, justiça climática, agroecologia, fortalecimento territorial e alternativas sustentáveis de geração de renda.	Pode apoiar associações, organizações comunitárias e grupos vinculados aos APLs em iniciativas socioambientais. Os recursos chegam diretamente às organizações selecionadas por meio de chamadas públicas.

Fonte: Elaboração da equipe consultora a partir de entrevistas institucionais e oficina com representantes dos APLs

5. Anexo I – Reuniões institucionais de validação do diagnóstico

Como parte do processo de validação do diagnóstico e da priorização dos APLs, foram realizadas reuniões institucionais com órgãos e entidades de atuação federal e estadual.

As reuniões com instituições federais tiveram como objetivo apresentar e validar os principais resultados do diagnóstico, fortalecer articulação institucional e convergência com programas e iniciativas existentes.

No âmbito estadual, as reuniões concentraram-se na validação dos APLs priorizados em cada estado, verificando se os arranjos selecionados apresentavam, de fato, os atributos que justificavam sua priorização. Foram realizadas reuniões com representantes dos estados do Maranhão, Pará, Roraima e Tocantins. Para esses encontros, foram convidados representantes das secretarias estaduais competentes e das unidades estaduais do Sebrae, embora nem sempre tenha sido possível contar com a participação de ambas as instituições.

A realização de reuniões nesses quatro estados respondeu a necessidades específicas identificadas ao longo do processo de priorização. No Maranhão, a existência de mais de um APL associado à cadeia do babaçu tornou necessária uma análise mais aprofundada para confirmar a relevância do território do Médio Mearim e, ao mesmo tempo, ampliar a articulação com atores diretamente vinculados ao APL. No Pará, a reunião teve como principal finalidade apresentar o projeto e os APLs identificados ao Sebrae Pará, instituição que ainda não havia participado das etapas anteriores do trabalho. Em Roraima e Tocantins, as reuniões foram particularmente importantes para validar, junto às instituições estaduais, a escolha dos APLs considerados mais relevantes, uma vez que as pontuações obtidas pelos arranjos mais bem posicionados eram próximas. Nesses casos, a discussão qualitativa com os atores locais contribuiu para dar maior segurança à decisão de priorização. Nos demais estados, a análise realizada apresentou resultados mais convergentes, permitindo maior segurança na definição do APL prioritário sem a necessidade de uma rodada adicional de validação institucional.

Tabela 14 – Reuniões Institucionais

Instituição	Nome e função das pessoas que participaram da reunião	Data de realização da reunião
SEBRAE Roraima Secretaria Estadual de Agricultura, Desenvolvimento	- Oridete Ramalho - Gerente da Unidade de Gestão Estratégica do SEBRAE RR - Grabielle de Souza - Analista do	10/07/2026

Instituição	Nome e função das pessoas que participaram da reunião	Data de realização da reunião
e Inovação de Roraima (SEADI)	SEBRAE RR - Lucas Wolkartte Costa - Gerente de Inovação, Mercado e Serviços FInanceiros do SEBRAE RR - Sausalém Bastos - Coordenador de Projetos na SEADI-RR	
SEBRAE Tocantins Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços do Estado do Tocantins	- Celina Soares - Coordenadora de Projetos da Economia Criativa do SEBRAE TO - Edglei Rodrigues - Gestor de Sustentabilidade e ESG do SEBRAE TO - Adelice Novak - Coordenadora Estadual de Inovação do SEBRAE TO - André Aires - Diretor de Oportunidades e Pequenos Negócios da SICS - João Pedro - Diretor de Fomento ao Desenvolvimento Industrial da Micro e Pequena Empresa da SICS	10/07/2026
SEBRAE Nacional	- Carlinho de Souza Santos - Analista na Unidade de Competitividade - Thiago Batista Ribeiro Gatto - Analista de Planejamento Estratégico	13/07/2026
Embrapa Roraima	- Admar Alves - Chefe de Transferência de Tecnologia	15/07/2026
SEBRAE Pará	- Igo Silva - Gerente da Unidade de Impacto	21/07/2026
SEBRAE Maranhão Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Maranhão (SAGRIMA)	- Maurício Leite Lima - Analista Desenvolvimento Setorial da Unidade de Competitividade - José Sérgio Delmiro Vale - Subsecretário de Agricultura e	21/07/2026

Instituição	Nome e função das pessoas que participaram da reunião	Data de realização da reunião
	Pecuária	
BNDES / Fundo Amazônia	- Thassio Ferreira - Gerente do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia	24/07/2026
Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas / Secretaria de Bioeconomia	- William Saab - Coordenador de Bioeconomia - Cleiton Santana - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG)	07/08/2026

6. Anexo II – Oficinas realizadas

A tabela a seguir apresenta as oficinas realizadas com representantes dos APLs priorizados, indicando as instituições e organizações participantes, os respectivos representantes e as datas de realização.

Tabela 15 - Participantes das oficinas

APL	Nome e função das pessoas que participaram da oficina	Data de realização da oficina
APL da Castanha do Vale do Acre	- André Marciel – Mobilizador do Observatório da Castanha no Acre. - Alexandre Marciel – Diretor Fiscal da Cooperativa Agroextrativista de Assis Brasil, Epitaciolândia e Brasiléia (Coopaeb). - Sonia Maria da Silva Chaves (Lila) – Presidente da Cooperativa Agroextrativista dos Produtores Rurais do Vale do Rio Iaco (Cooperiaco). - Ediu Carlos da Silva Junior – Analista da Área de Cadeias da Sociobiodiversidade da SEAGRI. - Clarice Farias – Analista na Divisão de Manejo de Produtos da Sociobiodiversidade da SEMA. - Tião Aquino – Presidente e Gerente Administrativo da CooperXapuri.	28/07/2026
APL do Açaí do Sul/Sudoeste do Amapá	- Amiraldo Picanço – Coordenador do Polo Açaí do Meio do Mundo e Presidente da Amazonbai. - Amanda Nery – Presidente do SindAçaí no Estado do Amapá. - Antônio Alves – Presidente da Associação dos Batedores e Produtores de Açaí do Estado do Amapá (ASBAP). - Bruno Cavalcante – Professor no Instituto Federal do Amapá / Açaí Direct. - Nadielson Costa – Presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). - Francisco Assis – Dono da empresa Café de Açaí Faustina - Alessandra Soares – Consultora da Rota do Açaí da Estratégia Rotas de Integração Nacional do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR). - Manoel Ricardo Vilhena – Professor e economista da	30/07/2026

APL	Nome e função das pessoas que participaram da oficina	Data de realização da oficina
	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). - Ruvenete Lima – Técnica em Meio Ambiente da Associação dos Açaizeiros de Laranjal do Jari. - Cesar Souza – Engenheiro Florestal do Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP). - Edinaldo Dias da Silva - Presidente da Cooperativa dos Produtores da Agrobiodiversidade do Amapá (Agro+). - Joabe Costa – Empreendedor do setor de açaí.	
APL do Açaí de Codajás (Amazonas)	- Francisco Dantas – Presidente da Cooperativa Agropecuária de Codajás (COOPCOD). - Dulcira Oliveira – Secretária da Secretaria Municipal de Economia e Inovação de Codajás. - Francisco Nepomuceno – Secretário da Secretaria Municipal de Produção de Codajás. - Wanderléia dos Santos – Gestora de Projetos do Sebrae Amazonas. - Lucélia Alexsandra de Oliveira Andrade – Gerente da unidade local do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) em Codajás. - Moacir Braga – Produtor de açaí em sistema agroflorestal - José Vieira de Oliveira – Produtor de açaí cultivado e nativo. - João Maciel – Subsecretário Municipal de Governo e Desenvolvimento Local de Codajás. - Alesson Santos – Representante do Sebrae e da Secretaria de Economia e Empreendedorismo. - Jane Moura – Consultora do Sebrae/AM. - Vicente Schettini – Assistente no Sebrae/AM.	29/07/2026
APL de Babaçu do Médio Mearim (Maranhão)	- Ricardo Araújo – Assessor Comercial da Associação em Área de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA). - Maurício Lima - Analista de Desenvolvimento Setorial da Unidade de Competitividade do Sebrae/MA - Ricarte Almeida Santos – Secretário Adjunto da Secretaria	05/08/2026

APL	Nome e função das pessoas que participaram da oficina	Data de realização da oficina
	de Estado da Agricultura Familiar do Maranhão (SAF) - Ladyanne Pinheiro – Superintendente de Organização Produtiva da SAF. - Andreia Nascimento Poliana – Coordenadora da Agroindústria da SAF. - José Sérgio Delmiro Vale – Subsecretário de Agricultura Familiar e Pecuária da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária do Maranhão (SAGRIMA). - Almir Soares – Presidente da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco Ltda – COPPALJ. - Maurício de Souza Silva – Secretário da Associação de Moradores das Comunidades Saudade, São José e Encruzilhada (AMOSSAJE). - Eulenir Pereira da Silva - Presidente da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR). - Eliane Silva – Coordenação da ASSEMA. - Fagno Moreno – Representante da ASSEMA. - Natanael Cruz – Gerente da Associação dos Agroextrativistas de São Jose dos Basílios e Região (AQCB) - Gláucia Coelho – Abalista do Sabrae/MA - Jadiel Abreu – Gestor de programa da SAGRIMA. - João Fernandes – Superintendente de Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário da SAGRIMA. - Jordânia Pessoa – Representante do Instituto Sociedade População e Natureza e Secretária executiva Diálogos do Babaçu. - Kleidianny Ferreira Sousa – Coordenadora da Associação de Quebradeiras de Coco São Luis Gonzaga. - Maria Francilene Freire Marques – Diretora da COPPALJ. - Sandhy Nunes - Analista do Sebrae/MA. - Ana Luzia Souza – Representante de AMTR. - José Filho – Diretor da COPPALJ.	
APL de Castanha do Brasil do Norte do Mato	- Henrique Ramos - Coordenador Subprograma Agricultura Familiar do programa REM-MT/ SEMA - Everaldo Dutra - Diretor Presidente do Pacto das Águas	27/07/2026

APL	Nome e função das pessoas que participaram da oficina	Data de realização da oficina
Grosso	- Ailton Pereira - Mobilizador regional do Observatório da Castanha. - Paulo Nunes - Assessor da Cooperativa de Produção do Povo Indígena Zoró (COOPERAPIZ) e da Cooperativa de Produção e Extrativismo Sustentável da Floresta do Território Indígena dos Povos Apiaká, Kayabi e Munduruku (COOPMAK). - Silvia Botelho - Pesquisadora Castanha da Embrapa Agrosilvipastoril do Mato Grosso. - Antônio Mello – Representante da Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (COOPAVAM). - Rogério Monteiro Costa e Silva – Representante da Unidade de Gerenciamento de Projetos Estratégicos (UNIGEP) da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar de Mato Grosso (SEAF-MT). - Carlos Henrique Checoli – Engenheiro Agrônomo do MT Produtivo/SEAF-MT. - Ivanete Krixi – Representante da COOPMAK.	
APL do Cacau da Transamazônica (Pará)	- Eunice Gutzeit – Representante da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC). - Guilherme Britto – Pesquisador da Embrapa e Coordenador do Polo Cacau da Transamazônica. - Marco Bonamico – Secretário Executivo do Polo Cacau da Transamazônica, no âmbito da Estratégia Rotas de Integração Nacional. - Josinara Galdino – Representante Earthworm Foundation - Miguel Alvez Jr – Pesquisador/Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). - Ricardo Santos – Representante The Nature Conservancy. - Silvia Maia – Pesquisadora/Professora da UFPA. - Hiran Paes do Nascimento Júnior – Presidente Associação de Municípios do Consórcio Belo Monte – ACBM. - Márcia Carneiro – Analista do Sebrae/PA no Projeto Sustenta e Inova para legalização fábricas chocolate. - Miqueias Calvi – Professor de Engenharia Florestal e Agronômica da UFPA e Coordenador do Centro Cacau e Chocolate.	28/07/2026

APL	Nome e função das pessoas que participaram da oficina	Data de realização da oficina
	- Elisangela Trzeciak – Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), projetos de restauração produtiva com cacau como cultura de base - Gleuba Fernandes – Representante do Banco da Amazônia - Jedielson Oliveira - Assessor da Cooperativa Central de Produção Orgânica da Transamazônica e Xingu (CEPOTX). - Mônica Franco - Representante da Cooperativa Agroindustrial da Transamazônica (COOPATRANS).	
APL do Cacau de Rondônia	- Estevam Fernandes Magalhães - Presidente da Cacauron - Thamires Gomes da Costa – Analista do Sebrae/RO. - Deborah Regina - Engenheira Florestal e Superintendente Executiva da Cacauron. - Ramon Oliveira - Gerente de monitoramento e avaliação de políticas públicas da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado de Rondônia (SEPOG/RO). - Celso Franco Damasceno – Representante da Coordenadoria de Unidades de Conservação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM). - Gilvander Gregório de Lima – Diretor Geral da Agência Estadual de Vigilância Sanitária (AGEVISA). - Jean Ramos dos Santos - Engenheiro Agrônomo e Coordenador de Qualidade Vegetal da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvipastoril (IDARON). - Desóstenes Nascimento - Coordenador de Projetos Setoriais do Sebrae/RO. - Joana Keila da Silva Gomes - Analista Socioambiental da Ecoporé. - Samuel Silva Almeida – Representante do Sebrae/RO - João Paulo Souza Quaresma - Coordenação de Vigilância e Controle de Pragas da IDARON. - Cristiane Teixeira - Chefe da Gerência de Alimentos da AGEVISA.	28/07/2026
APL de	- Daniel Almeida de Souza – Secretário Municipal de	30/07/2026

APL	Nome e função das pessoas que participaram da oficina	Data de realização da oficina
Fruticultura (Banana) do Sul de Roraima	Agricultura de Caroebe. - Celio Ramos da Costa – Representante da Associação dos Pequenos Produtores de Banana de Entre Rios Sul (APRUBERS). - Sausalém Bastos – Coordenador de Agricultura Familiar na Secretaria de Estado de Agricultura, Desenvolvimento e Inovação de Roraima (SEADI). - Nemesio Cesar Guerreiro – Representante da SEADI - Rogério Xavier – Técnico Agrônomo no Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural de Roraima (IATER) - Jorge Atílio – Pesquisador de Fruticultura Embrapa RR - Leandro Benício – Técnico de Campo do IATER. - Sueli Silva – Vice-Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 06 (APROVIC06). - Jamerson Silva – Analista do Sebrae/RR e gestor do projeto de fruticultura. - Waner Santos Dias – Representante da SEADI. - Miguel Amador – Chefe da Embrapa Roraima. - Elvys Vasconcelos – Representante da SEADI. - Flaviana Cunha - Representante da SEADI. - Marcelo Paludo – Representante da SEADI. - Antonimar Moreira – Representante da SEADI. - Renata Simões – Representante do SENAR de Roraima e da Cooperativa Rede Norte (COOPERNA). - Maria Divina Araujo - Produtora e ex-Presidente da APRUBERS. - Weverton Rocha – Representante da Companhia Nacional de Abastecimento. - Josileia Ferreira – Produtora e associada na APRUBERS. - Jussara Santos – Produtora e associada na APRUBERS.	
APL do Capim Dourado do Jalapão (Tocantins)	- Laudeci Ribeiro – Presidente da Associação dos Artesãos em Capim Dourado da Região do Jalapão do Estado do Tocantins (AREJA) e da Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros (ACAPPM). - Cassiana Solange Moreira – Diretora da Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores Rurais de Mateiros (ACAPPM).	24/07/2026

APL	Nome e função das pessoas que participaram da oficina	Data de realização da oficina
	- Luzia Passos Ribeiros – Presidente da Associação Comunitária dos Extrativistas, Artesãos e Pequenos Produtores do Povoado Prata. - Rejane Ferreira Nunes – Supervisora da Área de Proteção Ambiental do Jalapão da Naturatins. - Stefani Oliveira – Analista na Naturatins. - Laudy Malescha – Gerente de Desenvolvimento Socioeconômico da Naturatins. - Edglei Rodrigues – Analista no Sebrae/TO. - Celina Soares – Analista do Sebrae/TO. - Juliana Melo – Professora e Pesquisadora da Universidade Federal do Tocantins (UFT). - Aline Iglesias – Juíza do Tribunal de Justiça do Tocantins e Doutora em Desenvolvimento Regional pela UFT. - Carlucia Brito e Admary Monteiro – Representantes da Unidade de Políticas Públicas e Turismo no Jalapão do Sebrae/TO. - Adelice Soares Novak – Coordenadora Estadual de Inovação do Sebrae/TO. - Fatima Alves – Artesã da ACCPPM. - José Lima - Representante da Associação Comunitária de Desenvolvimento de Lagoa do Tocantins.	

7. Anexo III – Mapas de convergência entre APLs da sociobiodiversidade, Rotas de Integração Nacional e Territórios da Sociobioeconomia

Este anexo apresenta os mapas dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) da sociobiodiversidade identificados nos nove estados da Amazônia Legal e sua relação com os Polos Rotas de Integração Nacional, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR); e os Territórios da Sociobioeconomia (TSBio), vinculados ao Programa Prospera Bio, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

Uma primeira leitura dessas convergências territoriais foi apresentada no Capítulo 5 do Produto 2. As figuras apresentadas neste anexo incorporam como principal novidade a definição de nove novos Territórios da Sociobioeconomia no âmbito do Prospera Bio, permitindo revisar e ampliar o cruzamento entre os APLs identificados e as territorialidades adotadas pelas políticas federais.

O cruzamento busca evidenciar situações de sobreposição total ou parcial e de proximidade territorial entre os APLs e essas políticas, identificando oportunidades para maior articulação institucional e convergência de ações. A seguir apresenta-se as figuras para cada um dos noves estados da Amazônia Legal.

Figura 1 - APLs da sociobiodiversidade, Polos das Rotas de Integração Nacional e Territórios da Sociobioeconomia (TSBio) – Acre

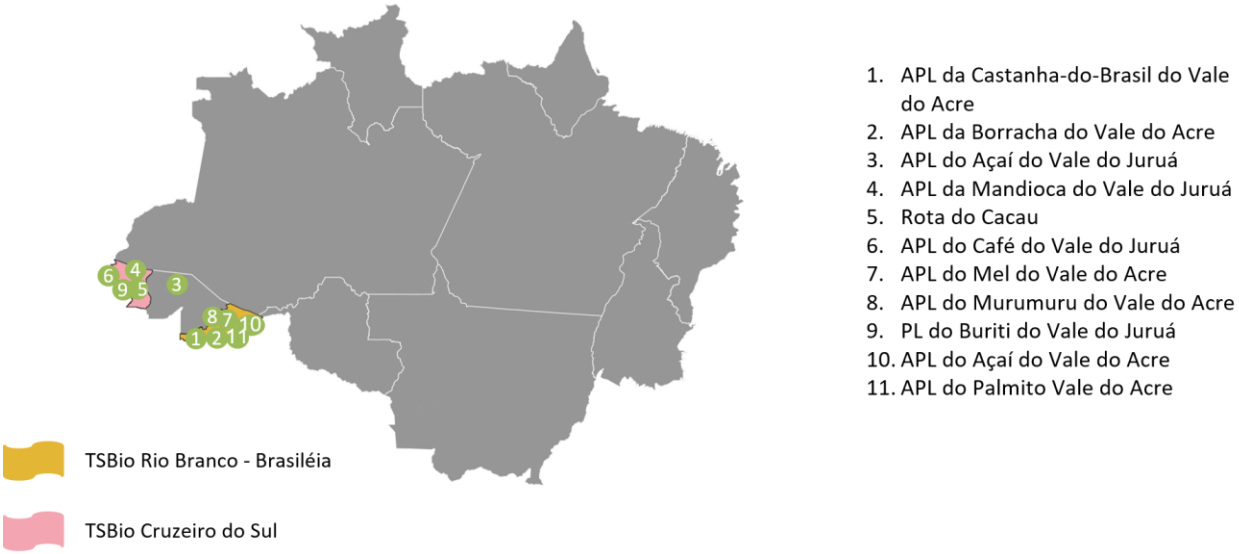
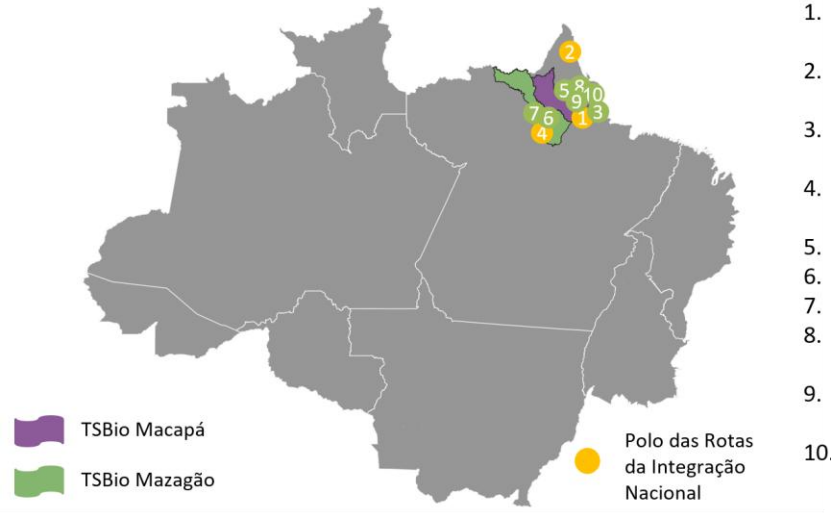
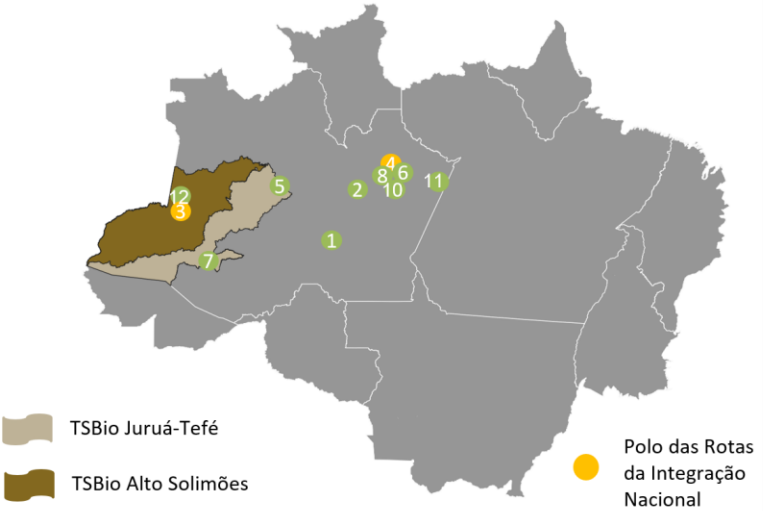


Figura 2 - APLs da sociobiodiversidade, Polos das Rotas de Integração Nacional e Territórios da Sociobioeconomia (TSBio) – Amapá



1. APL de Açaí da Região Sul/Sudoeste do Amapá
2. APL de Pescado da Região da Costa Norte
3. APL de Açaí da Região do Bailique (Distrito do Município de Macapá)
4. APL de Castanha da Região Sul do Amapá
5. APL de Cacau da Região do Aporema
6. APL de Cupuaçu do Sul do Amapá
7. APL de Palmito do Sul do Amapá
8. APL do Mel da Região Sul e Metropolitana
9. APL de Mandioca da Região Metropolitana
10. APL de Óleos Vegetais da Região Metropolitana

Figura 3 - APLs da sociobiodiversidade, Polos das Rotas de Integração Nacional e Territórios da Sociobioeconomia (TSBio) – Amazonas



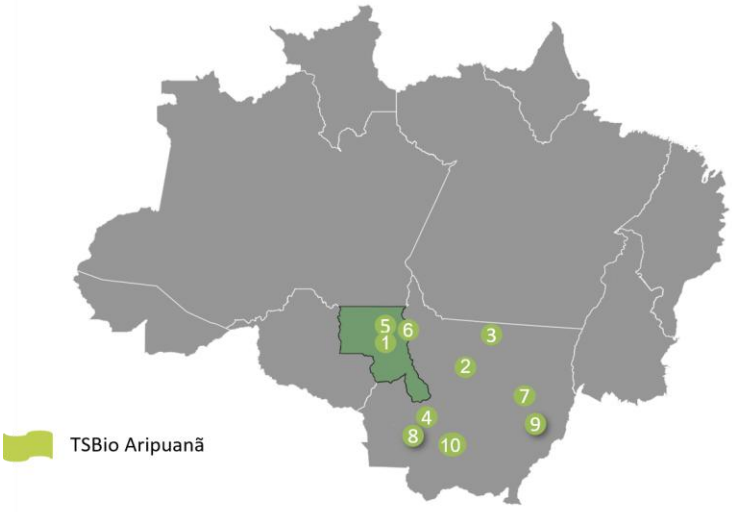
1. APL da Castanha do Brasil em Tapauá e região
2. APL Açaí de Codajás
3. APL de Fitoterápicos e Fitocosméticos do Alto e Médio Solimões
4. APL de Fitoterápicos e Fitocosméticos de Manaus
5. APL de Pirarucu de Manejo em Tefé – Mamirauá
6. APL Frutas da Região Metropolitana de Manaus
7. APL da Borracha natural do Sul do Amazonas
8. APL de Mandioca e Farinha de Manacapuru e região
9. APL de Guaraná de Maués
10. APL Produção de Pescado de Manaus e região
11. APL da Madeira Manejada de Manicoré e região.
12. APL Produção de Pescado do Alto Solimões

Figura 4 - APLs da sociobiodiversidade, Polos das Rotas de Integração Nacional e Territórios da Sociobioeconomia (TSBio) – Maranhão



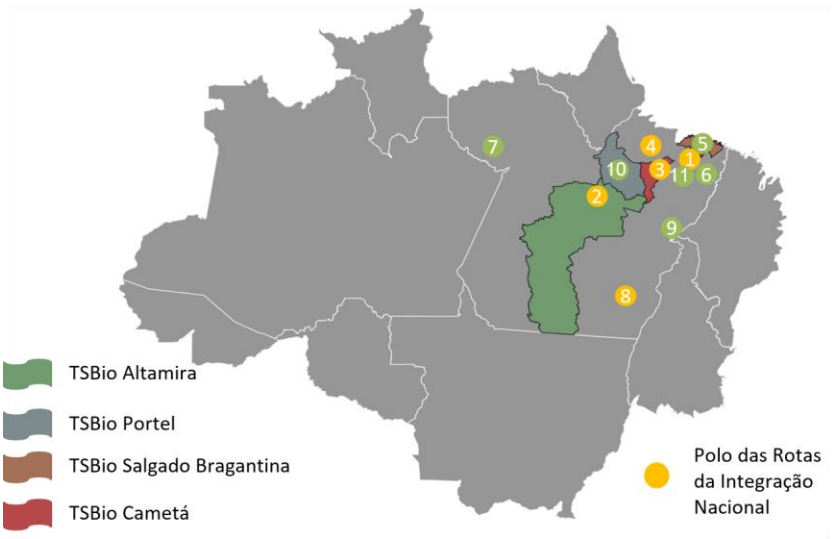
1. APL do Babaçu da Região do Médio Mearim
2. APL de Apicultura da Região Alto Turi
3. APL de Açaí do Norte Maranhense
4. APL do Babaçu Norte e Litoral Maranhense
5. APL do Babaçu da Microrregião de Pindaré
6. APL do Bacuri do Norte Maranhense
7. APL do Cupuaçu do Norte Maranhense
8. APL da Mandioca do Norte Maranhense

Figura 5 - APLs da sociobiodiversidade, Polos das Rotas de Integração Nacional e Territórios da Sociobioeconomia (TSBio) – Mato Grosso



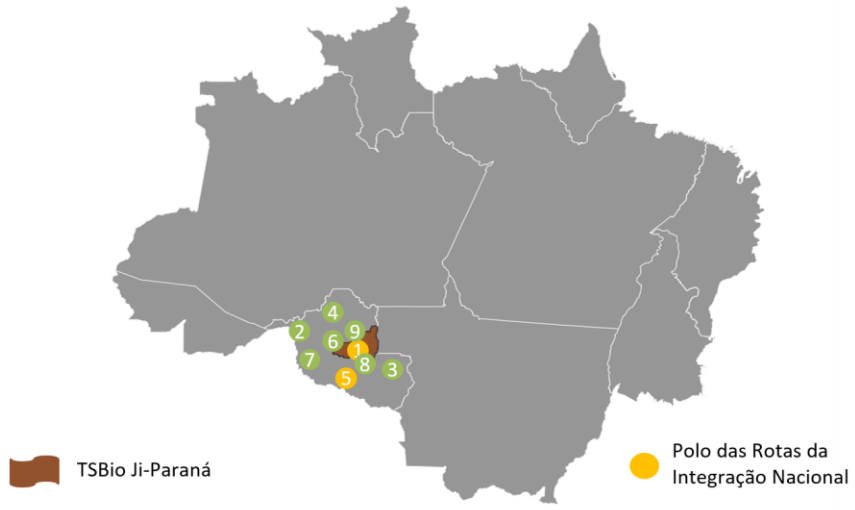
1. APL da Castanha do Brasil Norte Mato-grossense
2. APL do Mel Norte Mato-grossense
3. APL da Fruticultura Norte Mato-grossense
4. APL da Fruticultura Sudoeste Mato-grossense
5. APL do Café Norte Mato-grossense
6. APL do Cacau Norte Mato-grossense
7. APL do Mel Nordeste Mato-grossense
8. APL do Mel Sudoeste Mato-grossense
9. APL do Pequi Araguaia
10. APL do Baru Sul Mato-grossense (Baixada Cuiabana)

Figura 6 - APLs da sociobiodiversidade, Polos das Rotas de Integração Nacional e Territórios da Sociobioeconomia (TSBio) – Pará



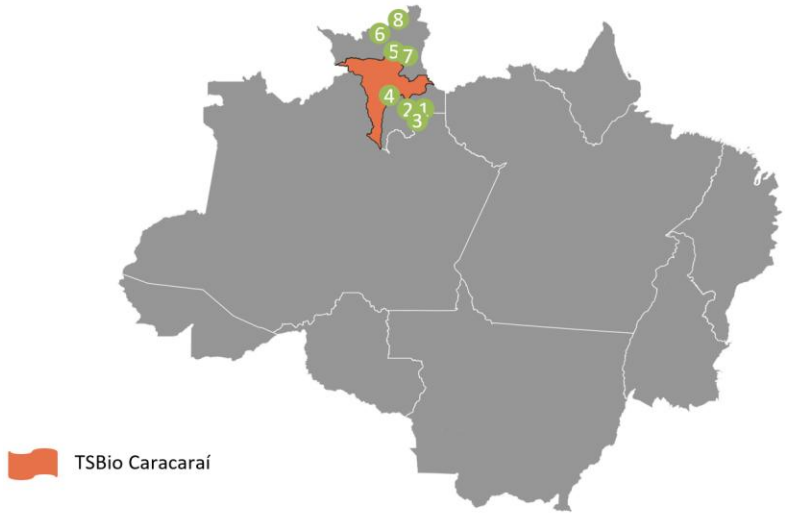
1. APL do Açaí do Nordeste Paraense
2. APL Cacau da Região da Transamazônica
3. APL Açaí do Baixo Tocantins
4. APL Açaí do Marajó
5. APL Pesca da Região do Salgado e Bragantina
6. APL de Farinha do Nordeste Paraense
7. APL da Castanha do Baixo Amazonas
8. APL de Mel do Sudeste do Pará
9. APL de Aquicultura/Psicultura Região do Rio Capim
10. APL de Queijo do Marajó
11. APL de Biocosméticos da Região Metropolitana de Belém

Figura 7 - APLs da sociobiodiversidade, Polos das Rotas de Integração Nacional e Territórios da Sociobioeconomia (TSBio) – Rondônia



1. APL do Cacau do Leste Rondoniense
2. APL da Castanha no Madeira-Guaporé e Leste Rondoniense
3. APL do Café do Leste Rondoniense
4. APL da Fruticultura (Banana) da Região Madeira-Guaporé
5. APL da Piscicultura do Leste Rondoniense
6. APL da Mandiocultura da Região Madeira-Guaporé.
7. APL do Açaí Leste- Rondoniense e Madeira-Guaporé
8. APL da Apicultura
9. APL dos óleos e manteigas vegetais

Figura 8 - APLs da sociobiodiversidade, Polos das Rotas de Integração Nacional e Territórios da Sociobioeconomia (TSBio) – Roraima



1. APL de Cacau no Sul de Roraima
2. APL da Castanha da Amazônia
3. APL da Fruticultura no Sul de Roraima
4. APL de Açaí no Centro-Norte de Roraima.
5. APL do Mel do Lavrado.
6. APL da Piscicultura e Pescado em Amajari.
7. APL de Madeira e Móveis em Boa Vista
8. APL do Café Indígena

Observa-se na próxima figura que o TSBio Bico do Papagaio abrange áreas dos estados do Tocantins e do Maranhão. No entanto, os APLs representados na figura estão localizados integralmente no território tocantinense.

Figura 9 - APLs da sociobiodiversidade, Polos das Rotas de Integração Nacional e Territórios da Sociobioeconomia (TSBio) – Tocantins



1. APL da Apicultura e Meliponicultura Centro-Norte de Tocantins
2. APL do Capim Dourado do Jalapão
3. APL da Piscicultura Tambatinga no Bico do Papagaio
4. APL do Babaçu no Bico do Papagaio
5. APL do Cacau no Bico do Papagaio